

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
AMBIENTE REGULATÓRIO	15
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	21
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO	32
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES	33
SUSTENTABILIDADE	48
BALANÇOS PATRIMONIAIS	79
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	81
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	82
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	84
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	86
1. CONTEXTO OPERACIONAL	86
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	87
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	89
4. DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO	91
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	93
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	93
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	94
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	95
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	97
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	97
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES	101
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS DA CONCESSÃO	101
13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	103
14. ARRENDAMENTOS	107
15. FORNECEDORES	109
16. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	110
17. DEBÊNTURES	112
18. ENCARGOS SETORIAIS	118
19. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES	118
20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	118
21. PROVISÕES	128
22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	136
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA	138
24. RECEITA	141
25. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	143
26. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA "B"	143
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	144
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	145
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	149
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	159
31. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL	159
32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	162
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	174
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	176
TERMO DE RESPONSABILIDADE	177
PARECER DO CONSELHO FISCAL	178

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 trouxe importantes conquistas para a Cemig em diversas áreas. Mantivemos o ritmo de implementação do robusto plano de investimentos em distribuição, que totalizaram R\$5,1 bilhões.

Nossos indicadores operacionais também evoluíram de forma consistente, evidenciando a melhoria contínua dos serviços prestados aos clientes. Encerramos o ano com redução de 29 minutos no DEC regulatório, resultado que reforça nossa busca permanente por qualidade e eficiência.

Ao longo de 2025, a Cemig foi reconhecida por diversas premiações que refletem seu processo de transformação. Entre elas, destacam-se o prêmio de *Melhor Empresa do Setor de Energia* pela **Época Negócios 360** e o de *Melhor Empresa de Energia do Brasil* no **Prêmio TOP30 – Melhores Empresas da Veja Negócios**.

Também avançamos na solidez financeira, com o upgrade da Moody's para a categoria de crédito AAA – moeda local, além de termos recebido o prêmio de *Melhores Práticas ESG* da Anefac, na categoria Estágio Transformador, reforçando nosso compromisso com responsabilidade socioambiental.

Em 2025, mantivemos foco total em nossos clientes e avançamos em uma série de iniciativas essenciais para elevar a qualidade do serviço prestado.

A Companhia direcionou **R\$5,1 bilhões em investimentos na área de distribuição**, reforçando a infraestrutura, modernizando ativos e ampliando a capacidade operacional. Como resultado desse esforço, 23 novas subestações foram entregues em 2025 por meio do **Programa Mais Energia**, contribuindo diretamente para a melhoria perceptível da qualidade do fornecimento aos clientes.

A Cemig também superou as exigências regulatórias, alcançando uma redução de aproximadamente 29 minutos no **DEC regulatório** e 1 hora e 50 minutos no **DEC percebido** pelos consumidores. Esses avanços reafirmam nosso compromisso contínuo com eficiência e confiabilidade.

O ano também foi marcado pela ampliação da rede de atendimento e pela adoção de tecnologias avançadas, que fortaleceram a confiabilidade das operações. Avançamos na implementação do **Programa Cemig Agro**, ampliando nossa presença regional com mais de 224 profissionais distribuídos em diversos centros pelo interior de Minas Gerais, aproximando ainda mais nossa atuação das necessidades do setor rural.

O **projeto Minas Trifásico** também manteve seu ritmo consistente de entregas, somando 3.550 km de redes trifásicas convertidas ou expandidas, reforçando a infraestrutura elétrica e apoiando o desenvolvimento econômico do estado.

No campo social, fomos reconhecidos com um prêmio pelo projeto Energia Legal, iniciativa que leva energia regularizada e cidadania às comunidades mais vulneráveis. O programa tem como objetivo regularizar o fornecimento de energia para mais de 200 mil famílias ao longo de 5 anos, substituindo ligações clandestinas por estruturas seguras e adequadas. Além disso, promove educação sobre o uso eficiente e seguro da energia e apoia melhorias de equipamentos e instalações por meio do Programa de Eficiência Energética.

Com foco em segurança, inclusão social e desenvolvimento sustentável, o Energia Legal foi premiado pelo Ibef Minas Gerais com Prêmio Destaque ESG em dezembro de 2025, reforçando o impacto positivo do projeto na sociedade.

Inauguramos, em **Serra da Saudade (MG)**, um projeto que simboliza a convergência entre **inovação tecnológica, eficiência operacional e sustentabilidade energética**. A iniciativa transformou o menor município do Brasil em uma das localidades mais modernas do país em gestão e distribuição de energia elétrica, marcando um novo capítulo na modernização do setor.

Trata-se de um projeto **inédito no Brasil**, que integra de forma inteligente **geração solar, armazenamento em baterias de grande porte, automação avançada e medição inteligente**. Essa combinação estabelece um novo padrão de **resiliência energética**, capaz de assegurar maior continuidade do fornecimento e significativa melhoria na qualidade da energia entregue aos consumidores.

No centro da solução está um **banco de baterias de 2,0 MWh**, alimentado por um **gerador fotovoltaico dedicado**. Em vez de injetar a energia diretamente na rede convencional, a usina solar prioriza o carregamento dessas baterias. Assim, em situações de falha na rede principal, o sistema assume automaticamente o abastecimento de toda a cidade — garantindo **autonomia de até 48 horas**, um marco em independência energética para municípios de pequeno porte.

Esse modelo inovador demonstra como novas tecnologias podem oferecer alternativas mais eficientes, econômicas e sustentáveis às soluções tradicionais de reforço de rede.

Dessa forma, contribuímos de maneira decisiva para o fortalecimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança, segurança e estabilidade à sociedade. Nossa visão de crescimento, aliada à proximidade com as comunidades mineiras, também se expressa por meio do apoio contínuo à cultura local.

Resultados

Em 2025, alcançamos Lajida de R\$4,5 bilhões e registramos lucro líquido de R\$2,1 bilhões. Nesse mesmo ano, recebemos da **Moody's** a elevação de nossa classificação de risco de crédito para **AAA em moeda local**, passando a contar com **duas classificações máximas** — Moody's e Fitch. Esse upgrade reflete a robustez da gestão financeira da Companhia, nossa disciplina na alocação de capital e a sólida capacidade de geração de caixa dos nossos

negócios. Esses marcos demonstram nosso compromisso com a transformação da Cemig e constituem a base para resultados cada vez mais sólidos e sustentáveis, em linha com nosso pilar de cultura de resultados.

Dentro da nossa estratégia financeira, emitimos a 12^a, 13^a e 14^a debêntures da Cemig D, totalizando R\$6,9 bilhões, em sua maioria títulos sustentáveis, mais uma ação que reforça nosso pilar ESG. Após essas operações houve aumento significativo do prazo médio da nossa dívida, que passou para 7 anos, em 31 de dezembro de 2025. Nossa alavancagem permanece em um nível saudável de 3,66 (Dívida Líquida/Lajida ajustado).

Acreditamos muito no nosso plano estratégico e listamos algumas entregas relevantes para o nosso negócio. Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionistas, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,








A Cemig Distribuição (“Companhia” ou “Cemig D”), subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Estratégia Cemig

A estratégia da Cemig para o período de 2026 a 2030 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2025. Entre as diretrizes que orientam o novo ciclo estão a manutenção do ritmo de investimentos com foco na modernização dos ativos, a preparação para a abertura total do mercado, a alocação prudente de capital e o fortalecimento da eficiência operacional.

 SAÚDE E SEGURANÇA	Consolidar uma cultura de “Acidente Zero”, assegurando ambiente de trabalho seguro e redução contínua dos indicadores de risco.
 FOCO NO CLIENTE	Elevar a experiência e a satisfação do cliente, preparando a Cemig para a abertura total do mercado e para o crescimento sustentável da base.
 EFICIÊNCIA	Aumentar a eficiência operacional com metas claras e ações objetivas, assegurando geração contínua de valor.
 REDES	Reforçar a resiliência e a confiabilidade das redes com soluções inteligentes, ampliando o uso de Smart Grid e a base de remuneração regulatória.
 ENERGIA	Renovar concessões estratégicas, expandir geração renovável e otimizar investimentos, fortalecendo a sustentabilidade do portfólio.
 ABERTURA DE MERCADO	Acelerar a preparação para o mercado livre, integrando portfólio e eficiência para ampliar competitividade e ofertas ao cliente.
 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	Liderar a transição energética por meio de digitalização, IA, Smart Grids e novas tecnologias, impulsionando eficiência, inovação e novos negócios.

Trata-se de uma atualização do lema “Focar em Minas e Vencer” que reforça o foco no cliente, a busca por eficiência operacional e a ambição de consolidar a empresa como referência nacional em satisfação, saúde, segurança e desenvolvimento sustentável. Essas iniciativas deverão guiar a Cemig para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Fortalecer a cultura de saúde e segurança e o compromisso com o valor 'Acidente Zero', garantindo um ambiente de trabalho seguro

Elevar a satisfação e o atendimento ao cliente

Melhorar a qualidade e a resiliência do serviço

Ampliar a Relação do BRL/AIS, com foco em Modernização de Ativos

Avançar em eficiência operacional, reduzindo multas e compensações

Nossa missão, visão e valores



Missão

Fornecer soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva



Visão

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.



Valores

Respeito à vida, Integridade, Geração de valor, Comprometimento, Sustentabilidade e responsabilidade social e Inovação

Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação dos empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig, que são o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social, além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do "Código de Conduta Cemig" (interpretação,

divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

MODELO DE NEGÓCIOS E GERAÇÃO DE VALOR

A Cemig visa criar valor sustentável para todas as partes interessadas em seu negócio, incluindo acionistas, empregados, fornecedores, clientes, comunidades do entorno e a sociedade em geral. Para alcançar esse objetivo, a Companhia realiza investimentos contínuos na expansão e no aprimoramento de suas atividades, reafirmando seu compromisso com a qualidade e a excelência.

Com base na Estrutura Conceitual para Relato Integrado, da *IFRS Foundation*, a Cemig sistematizou seu modelo de negócios, o qual está representado a seguir. Esse modelo ilustra como os recursos, processos e relações da Companhia se integram para gerar valor econômico, social e ambiental.



Capital financeiro

Viabiliza financeiramente a operacionalização dos demais capitais. Destacamos a execução do maior plano de investimentos da nossa história, desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade.

Capital natural

A água é a principal matéria-prima para produção de energia elétrica da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso d'água. A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental.

Capital manufaturado

A Companhia se destaca pela produção por 100% de fontes renováveis, tanto por geração centralizada como distribuída, por meio de empreendimentos de fonte hidráulica, eólica e solar.

Capital humano e intelectual

A Cemig considera o seu capital humano e intelectual fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Capital social e de relacionamento

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia.

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos.

A qualidade do serviço é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição

Área de atuação

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina. Sua área de atuação cobre aproximadamente 97% do estado de Minas Gerais, conforme segue:



Linhas e redes de distribuição

A Cemig D faz cobertura de 774 municípios em Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do estado de Minas Gerais, com 588.340 km de redes de distribuição, sendo 146.136 km em área urbana, 421.978 km de redes rurais e 20.226 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.596 mil clientes em 2025.



Número de consumidores por classe

Classe	Número de Consumidores				
	2025	2024	2023	2022	2021
Cientes Cativos					
Residencial	8.206.751	7.960.300	7.725.836	7.501.704	7.297.174
Industrial	22.847	23.807	28.437	29.201	29.580
Comercial	884.430	916.307	943.831	948.615	793.708
Rural	379.481	405.953	422.829	462.142	673.008
Poder público	75.326	72.681	69.670	69.302	67.584
Iluminação pública	8.001	7.209	6.659	7.194	6.831
Serviço público	13.271	13.688	13.703	13.586	13.678
Subtotal	9.590.107	9.399.945	9.210.965	9.031.744	8.881.563
Variação %	2,02	2,05	1,98	1,69	2,15
Cientes Livres					
Industrial	2.452	1.865	1.221	1.079	965
Comercial	3.214	2.377	1.714	1.462	1.263
Rural	159	84	22	14	23
Serviço Público	61	12	22	12	6
Concessionária (Distribuidora)	241	68	8	3	3
Subtotal	6.127	4.406	2.987	2.570	2.260
Total (*)	9.596.234	9.404.351	9.213.952	9.034.314	8.883.823
Variação %	2,04	2,07	1,99	1,69	2,15

(*) Exclui o consumo próprio

AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2025 começou alimentado pela crença na “excepcionalidade americana”, instigada pela nova plataforma política do Governo dos Estados Unidos. Foram adotadas três mudanças relevantes: imposição generalizada de tarifas de importação, restrições mais rígidas à imigração e aprovação de um orçamento federal claramente deficitário para os próximos anos.

As tarifas representaram uma ruptura com a lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente previsto. Isso ocorreu porque o governo americano revisou várias das medidas que indicavam efeitos econômicos piores do que o esperado. Adicionalmente, em fevereiro de 2026 a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou inconstitucional a cobrança de tarifas de forma unilateral pelo governo norte americano.

Esse cenário estimulou bancos centrais de outros países a buscar uma maior diversificação de reservas, de modo a reduzir a concentração de ativos denominados em dólar. Como consequência, o ouro disparou, impulsionado também pela busca por segurança por parte de investidores, enquanto a moeda norte-americana perdeu valor.

A desaceleração do mercado de trabalho, que se intensificou a partir de abril, levaram o Federal Reserve (FED) a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (*Federal Funds Rate - FFR*) em 75 pontos-base, no segundo semestre de 2025, levando a FFR ao nível de 3,5%–3,75% ao ano no encerramento de 2025. Com os juros próximos da taxa neutra, não parece haver urgência para cortes adicionais de juros, sobretudo num contexto em que a atividade se mantém em crescimento robusto, apesar do esfriamento do mercado de trabalho. Ademais, persistem dúvidas sobre a convergência da inflação à meta, pressionada pelas tarifas e pela inflação de serviços.

No Brasil, o governo preservou e ampliou iniciativas para sustentar o dinamismo da demanda doméstica ao longo de 2025, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária restritiva. O resultado foi uma desaceleração moderada e desbalanceada da economia, que continua operando com níveis excepcionalmente baixos de ociosidade. As atividades ligadas à evolução da renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo, enquanto setores mais sensíveis às condições de crédito apresentaram moderação.

Nesse contexto, a inflação e as expectativas inflacionárias desaceleraram apenas de forma moderada, permanecendo mais próximas ao teto do que ao centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, abaixo das projeções iniciais, que giravam em torno de 5,7%.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento favorável de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (ao reduzir as exportações e ampliar oferta doméstica), impactos das novas tarifas impostas pelo governo americano sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Em contrapartida, o segmento de Serviços permaneceu resiliente, próximo a 6% em termos anuais, refletindo a força do mercado de trabalho e da atividade econômica. Preços administrados também seguiram pressionados, com alta de energia elétrica (devido a reajustes mais elevados e acionamento da bandeira amarela em dezembro) e aumento de 15,2% nos jogos de azar.

Nesse contexto, o real se valorizou em relação ao dólar americano em 2025 (a cotação de R\$/US\$ tem variação de -10,60% entre dez/2024 e dez/2025), em parte pelo cenário internacional. O Comitê de Política Monetária (Copom) promoveu um aumento de 100 pontos-base em janeiro, elevando a Selic para 13,25% ao ano e dando continuidade ao ciclo de alta. Em março, retomou a elevação com mais 100 pontos-base, levando a taxa para 14,25%. Em maio, intensificou o ritmo de alta em 50 pontos-base, alcançando 14,75%, e em junho promoveu novo ajuste de 25 pontos-base, fixando a Selic em 15% ao ano, patamar mantido até dezembro. Assim, a Selic encerrou o ano de 2025 em 15% ao ano, nível mais alto que o de encerramento de 2024, que foi de 12,25% ao ano.

Além do cenário delineado para 2025, merece atenção, em uma perspectiva prospectiva, o impacto potencial da intensificação e da eventual prolongação dos conflitos no Oriente Médio sobre o ambiente macroeconômico global e doméstico. A relevância estratégica da região para a produção e o escoamento de petróleo implica que uma escalada das tensões geopolíticas possa pressionar os preços da commodity, em decorrência de riscos à oferta e do aumento do prêmio geopolítico. Esse movimento tende a gerar pressões inflacionárias adicionais, ao elevar custos de produção, transporte e logística, podendo dificultar a convergência da inflação às metas em diversas economias.

No caso brasileiro, choques persistentes nos preços internacionais do petróleo podem se traduzir em aumentos dos preços internos de combustíveis e em efeitos indiretos sobre outros bens e serviços, com impactos sobre o poder de compra das famílias. Ademais, um ambiente de maior incerteza e aversão ao risco nos mercados financeiros pode intensificar a volatilidade cambial, com potencial depreciação do real frente ao dólar e ampliação das pressões inflacionárias via preços de importados.

Por fim, a combinação de custos mais elevados, maior incerteza e possível restrição das condições financeiras pode afetar decisões de investimento e o comércio internacional, configurando riscos ao crescimento econômico global e brasileiro, especialmente em um cenário de prolongamento dos conflitos.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A (atendidos em média e alta tensão) passaram a poder optar pela compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre, adquirindo energia de geradores, produtores independentes ou comercializadores, no âmbito do Sistema Interligado Nacional (SIN). Consumidores com demanda contratada inferior a 500 kW devem, obrigatoriamente, ser representados por um agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Com o chamado Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico (Lei nº 15.269, de 24 de novembro de 2025), foi estabelecido um cronograma para a abertura do mercado aos consumidores de baixa tensão, prevendo-se o prazo máximo de 24 meses para a migração dos consumidores industriais e comerciais (até novembro de 2027) e de 36 meses para os demais consumidores, inclusive residenciais (até novembro de 2028), condicionados à regulamentação infralegal pela ANEEL e pelo MME.

Os consumidores que optarem pela migração para mercado livre de energia devem realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e dos encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

Para garantir a segurança do fornecimento durante essa transição, a lei cria o Supridor de Última Instância (SUI), responsável por atender consumidores que ficarem temporariamente sem contratos no mercado livre. Também institui o encargo de sobrecontratação, que mitiga riscos financeiros das distribuidoras decorrentes da migração de consumidores do ambiente regulado.

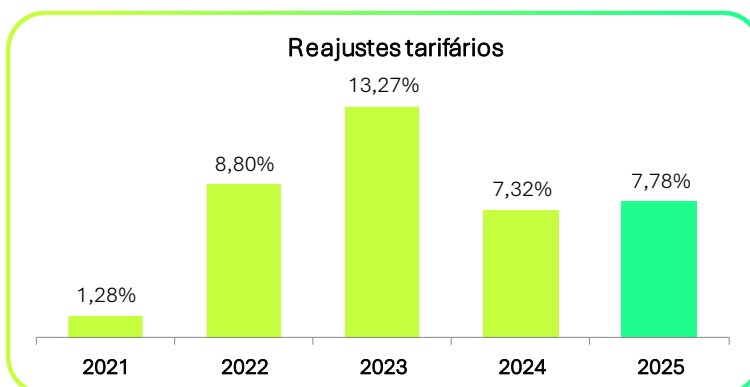
Reajuste Tarifário Anual

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

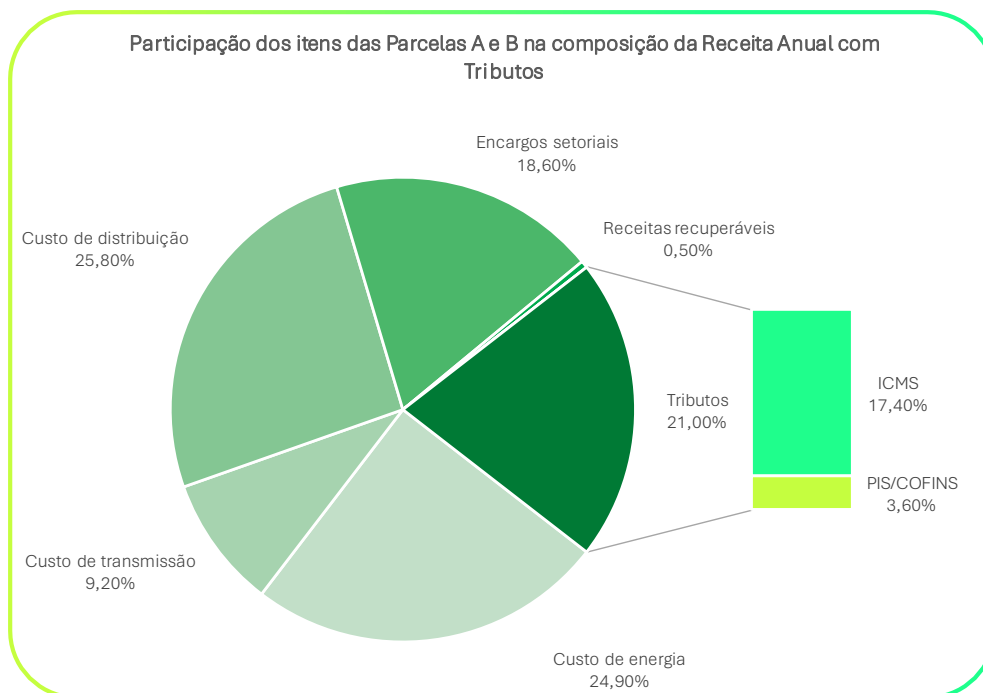
Em 20 de maio de 2025, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2025 a 27 de maio de 2026, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,78%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na baixa tensão o impacto médio foi de 6,86%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	9,45%
Baixa tensão – Grupo B	7,03%
Reajuste médio	7,78%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2024 a abril de 2025.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, apenas 25,8% ficam na Cemig D e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74,2% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Cemig D, com destaque para a compra de energia e tributos.



Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão.

Eventual descumprimento por três anos consecutivos, para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento, e por dois anos consecutivos, para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira, implicará a abertura de processo que pode levar à declaração de caducidade da concessão. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1)
		Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
		Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

O DEC obteve, em 2025, um percentual de 5,38% abaixo do limite regulatória e uma redução significativa em relação a 2024. A Cemig D realizou 8,97 (horas) frente ao limite de 9,48 (horas). O FEC apresentou elevação em comparação ao ano anterior, porém obteve um resultado abaixo do limite regulatório. Em 2025, o valor apurado foi de 5,14 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,83 (interrupções).

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{Dívida\ líquida^1}{Lajida^2 - QRR^3} \leq \frac{1}{(1,11 * Selic^4)}$$

1. A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
2. Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
3. QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
4. Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Inclusão de geração distribuída no cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras

Em 11 de março de 2025, a ANEEL aprovou a mudança da base de cálculo das perdas não técnicas das distribuidoras. O indicador passou a ser apurado com base no mercado medido (consumo efetivamente registrado nos medidores), em substituição ao mercado faturado, que agrega variáveis comerciais como créditos de energia, cobranças retroativas e custo de disponibilidade. Essa alteração passou a valer nos processos tarifários de 2025.

A mudança foi motivada pelos efeitos da expansão da micro e minigeração distribuída (MMGD), que reduziu o mercado faturado mais intensamente do que o mercado medido, gerando descasamentos no reconhecimento regulatório das perdas. Com isso, a energia injetada na rede pelas unidades de MMGD passou a ser explicitamente considerada no cálculo de perdas não técnicas e no dimensionamento da energia requerida das distribuidoras, sem alterar os direitos de compensação dos consumidores com GD.

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 27 de março de 2025, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2025 a fevereiro de 2026. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 8,03 (7,72% em 2024).

REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO

A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estruturada na criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirão gradualmente, entre 2026 e 2032, os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 regulamentaram as etapas iniciais da implementação, abrangendo regras de transição, governança dos novos tributos, administração tributária e contencioso.

O período de transição teve início em 1º de janeiro de 2026, com coexistência entre o sistema vigente e o novo modelo. Nesse exercício, serão destacados nos documentos fiscais apenas valores simbólicos de CBS (0,9%) e IBS (0,1%), destinados exclusivamente a fins estatísticos e preparatórios, sem efeitos financeiros ou impactos sobre as bases de apuração e escrituração. Os primeiros efeitos econômicos dos novos tributos ocorrerão somente a partir de 2027.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo da evolução normativa e constituiu grupo multidisciplinar para avaliar potenciais impactos sobre operações, processos, sistemas e controles internos. Durante 2025, foram conduzidas ações preparatórias, que terão continuidade em 2026, com foco na plena adequação ao novo modelo tributário. Importante ressaltar que os impactos da Reforma Tributária ainda não são integralmente conhecidos, uma vez que subsistem etapas regulatórias, legais e infralegais, pendentes de definição e publicação pelas autoridades competentes.

Como as alterações possuem caráter prospectivo, não há efeitos da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais impactos decorrentes de modificações legislativas futuras ou de sua interpretação serão reconhecidos no período em que se tornarem definitivos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Balanco energético

Em MWh	2025	2024	2023	2022	2021
Venda de energia	28.653.461	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805
Fornecimento	28.653.461	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	25.540.385	25.609.642	23.919.345	22.779.582	22.356.887
Mercado atendido	54.193.846	54.533.262	52.033.887	49.407.613	48.494.692
Perdas na rede básica	466.837	405.766	419.740	501.407	470.140
Perdas na distribuição	6.461.787	6.305.781	6.239.227	6.172.362	6.135.258
Perdas técnicas	4.860.700	4.875.397	4.842.855	4.872.141	4.788.861
Perdas não técnicas - PNT	1.601.087	1.430.383	1.396.372	1.300.221	1.346.397
PNT / energia requerida total %	2,62%	2,3%	2,40%	2,32%	2,40%
Perdas totais - PT	6.928.624	6.711.546	6.658.967	6.673.769	6.605.398
PT / energia requerida total %	11,34%	11,10%	11,30%	11,90%	11,99%
Energia requerida total	61.122.470	61.244.808	58.692.854	56.081.382	55.100.090

Mercado atendido

Em GWh	2025	2024	2023	2022	2021
Energia Faturada	28.664	28.982	28.058	24.051	24.653
Fornecimento	28.354	28.672	27.748	23.748	24.341
Residencial	15.082	14.430	13.311	11.217	11.186
Industrial	1.016	1.357	1.552	1.533	1.695
Comércio, serviços e outros	6.067	6.400	6.354	4.542	4.143
Rural	3.545	3.534	3.447	3.062	3.944
Poder público	975	1.041	973	856	729
Iluminação pública	946	973	1.056	1.138	1.226
Serviço público	723	937	1.055	1.400	1.418
Suprimento Agente Distribuição	310	310	310	303	312
Uso da Rede de Distribuição					
Consumidores Livres	25.417	25.460	23.838	22.784	22.340
Residencial	21.246	22.035	20.997	20.666	20.447
Industrial	2.807	2.415	2.036	1.761	1.535
Comércio, serviços e outros	150	77	46	40	44
Rural	840	597	439	13	4
Poder público	59	7	2	3	-
Concessionárias	315	329	318	301	310
Total	54.081	54.442	51.896	46.835	46.993
Variação %	(0,66)	4,91	10,81	(0,34)	4,94

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado do exercício

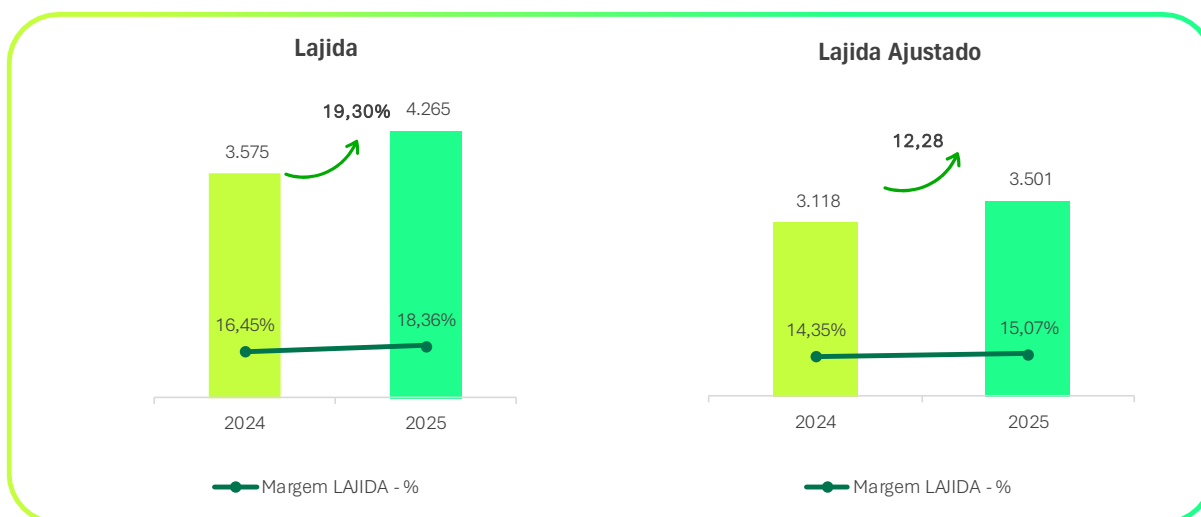
A Companhia teve um lucro líquido de **R\$1.898 milhões** no exercício de 2025, em comparação a **R\$1.953 milhões** em 2024, representando uma redução de **4,35%**.

As principais variações nas receitas, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	2025	2024	Var %
Lucro líquido do exercício		1.868	1.953	(4,35)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9c	295	531	(44,44)
Resultado financeiro líquido	25	901	(21)	
Amortização	24c	1.201	1.112	8,00
= Lajida (1)		4.265	3.575	19,30
Remensuração do passivo de pós emprego	20	(922)	-	-
Programa de desligamento voluntário programado	26	19	56	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	21	-	(513)	-
Provisões Tributárias - Indenização do Anuênio	21	139	-	-
= Lajida ajustado (2)		3.501	3.118	12,28

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional bruta

A composição da receita bruta da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	R\$ Milhões	
	2025	2024
Fornecimento faturado	15.615	14.272
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	-	513
Suprimento faturado	-	366
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	15.492	15.012
Consumidores cativos	9.558	9.843
Consumidores livres	5.934	5.169
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	500	536
Fornecimento não faturado	(6)	113
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	506	423
Serviços cobráveis	19	18
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	3.434	2.041
Total	35.060	32.758

Fornecimento faturado de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede por consumidores cativos foi de R\$25.173 milhões em 2025, em comparação a R\$24.116 milhões no exercício de 2024, representando um aumento de 4,38%.

Composição do fornecimento por classe de consumo	2025			2024			Variações (%)	
	MWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$
Residencial	15.081.976	14.259	945,43	14.430.057	12.971	898,89	4,52	9,93
Industrial	1.016.463	886	871,65	1.356.598	1.134	835,56	(25,07)	(21,87)
Comércio, serviços e outros	6.066.664	5.296	872,97	6.399.845	5.304	828,77	(5,21)	(0,15)
Rural	3.544.524	2.611	736,63	3.533.721	2.497	706,64	0,31	4,57
Poder público	975.064	948	972,24	1.040.795	936	899,47	(6,32)	1,28
Iluminação pública	945.998	590	623,68	972.909	546	560,77	(2,77)	8,06
Serviço público	723.188	583	806,15	936.690	728	776,94	(22,79)	(19,92)
Subtotal	28.353.877	25.173	5.829	28.670.615	24.116	841,11	(1,10)	4,38

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

As principais variações no fornecimento de energia estão descritas a seguir:

Residencial

O consumo residencial aumentou **4,52%** no exercício de 2025, frente ao exercício de 2024. Este comportamento está relacionado:

- **Aumento de 3,1%** na quantidade de consumidores e redução de 2,5% no consumo médio mensal por consumidor (passou de 136,9 kWh/mês no 4º trimestre de 2024 para 133,4 kWh/mês no 4º trimestre de 2025);

- Migração de clientes para a Micro e Minigeração Distribuída

Industrial

A energia total da classe apresentou **redução de 25,07%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução está relacionada, principalmente, à migração de consumidores para o mercado livre.

Comercial e Serviços

A energia total da classe utilizada pelos clientes cativos e a energia transportada para os clientes livres apresentou **redução de 5,20%** no 4º trimestre de 2025 frente ao mesmo período do ano anterior devido principalmente à migração de clientes para a MMGD.

Segundo o IBGE, o volume de serviços apresentou **aumento de 0,3%** no acumulado do ano até novembro/25 na comparação com o mesmo período no ano anterior. E o volume de vendas no comércio varejista **aumentou 1,6%** nessa mesma comparação.

Houve uma redução no consumo do mercado cativo e aumento no uso da rede pelos clientes livres. O consumo comercial cativo foi impactado pela migração de clientes para a MMGD e pela migração para o mercado livre.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2025, essa receita correspondeu ao montante de **R\$5.934 milhões**, comparada a **R\$5.169 milhões** ao exercício de 2024, representando um **aumento de 14,80%**.

Essa variação decorre, principalmente, de um **aumento de 16,27%** no uso da rede pelos clientes livres da classe comercial.

	MWh (1)		Var %
	2025	2024	
Industrial	21.246.392	22.035.453	-3,58%
Comercial	2.807.465	2.414.550	16,27%
Rural	149.938	77.159	94,32%
Serviço Público	840.126	597.273	40,66%
Poder Público	59.126	7.021	742,13%
Concessionárias	315.279	329.352	-4,27%
Total de energia transportada	25.418.327	25.460.808	-0,17%

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados

utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários.

Em 2025 foi reconhecida uma receita no montante de **R\$506 milhões**, em comparação a **R\$423 milhões** no exercício de 2024. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com CDE.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na nota explicativa nº 12.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores

Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido a partir de revisões tarifárias. Desse modo, o ajuste na receita referente à realização dessa restituição ocorreu até o segundo trimestre de 2025, sendo de **R\$513 milhões**, em comparação a **R\$513 milhões** no exercício de 2024.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de **R\$11.888 milhões** no exercício de 2025 em comparação a **R\$11.028 milhões** no exercício anterior, representando um **aumento de 7,80%**. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos não gerenciáveis – parcela “A”

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$12.087 milhões em 2025, comparado a R\$11.416 milhões em 2024, representando um aumento de 5,88%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- **Aumento nos custos com energia de curto prazo** da Cemig D. Essa variação foi causada, principalmente, pela forte elevação do PLD em todos os submercados, com destaque para o PLD SE/CO que passou de um patamar médio de R\$127,88/MWh em 2024 para R\$223,46/MWh em 2025, representando um crescimento de 75%. Essa elevação, associada a um cenário hidrológico desfavorável, onera os custos de curto prazo da companhia com contratos de disponibilidade e com aqueles que compartilham o risco hidrológico.
- **Aumento no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado**, reflexo dos reajustes contratuais anuais atrelados ao IPCA e da entrada de novos contratos;

- **Aumento no custo com geração distribuída** decorrente do aumento do número de instalações geradoras (372.932 no exercício de 2025, comparada a 301.988 no exercício anterior) e do aumento na quantidade de energia injetada (8.032 GWh no exercício de 2025, comparado a 6.176 GWh no exercício anterior);

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 25.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram **R\$3.410 milhões** no exercício de 2025, comparado a **R\$3.356 milhões** no exercício anterior, representando um **aumento de 1,59%**.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela contratação dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST), no exercício de 2025, reflexo de aumento de carga da Cemig D. Além disso, houve aumento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no reajuste tarifário anual, homologado em maio de 2025.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos gerenciáveis – parcela “B”

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$4.664 milhões em 2025 em comparação a R\$4.495 milhões em 2024, representando um aumento de 3,76%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do exercício de 2025 foi uma reversão de despesa no montante de **R\$578 milhões**, em comparação a uma despesa de **R\$323 milhões** no exercício de 2024. Essa variação decorre, principalmente, devido ao acordo realizado entre a Companhia e as entidades sindicais pelo encerramento das contribuições patronais ao ProSaúde Integrado (PSI) e ao Plano Odontológico (POD) em contrapartida ao pagamento de indenização compensatória. Mais detalhes na nota explicativa nº 25.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de **R\$1.916 milhões** no exercício de 2025, comparada ao montante de **R\$1.787 milhões** no exercício de 2024, representando um **aumento de 7,22%**.

Os principais fatores que impactaram essa despesa foram:

- **Aumento na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos**, refletindo o maior volume de manutenções realizadas no período para maior eficiência na prestação dos serviços e geração de receita.
- **Aumento na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros** e com **podas de árvores** atrelados a uma maior execução desses serviços a fim de evitar e diminuir a duração da interrupção de energia, quando incorrida.
- **Aumento de 15,28% na despesa com corte e religação** decorrente principalmente do emprego de tecnologias mais avançadas na programação de alvos e ampliação da instalação de medidores inteligentes, possibilitando a atuação em corte e religação remotos.

Provisões operacionais

As provisões para contingências representaram uma despesa de **R\$494 milhões** em 2025, em comparação a uma reversão de **R\$205 milhões** em 2024, sendo essa variação atrelada, principalmente, aos seguintes fatores:

Trabalhistas

Aumento de 26,36% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida das reversões no montante de **R\$163 milhões** de 2025, em comparação a **R\$129 milhões** em 2024. Essa variação decorre, principalmente, das adições relativas aos processos trabalhistas coletivos.

Tributárias

Variação nas provisões para contingências tributárias, que representou uma constituição líquida das reversões no montante de **R\$186 milhões** em 2025, em comparação a uma reversão de **R\$490 milhões** em 2024. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de **R\$138 milhões**, no quarto trimestre de 2025, refere-se, principalmente, ao provisionamento de ação em que se discute a incidência de

imposto de renda sobre pagamento de verbas indenizatórias aos funcionários, em troca do direito aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários.

- A reversão observada em 2024 está relacionada à decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o que gerou o reconhecimento de uma reversão de provisão no montante de **R\$513 milhões**.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício de 2025 foi uma despesa financeira de R\$901 milhões, comparada a uma receita financeira de R\$21 milhões em 2024. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- **Aumento na receita financeira** relativa à variação monetária de CVA e outros componentes financeiros que foi de **R\$114 milhões** no exercício de 2025, em comparação a uma receita financeira de **R\$47 milhões** no exercício anterior. Essa variação decorre, basicamente, do maior montante, relativo aos itens que são atualizados financeiramente, homologado no reajuste tarifário de 2025, comparado ao valor desses itens no reajuste tarifário de 2024.
- **Aumento na receita financeira** com renda de aplicação financeira, sendo **R\$256 milhões** no exercício de 2025, comparadas a **R\$123 milhões** no exercício de 2024. Essa variação justifica-se, principalmente devido a um maior volume médio de caixa disponível para aplicações;
- Variação na atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo uma despesa financeira de **R\$14 milhões** no exercício de 2025, comparada a uma receita financeira de **R\$371 milhões** no exercício de 2024. Em maio de 2024, foi reconhecida a baixa do saldo remanescente do passivo de “Valores a restituir a consumidores” que foi devolvido a partir das revisões tarifárias, reduzindo a base de cálculo desta despesa financeira. Mais detalhes na nota explicativa nº16.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou, no exercício de 2025, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de **R\$295 milhões** em relação ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social de **R\$2.164 milhões**. No exercício de 2024, a Companhia apurou uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de **R\$531 milhões** em relação ao lucro antes dos impostos de **R\$2.484 milhões**.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d destas demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

O negócio da Companhia é de capital intensivo. Historicamente, a Companhia tem necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos temporários

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 totalizaram **R\$1.472 milhões**, em comparação a **R\$1.266 milhões** em 31 de dezembro de 2024, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e equivalentes de caixa e de Investimentos temporários durante o exercício de 2025 foram:

- Ao longo de 2025, a Cemig D concluiu a emissão da 12^a, 13^a e 14^a emissão de debêntures, resultando em uma entrada de caixa, líquida dos custos de transação, de **R\$6.758 milhões**. Mais detalhes sobre essas captações na nota explicativa nº 17.
- Em contrapartida, a Cemig D, em linha com a atual política de investimentos, investiu **R\$4.244 milhões** na infraestrutura de distribuição, no exercício de 2024.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros nos mercados de capitais e financeiro nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa por meio de seus negócios. A combinação destes fatores possibilitou a execução de seu programa de investimentos sem afetar sua alavancagem, mantendo-a em níveis sustentáveis, o que contribui para a continuidade das suas operações.

Em março de 2025, a Cemig D captou recursos por meio da 12ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,5 bilhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 1,640 bilhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,86% a.a., com prazo de 7 anos e amortizações nos 6º e 7º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$ 860 milhões, com correção monetária através do IPCA mais 7,5467% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 15 anos e amortizações nos 13º, 14º e 15º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2,524 bilhões.

As condições da oferta e de mercado naquele momento fizeram com que houvesse uma sobre demanda por parte dos investidores de cerca de 1,94 vezes o valor inicialmente ofertado. Para aproveitar a liquidez do mercado desse momento, a Companhia optou em realizar logo em seguida no mês de abril de 2025, nova captação por meio da 13ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1,895 bilhão em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 1,143 bilhão, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,64% a.a., com prazo de 5 anos, com amortizações nos 4º e 5º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$ 752 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,80% a.a., com prazo de 7 anos, com amortizações nos 6º e 7º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1,895 bilhões.

Em novembro de 2025, a Cemig D voltou a captar recursos no mercado de capitais por meio da 14ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,5 bilhões em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$ 2 bilhões, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,7878% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 12 anos, com amortizações nos 10º, 11º e 12º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$ 500 milhões, com incidência de correção monetária através do IPCA mais 6,6504% a.a. de juros remuneratórios, com prazo de 15 anos, com amortizações nos 13º, 14º e 15º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2,514 bilhões.

Ao longo de 2025, a Cemig D desembolsou R\$ 3.464 milhões com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$ 2.369 milhões referente à amortização do principal.

Como consequência das novas emissões, que foram realizadas com prazos de vencimentos alongados, a Cemig D aumentou significativamente o prazo médio da sua dívida de 4,8 anos, em 31 de dezembro de 2024, para 7,0 anos, em 31 de dezembro de 2025. Por sua vez, os custos nominais e reais da dívida aumentaram, sendo 13,31% a.a. e 8,61% a.a. em 31 de dezembro de 2025, respectivamente, e 12,01% a.a. e 6,79% a.a., respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Com relação aos *ratings* locais, a Fitch manteve o *rating* da Cemig em AAA, enquanto a Moody's elevou, em agosto de 2025, o *rating* de AA+ para AAA. Por fim, em 2025 a Standard & Poor's manteve o *rating* AA+, com perspectiva positiva. Dessa forma, todas as agências

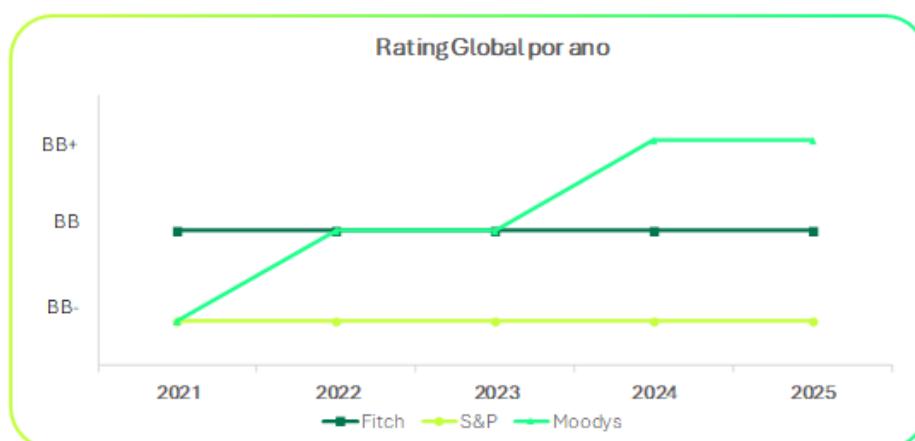
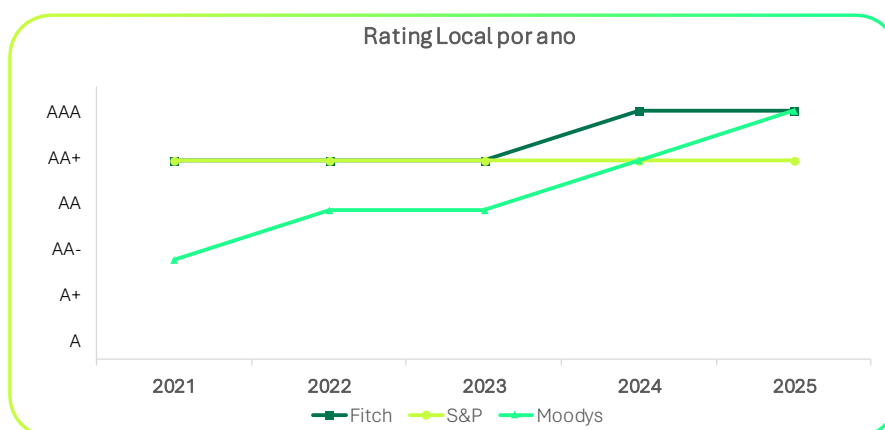
mantiveram ou elevaram sua visão positiva de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez e melhora dos indicadores de desempenho operacionais. Com relação aos *ratings* globais, a Fitch, Standard & Poor's e Moody's reafirmaram as notas BB, BB- e Ba1, respectivamente.

Os detalhes sobre as Debêntures emitidas pela Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 17.

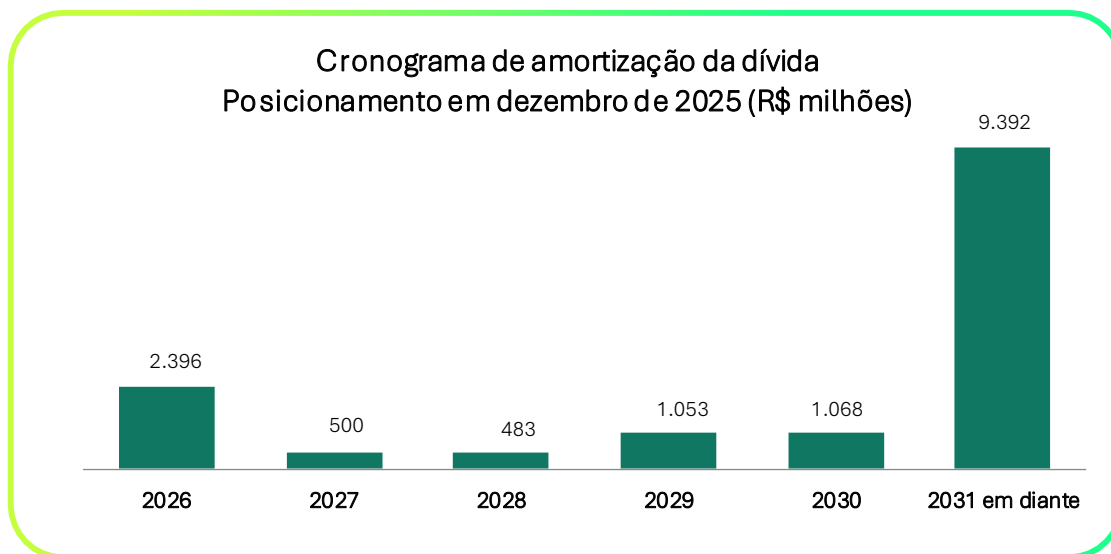
A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados a todas as emissões de debêntures, que limitam a sua capacidade de endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$14.892 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 7 anos.

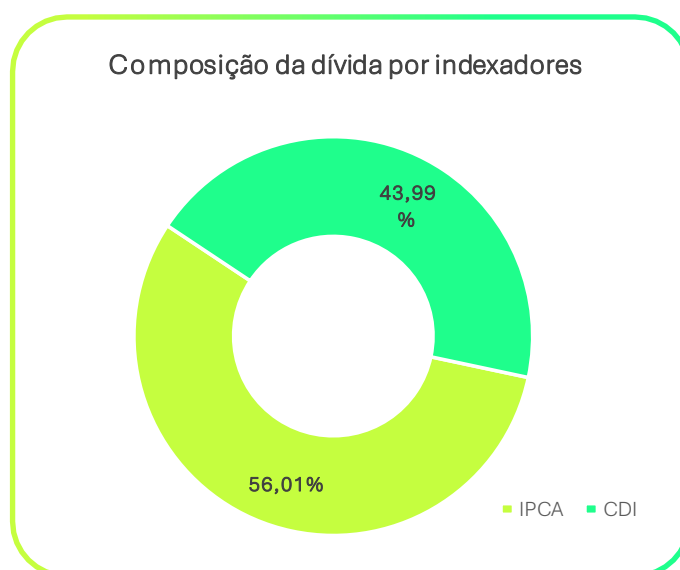
Os gráficos a seguir apresentam a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:



O cronograma de amortizações da dívida é apresentado no gráfico a seguir:



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2025, é conforme segue:



A Companhia possui um *hedge* natural, com correção pelo IPCA, índice que atualiza seus serviços de distribuição. O custo real da dívida da Cemig D é de 8,61% a.a. e de 13,31% a.a. em custo nominal.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar se até 30 de abril de 2026, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido de 2025, no montante de **R\$2.121 milhões**, acrescido do ajuste de avaliação atuarial do benefício de pós-emprego:

- **R\$105 milhões**, relativos a 5% do lucro líquido, ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de **reserva legal**;
- **R\$30 milhões** sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de **reserva de incentivos fiscais**, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2025 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- **R\$1.057 milhões** sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de **juros sobre capital próprio (“JCP”)**;
- **R\$162 milhões** sejam destinados para pagamento de **dividendos obrigatórios**
- **R\$235 milhões** sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de **Reserva de retenção de lucros**, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2026.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, em 2025 foram **investidos R\$ 5,2 bilhões** no negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Cemig D na concessão de distribuição. Isso representa mais oferta de energia, o que impulsiona o crescimento do estado e um atendimento de mais qualidade aos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na **melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção**, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a **expectativa de investimentos relevantes de R\$ 5,3 bilhões em 2026**, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

A Cemig D define, por meio do **Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)**, a priorização dos investimentos a serem realizados pela distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na sua área de concessão.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de **Atendimento Urbano** concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2025, foram realizados, aproximadamente, **R\$372 milhões** em investimentos, promovendo a extensão

de 109 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 336.540 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de **Atendimento Rural**. Foram efetivadas as conexões de mais de 9.522 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.662 km de rede de média e baixa tensão, em 2025, perfazendo um total de **R\$425 milhões** em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto **Atendimento Complementar**. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente **R\$844 milhões**, pela Cemig, e **R\$565 milhões** pelos solicitantes a título de participação financeira nas obras, no ano de 2025. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.890 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2025, ocorreram intervenções em 1.161 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$ 520 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto **Segurança de Terceiros**. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros, nas redes de distribuição. No último ano, foram regularizadas 385 instalações, com um investimento de **R\$9,3 milhões**.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do estado, por meio do **Programa Energia Legal**. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2025, foram realizados cerca de **R\$18,6 milhões** na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte e religação remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e

operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, **R\$845 milhões** em 2025.

No terceiro ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de **R\$4,87 bilhões**. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	2025	2024
Expansão e reforço em alta tensão	1.493	1.232
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	340	353
Operação e manutenção em alta tensão	69	75
Operação e manutenção em média e baixa tensão	375	309
Reforço de redes de média e baixa tensão	365	304
Reforma de redes em média e baixa tensão	155	139
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	372	290
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	425	361
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	844	667
Troca de medição/medição de fronteira	220	197
BT Zero - Programa de regularização de comunidades	19	39
Telecomunicações	154	135
Plano diretor de automação da média tensão	28	65
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	9	11
Total	4.868	4.177

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig D, um destaque é o **Programa Minas Trifásico**, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e em maior quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O Programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2025, foi de aproximadamente **R\$850 milhões**, com extensão de 3.550 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig D é o **Programa Mais Energia**, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

O programa prevê a construção e ampliação de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, aumentando em mais de 30% a quantidade e potência do parque de subestações ante ao início do programa de investimentos em 2018, e que hoje atendem a

cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as subestações novas e reforçadas irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo mais de R\$5 bilhões, no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações são mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no Programa Mais Energia em 2025 foi de **R\$1.493 milhões**, com a energização de 23 subestações e mais de 550 km de novas linhas de distribuição.

Cemig Agro: energia e inovação para o campo

Em 2025, o **Cemig Agro** consolidou-se como iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento da infraestrutura elétrica no meio rural e ao suporte ao desenvolvimento do agronegócio em Minas Gerais. No segundo ano de operação, o programa avançou na ampliação da capacidade instalada, na melhoria dos indicadores de continuidade, na qualificação do atendimento ao cliente rural e no desenvolvimento de ações estruturantes de inovação e eficiência energética.

No exercício, foram concluídas **mais de 16 mil obras** em redes rurais, beneficiando **mais de 100 mil unidades consumidoras** e representando **crescimento de 33%** na carteira de projetos.

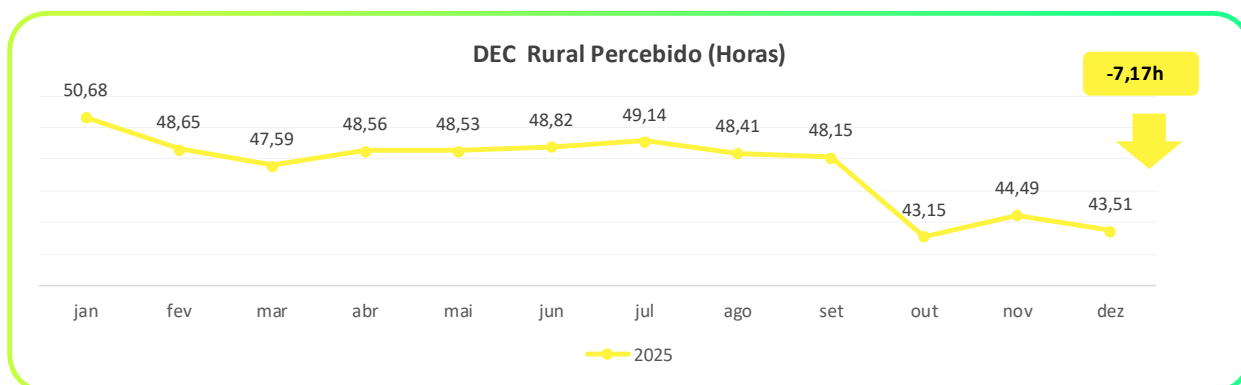
A estratégia de descentralização operacional avançou com **95% das 76 bases regionais** previstas já em funcionamento, ampliando a presença territorial e reduzindo tempos de atendimento. Desde janeiro, foram executados **mais de 156 mil serviços**, incluindo ações emergenciais e preventivas, contribuindo para a **redução de 1h25min** na duração média das interrupções e para a melhoria de **7%** no **DEC Percebido Rural**.

O programa apresentou evolução consistente nos indicadores de relacionamento com clientes. As reclamações de consumidores rurais à Cemig registraram queda superior a **53%**, enquanto os registros no órgão regulador reduziram em mais de **22%**. O canal de atendimento exclusivo superou **158 mil demandas**, fortalecendo a interação direta com produtores, sindicatos e entidades representativas. A presença institucional também foi ampliada por meio da realização de **47 eventos regionais** e pelo crescimento do acesso ao portal digital do programa, que contabilizou **41.990 visitas** no período.

No eixo de eficiência energética, o programa **Cemig Troca Seu Motor** avançou para a fase de execução, com **44 propostas** cadastradas, totalizando aproximadamente **R\$ 750 mil** em investimentos previstos, além da ampliação da rede de parceiros para **38 revendas credenciadas**. Outro destaque foi o desenvolvimento do projeto voltado às **Escolas Municipais Rurais**, que prevê a modernização de escolas pela substituição de iluminação e implantação de usinas fotovoltaicas, quando tecnicamente viável.

As iniciativas de inovação tecnológica mantiveram ritmo consistente. O projeto **Agrivoltaico**, desenvolvido em parceria com a EPAMIG, avançou na implantação das primeiras estruturas em Prudente de Moraes (MG). O **Robô Supressor**, desenvolvido no Inovalab, evoluiu para fase de protótipo, e foi iniciado o desenvolvimento de uma solução para aprimorar a **previsibilidade da demanda futura de energia no meio rural**, visando melhorar o planejamento da expansão das redes, linhas e subestações.

Os resultados de 2025 reforçam o papel do Cemig Agro como instrumento de apoio ao desenvolvimento do agronegócio mineiro, por meio de investimentos em infraestrutura, digitalização, eficiência e inovação.



RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Foco no cliente

A busca contínua pela satisfação dos clientes faz parte da Visão da Cemig. O compromisso com a excelência na prestação de serviços e com o bom relacionamento com os clientes constitui um dos princípios expressos no Código de Conduta da Cemig.

Nossos clientes

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes da Cemig são:

- **Consumidores cativos:** vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- **Consumidores livres:** sem vínculo com distribuidoras com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros estados em que a Cemig atua.
- **Distribuidoras** que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. Esse Conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Cemig recebe selo "O cliente recomenda" e certificação de excelência em satisfação no setor de energia

A Cemig foi premiada com o certificado *Experience Certified* e o selo "O cliente recomenda" na cerimônia do *Experience Award*, promovida pela SoluCX, em São Paulo. O evento, que busca destacar as empresas com os melhores índices de satisfação do cliente em diversos setores, avalia o desempenho de marcas em 48 categorias. No setor de *Utilities* – que inclui

Energia, Gás Botijão, Água e Saneamento, a Cemig se destacou entre as 82 empresas avaliadas, recebendo um índice de satisfação superior à média de 35 pontos.

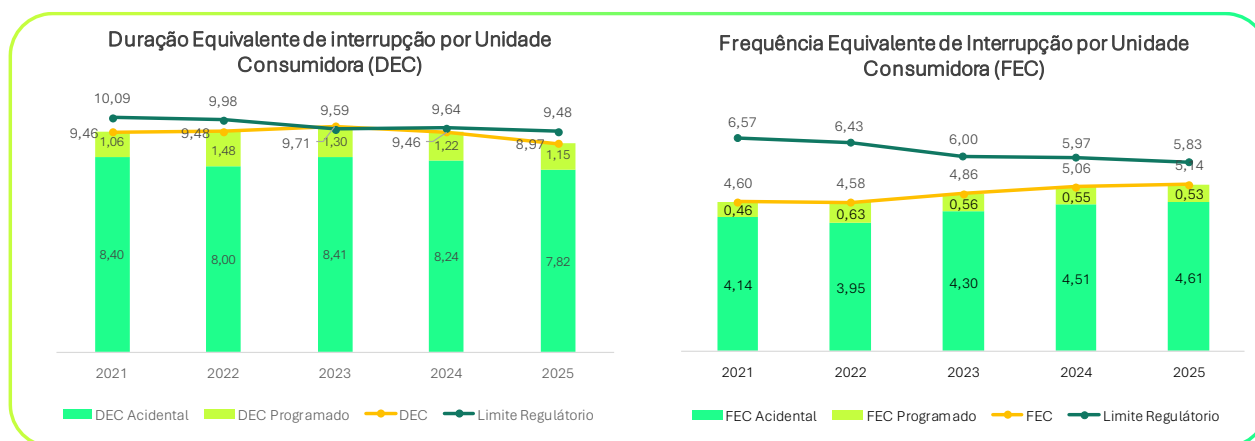
A premiação no setor de *utilities* foi baseada em 82.915 avaliações de clientes em todo o Brasil, utilizando a metodologia NPS de percepção (*double-blinded*), que mede a opinião de consumidores de forma independente. Para se qualificar ao prêmio, as empresas precisaram acumular ao menos 400 avaliações, atingindo a média de NPS no setor.

Qualidade no fornecimento

A qualidade no fornecimento é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição. Há também o investimento em qualificação dos recursos humanos, em novas tecnologias e padronizações do processo de trabalho. A efetividade das ações anteriormente ilustradas é verificada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC).

O DEC obteve, em 2025, um percentual de 5,38% abaixo do limite regulatória e uma redução significativa em relação a 2024. A Cemig D realizou 8,97 (horas) frente ao limite de 9,48 (horas). O FEC apresentou elevação em comparação ao ano anterior, porém obteve um resultado abaixo do limite regulatório. Em 2025, o valor apurado foi de 5,14 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,83 (interrupções).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Compensação financeira

Eventos climáticos extremos — como chuvas intensas, vendavais e descargas atmosféricas — podem causar danos às redes de distribuição de energia, resultando em interrupções no fornecimento. Essas interrupções impactam indicadores coletivos (DEC e

FEC) e geram custos adicionais com manutenção, recomposição de equipes e ressarcimento a clientes.

Segundo a Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, quando os limites dos indicadores individuais de continuidade (**DIC** – Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora, **FIC** – Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora, **DMIC** – Duração Máxima de Interrupção Contínua e **DICRI** – Duração da Interrupção Individual ocorrida em Dia Crítico) são violados, as distribuidoras devem compensar financeiramente os consumidores afetados por meio de crédito na fatura em até dois meses. Em 2025, essas compensações somaram **R\$155 milhões (R\$157 milhões em 2024)**.

Para reduzir esses riscos, são realizadas ações de manutenção preventiva, como manejo de arborização, limpeza de faixa e substituição de estruturas danificadas. Além disso, a Cemig investe em um plano robusto de obras e melhorias na rede de distribuição. A operação de estações climatológicas e de radar meteorológico permite prever tempestades com maior precisão e antecipar ações emergenciais, acelerando o restabelecimento da energia.

Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D possui área de concessão no estado de Minas Gerais e está presente em 774 municípios deste estado. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento. O número de contatos registrados em 2025 foi de 131 milhões.

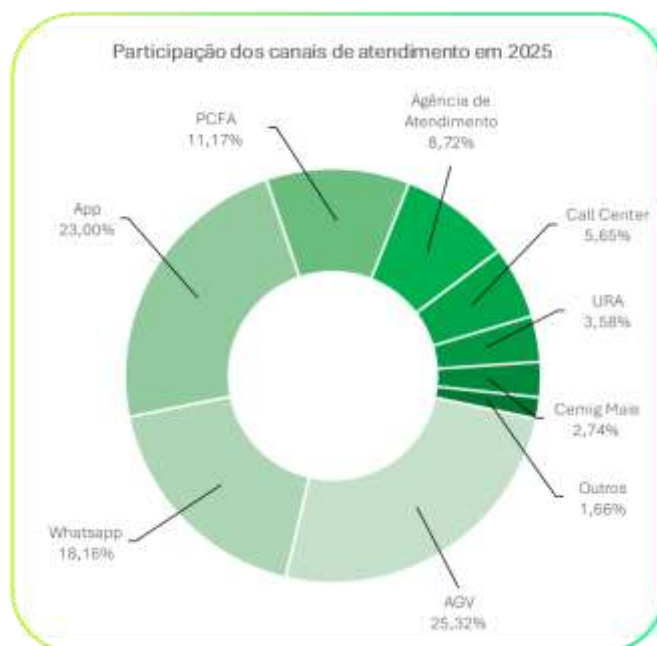
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat.

Além do seu site, com mais de 21 milhões de contatos em 2025, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 16 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 20,7 milhões de contatos em 2025.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 1,3 milhões de contatos.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2025:



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os empregados. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASCR) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

Companhia atingiu 68,5 pontos no índice de satisfação (72,1 pontos em 2024), o que representou uma queda de 5% ao valor apurado no ano anterior. Frente a isso, a Cemig iniciou um trabalho para proposição do plano de ações estruturantes integrado, com a participação de várias áreas de negócio da Companhia. Ao todo, são mais de 50 ações que estão sendo realizadas visando a melhoria da satisfação dos clientes.

Ainda, na busca da melhoria contínua no atendimento aos clientes, foram atualizadas as pesquisas mensais do Net Promoter Score (NPS), para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS permitem que os clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados. Desde o último resultado do ISQP, a Companhia passou a categorizar as opiniões recebidas pelos clientes, com base nos atributos das pesquisas ISQP e IASC e a utilizar Inteligência Artificial (IA) para a leitura de todas as opiniões, buscando conhecer quais são os principais pontos indicados pelos clientes. Com base nessas informações, é elaborado um relatório mensal que é direcionado às Lideranças da Companhia, permitindo melhor entendimento das opiniões dos clientes e melhor direcionamento das ações.

A pesquisa IASC de 2025, que é realizada pela Aneel em todo o Brasil, aconteceu no período de julho a outubro de 2025, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão, cujo resultado será disponibilizado no primeiro semestre de 2026. No ano de 2024, o resultado da Cemig foi 60,45.

Transformação do atendimento

A Cemig, comprometida com a satisfação de seus clientes, desenvolveu o projeto **Cliente+**, parceria estratégica, tecnológica e operacional com a IBM, uma das empresas mais importantes do setor de tecnologia, que hoje é responsável por operar todos os canais de atendimento da Companhia.

Entre os principais objetivos do projeto, está o aporte de novas tecnologias digitais e cognitivas, inovadoras e disruptivas, com vistas à melhoria da experiência do cliente ao entrar em contato com a Companhia, bem como a redução do custo total de toda a operação de atendimento.

Diante disso, as soluções utilizando a Inteligência Artificial Generativa no atendimento presencial e telefônico da Cemig tem como objetivo o aumento da eficiência operacional. Com o intuito de fornecer novos instrumentos tecnológicos que pudessem auxiliar os atendentes em sua jornada, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria dos indicadores, o Projeto Cliente+ implementou e vem utilizando uma ferramenta para análise da fatura dos clientes cativos conectados em baixa tensão, a saber:

A centralização das informações, o ganho de agilidade nos processos e a padronização das respostas contribuem tanto para a elevação da eficiência interna quanto para o aumento da satisfação do público atendido.

Benefícios para o Atendimento e para o Cliente

A implementação da inteligência artificial no atendimento reduz significativamente a curva de aprendizado dos novos colaboradores, já que a tecnologia disponibiliza informações completas sem a necessidade de navegação por diferentes telas do SAP. Isso permite um diagnóstico mais rápido das faturas e oferece aos atendentes maior domínio sobre os principais motivos de cobrança, garantindo explicações mais claras e padronizadas aos

clientes. Além disso, há um avanço notável na qualidade da argumentação, pois o recurso tecnológico promove mais segurança e precisão na exposição dos valores cobrados nas faturas. A ferramenta também contribui para desenvolver a capacidade analítica dos profissionais de forma simples e acessível, fortalecendo a confiabilidade das informações repassadas e ampliando a segurança na contra argumentação durante os atendimentos.

Do ponto de vista do cliente, a IA assegura que as informações fornecidas sejam consistentes em todos os canais de atendimento, promovendo transparência e facilitando o entendimento sobre os valores cobrados. Essa clareza reduz interpretações equivocadas que poderiam gerar insatisfação e, conseqüentemente, eleva o nível de confiança do cliente nas informações recebidas. O processo torna-se mais ágil, uma vez que o atendente passa a ter acesso imediato aos dados relevantes, proporcionando um atendimento mais rápido, objetivo e eficaz.

Além das soluções cognitivas para atendimento, conforme explicitado anteriormente, a Cemig possui uma infraestrutura avançada de medição (**AMI – Advanced Metering Infrastructure**) implantada para clientes localizados em Belo Horizonte e região metropolitana.

A medição AMI permite que através dos canais App e Site Cemig Atende, o cliente possa realizar o monitoramento mensal, diário e horário do consumo e da injeção de energia excedente na rede, permitindo-o compreender o valor de possuir um medidor inteligente instalado em sua residência. Além disso, esses serviços proporcionam maior autonomia aos clientes, oferecendo informações essenciais para o controle e planejamento financeiro. Esses fatores são essenciais para promover uma imagem positiva da empresa, aumentando a possibilidade de melhorias nos índices de satisfação e de redução do número de reclamações.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1,856 milhão de clientes no exercício de 2025 (1,630 milhão em 2024), representando um aumento de 13,9%. Diversas iniciativas foram realizadas ao longo de 2025 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, sendo as principais, Promoção "**Conta Premiada Cemig**", Inclusão do QR Code para adesão digital no verso das faturas enviadas por correio, envio da fatura degustação por e-mail e envio de e-mail marketing incentivando a adesão. Esse projeto é uma importante iniciativa de sustentabilidade e preservação do meio ambiente que também tem efeito direto na satisfação dos clientes e na redução de custos para a Companhia.

Gestão da inadimplência e arrecadação

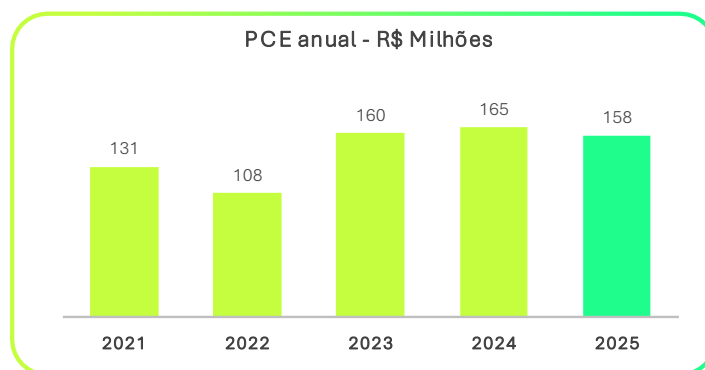
Em 2025, a Companhia manteve um robusto plano de combate à inadimplência, garantindo uma gestão eficiente das receitas e a manutenção de índices históricos de arrecadação.

Os resultados alcançados pelo segmento de distribuição decorrem das iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, com destaque para:

- **Intensificação e aprimoramento das ações de cobrança.** Foram realizadas mais de 90 milhões de acionamentos (18% superior ao exercício anterior) sendo: 75,9 milhões de cobranças, por meio de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento). Além disso, foram emitidas e entregues pelos leituristas 6,7 milhões de cartas de cobrança, efetuadas 7,2 milhões de negativações, 1,8 milhão de suspensões de fornecimento e 137 mil protestos de títulos em cartório;
- **Aplicação de técnicas de otimização e modelos de Machine Learning** para classificação dos padrões de solvência dos clientes, permitindo identificar o nível de risco e direcionar a ferramenta de cobrança mais adequada, garantindo maior eficiência operacional e melhor relação custo-benefício conforme o perfil e o comportamento de cada cliente;
- **Reforço da equipe dedicada à cobrança de consumo irregular**, com tratamento direcionado de carteiras selecionadas e intensificação das ações de cobrança, incluindo telecobrança, protesto, negativação e suspensão de fornecimento, além da contratação de novas empresas especializadas;
- **Atuação sistemática de equipe especializada** junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- **Realização de campanhas de negociação** em parceria com os canais digitais, o Ministério Público Federal e os Procons, direcionadas a públicos selecionados. As iniciativas permitiram não apenas ampliar a arrecadação e a regularização de créditos, mas também fortalecer o relacionamento com os órgãos de classe e aprimorar a experiência do usuário.

PCE – Perdas de Créditos Esperadas

Evolução positiva encerrando 2025 com R\$158,30 milhões, 4,2% abaixo do exercício anterior. O desempenho foi impulsionado pelo reforço das ferramentas de cobrança e negociações junto a grandes clientes (destaque para os segmentos de hospitais e empresas de serviços públicos).



Proteção contra perdas

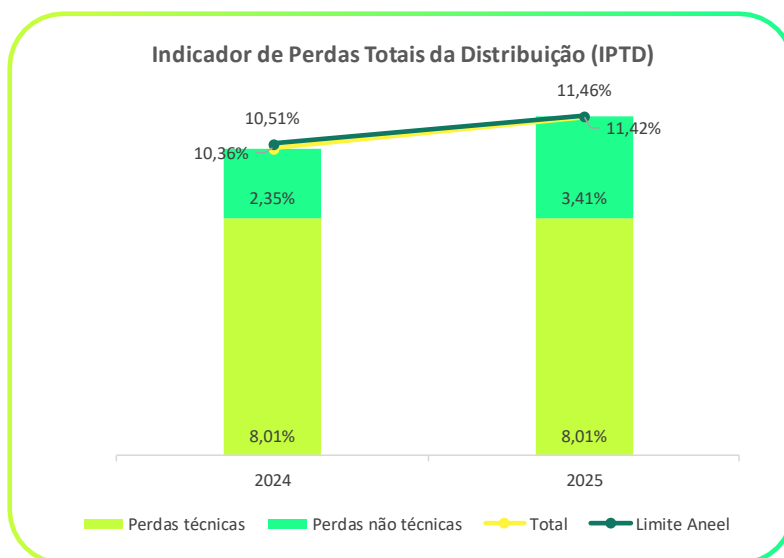
A redução das perdas de energia é um dos objetivos estratégicos da Cemig, uma vez que as perdas representam receitas não auferidas e trazem, indiretamente, impactos ao meio ambiente, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o controle das perdas elétricas se relaciona, também, com a qualidade do fornecimento de energia e com a segurança da população, temas considerados muito relevantes para a Companhia.

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do **Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD)**, que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expresso em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em **Perdas Técnicas (PPTD)**, que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e **Perdas não Técnicas (PPNT)**, que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

As perdas de energia são divididas em duas categorias:

- **Perdas técnicas:** são as perdas naturais que ocorrem durante o processo de transporte, transformação e distribuição da energia elétrica pelas redes e equipamentos. Fatores como a eficiência das redes, obras de melhoria no sistema elétrico, o uso de geração distribuída (produção local de energia, como a solar residencial) e o comportamento dos consumidores influenciam esse resultado.
- **Perdas não técnicas:** são causadas, principalmente, por problemas como ligações clandestinas, irregularidades em medições de consumo, falhas em equipamentos de medição e perdas em sistemas de iluminação pública. Para calcular as perdas não técnicas, a Cemig subtrai as perdas técnicas das perdas totais.

Destaca-se que, pelo quinto ano consecutivo, a Cemig D manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, em função da implementação de diversas ações que compõe o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).



Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas implantadas em 2025, destacam-se: a realização de **370 mil inspeções** em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; **substituição de 386 mil medidores obsoletos**; **regularização de fornecimento de energia de 19 mil famílias** que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de **220 mil medidores inteligentes**, e intensificação das cobranças de consumo irregular.

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a telemedição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 58% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2026, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas por meio do **Programa Energia Legal**.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A *KPMG Auditores Independentes Ltda* presta serviços de auditoria independente para a Companhia desde abril de 2022. Serviços como, auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, e auditoria do relatório de controle patrimonial. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/ IBGE. Adicionalmente, a KPMG fora contratada para emissão de carta conforto referente a 12^a (décima segunda) emissão pública de debêntures da Companhia.

Em 2025, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$4,1 milhões, sendo R\$1,4 milhão pelo contrato recorrente de auditoria, R\$2,7 milhões pela 12^a emissão de debêntures.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo-se expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resoluções CVM nº 23/2021 e 80/2022 e alterações.

SUSTENTABILIDADE

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação. Por isso, a Companhia integra o Índice Dow Jones de Sustentabilidade desde a sua criação, em 1999.

Em 2025, a Cemig foi umas das 30 empresas reconhecidas pela sua presença simultânea nos três principais índices de ESG da B3, a bolsa de valores brasileira, quais sejam: o **ISE B3** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reconhece empresas que aderem às melhores práticas de sustentabilidade do mercado; o **ICO2 B3**, que seleciona empresas pelo seu comprometimento com a eficiência na gestão de gases de efeito estufa; e o **IDIVERSA B3**, que reconhece as empresas cujo quadro de funcionários (incluindo liderança, Conselho e Diretoria Estatutária) mais se aproxima da população brasileira, conforme dados do IBGE em termos de gênero e raça. Além disso, a Cemig foi selecionada na “A List” (empresas que lideram a atuação em mudanças climáticas) do **Carbon Disclosure Project - CDP Climate Change 2025**, um dos mais importantes indicadores globais de avaliação de comprometimento com as questões de sustentabilidade ambiental, como baixa emissão de carbono.

Plano ESG (*Environmental, Social and Governance*)

Com base em seu Planejamento Estratégico, a Cemig elaborou o Plano de Sustentabilidade 2024-2029, visando integrar práticas sustentáveis em suas operações e fortalecer a governança corporativa. A partir de um estudo de tendências corporativas e definição dos temas mais relevantes para a Cemig, foram estruturados os pilares estratégicos, iniciativas e metas de curto, médio e longo prazo.

O plano, portanto, orienta a criação de programas, metas e indicadores, além de definir ações e alocação de recursos para alcançar os objetivos propostos.

Entre os principais objetivos da Cemig estão a criação de valor para as partes interessadas, a identificação de riscos e oportunidades, e a integração de princípios sustentáveis à cultura organizacional. A Companhia também busca identificar gaps e pontos de melhoria nas áreas socioambiental e de governança, reforçando sua posição de liderança no setor ao adotar as melhores práticas. A comunicação eficaz dessa estratégia, com transparência, é outro foco, agregando valor à marca e à



reputação da Cemig, e assegurando que todas as ações estejam em sintonia com os interesses das partes envolvidas.

No âmbito do Plano de Sustentabilidade da Companhia, destacam-se os seguintes compromissos públicos que serão cumpridos por meio de iniciativas estratégicas e monitorados por indicadores e metas corporativas.

Indicadores ESG

COMPROMISSOS PÚBLICOS DA CEMIG

Transição energética	Meio ambiente	Desenvolvimento local	Nossas pessoas	Governança sólida
<p></p> <p>Compensar 100% das emissões de escopo 1 até 2026.</p> <p>Ser net zero até 2040 e reduzir em 70% as emissões totais de gás de efeito estufa até 2030.</p> <p>Ter geração 100% renovável e certificada e comercializar certificados.</p> <p>100% das sedes municipais com dupla alimentação, conectar 7 GW de geração distribuída e instalar medidores inteligentes.</p> 	<p></p> <p>Reciclar e/ou reaproveitar pelo menos 99,5% dos resíduos industriais gerados, até 2027.</p> <p>Realizar o diagnóstico de impactos e dependências da Cemig de serviços ecossistêmicos.</p> 	<p></p> <p>Digitalizar pelo menos 85% dos atendimentos aos clientes.</p> <p>Converter rede monofásica para trifásica por meio do projeto Minas Trifásico.</p> <p>Beneficiar 120 mil famílias com a regularização do fornecimento de energia.</p> <p>Beneficiar, pelo menos, 60 mil pessoas com projetos de infância, idoso e esporte até 2027.</p> 	<p></p> <p>Eletivar a cultura de acidente zero na Companhia e na cadeia de valor.</p> <p>Estabelecer uma cultura de valorização da diversidade, equidade e inclusão.</p> 	<p></p> <p>Atender a 100% dos requisitos do Movimento Transparência do Pacto Global até 2026.</p> <p>Treinar e auditar 100% dos fornecedores críticos em ESG e integridade.</p> <p>Manter o índice de zero afetados por violações relacionadas à segurança cibernética e vazamento de informações de dados pessoais.</p> <p>Implementar o programa de gestão sustentável da cadeia de valor até 2027.</p> 

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual e de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG, que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos: desempenho ambiental, social e de governança.

DESEMPENHO AMBIENTAL

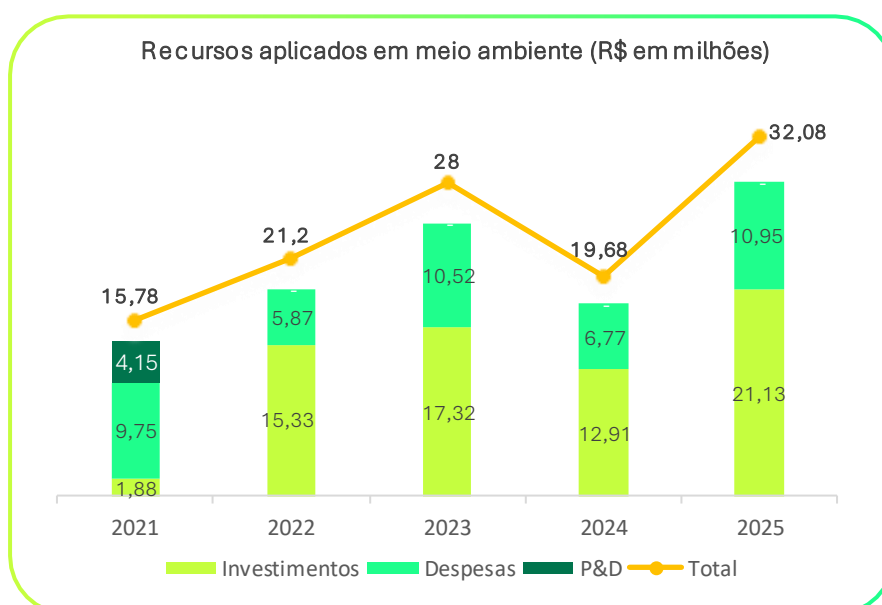
A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio

ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2025, a Cemig D investiu **R\$32 milhões** em ações ambientais, registrando aumento significativo em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pela intensificação de obras em 2025, alinhadas ao seu planejamento estratégico. Os recursos foram destinados à **adequação e compensação ambiental**, à realização de **estudos e compensações ambientais** e ao cumprimento de obrigações legais e melhorias ambientais.



Mudanças climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig aderiu à iniciativa global, Movimento Ambição Net Zero e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Companhia dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Em 2025, a Cemig foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo na *A List* de Mudanças Climáticas do Carbon Disclosure Project (CDP), uma das mais importantes referências globais em transparência ambiental. A Cemig foi incluída novamente no Carbon Clean 200, ranking global anual que lista as 200 empresas de capital aberto que lideram iniciativas de soluções de transição para um futuro de energia limpa.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig D no Centro de Logística Reversa (CLR), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

As atividades de manutenção das linhas e redes de distribuição são responsáveis pela maior parte da geração de resíduos, sendo os resíduos oleosos e contaminados por óleo mineral isolante a parcela principal de resíduos perigosos gerados pela Companhia. Para redução do impacto, são adotados procedimentos com o intuito de reduzir o vazamento de óleos em equipamentos e a reciclagem do óleo mineral isolante como destinação, priorizando o seu reuso após regeneração.

A maior parte dos resíduos da Companhia possui valor comercial e é constituída principalmente de sucata metálica, cabos, fios e postes. São adotados procedimentos para o manuseio, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados, a fim de garantir que as atividades da Companhia não resultem em impactos à saúde humana e ao meio ambiente.

No exercício de 2025, foram encaminhadas para destinação final aproximadamente 56,7 mil toneladas de resíduos industriais. Materiais oriundos de manutenções e ampliações do parque elétrico da Cemig, compostos pelos sistemas de geração, transmissão e distribuição. Uma característica comum dos resíduos gerados pela Companhia, são seus altos níveis de reaproveitamento, pois, grande parte dos resíduos gerados são metálicos: cabos, equipamentos elétricos, transformadores, ferragens, estruturas, materiais diversos com alto teor de cobre, ferro e alumínio em suas composições.

Do total de resíduos gerados, cerca de 56 mil toneladas foram alienadas ou recicladas. Com a alienação de sucata, e óleo usado, a Cemig obteve uma receita bruta de R\$38 milhões. Além disso, 40,78 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados. Vale destacar que o nosso índice de reaproveitamento e reciclagem segue em um patamar consideravelmente elevado. Dos resíduos gerados pelo sistema elétrico da Cemig, 97,94% passam por processos de reciclagem e reaproveitamento.

No ano de 2025, foram destinadas 178,7 toneladas de resíduos contaminados por PCB. O processo possui uma robusta gestão de controle e verificação. Pois esse resíduo tem alto grau de periculosidade para o meio ambiente e a sociedade.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

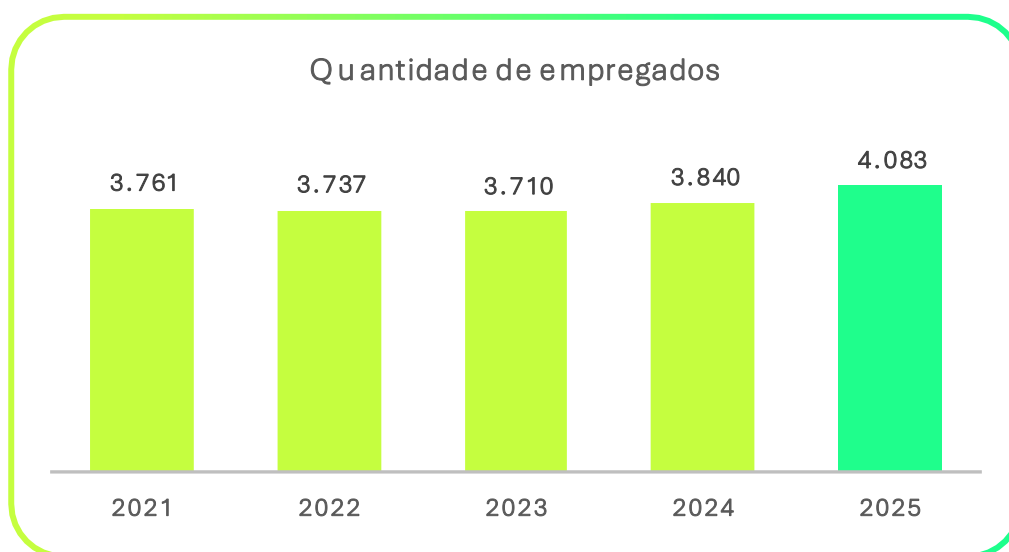
Por meio do curso de **Eletricista de Linhas e Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica**, mais de 800 jovens já foram qualificados. Além da formação técnica, o programa também tem sido porta de entrada para o mercado de trabalho. Jovens que concluem a capacitação com sucesso podem ser admitidos pela própria Companhia, por meio de concursos públicos, ou ainda contratados por empresas prestadoras de serviço da Companhia.

Outro ponto de destaque é o incentivo à diversidade e inclusão. Há vagas reservadas para o público em situação de vulnerabilidade, com foco em promover a equidade e a mobilidade social. Além disso, 50% das vagas são destinadas ao público feminino, medida que tem contribuído para romper barreiras históricas no setor elétrico. No primeiro semestre de 2025, por exemplo, 67 mulheres foram matriculadas entre os 139 aprendizes, o que evidencia o avanço na representatividade de gênero em um ambiente profissional tradicionalmente masculino.

Além de formar profissionais, a iniciativa tem sido um ponto de virada para jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo a chance de reescreverem suas histórias e conquistarem uma vida mais digna para si e suas famílias.

Quadro de empregados

A Cemig Distribuição apresentou um aumento em seu quadro de pessoal em 2025 devido à implantação do **Programa Cemig Agro**, que proporcionou a admissão de eletricitistas para atuarem em novas localidades do estado, nas quais, até então, não havia base operacional da Companhia. A iniciativa de ampliação das bases operacionais da Cemig tem como foco reduzir o tempo de atendimento a ocorrências no sistema elétrico para os clientes rurais, objetivando potencializar o agronegócio local, proporcionando mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.



Em 2025, a Companhia realizou 446 admissões no total. Além das contratações do Programa Cemig Agro, as admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico, administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia nas áreas deficitárias.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas contratações de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia nos casos em que o processo de recrutamento externo se apresentou mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada

colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira.

O desenvolvimento da liderança é um fator determinante para a sustentabilidade organizacional, onde a capacidade de orientar pessoas, mobilizar equipes e conduzir processos complexos impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados e a consolidação da cultura corporativa. Nesse contexto, a companhia implementará um novo Programa de Desenvolvimento da Liderança em parceria com uma instituição de ensino reconhecida pela excelência em formação executiva.

O programa contará com a organização de turmas específicas para supervisores, gerentes e superintendentes, garantindo que cada nível receba conteúdos e abordagens alinhados às suas responsabilidades e desafios. A iniciativa tem previsão de continuidade até 2028, permitindo que os líderes da empresa sejam contemplados ao longo do período e fortalecendo, de maneira progressiva e estruturada, a atuação estratégica da liderança na Cemig.

Saúde, higiene e segurança do trabalho

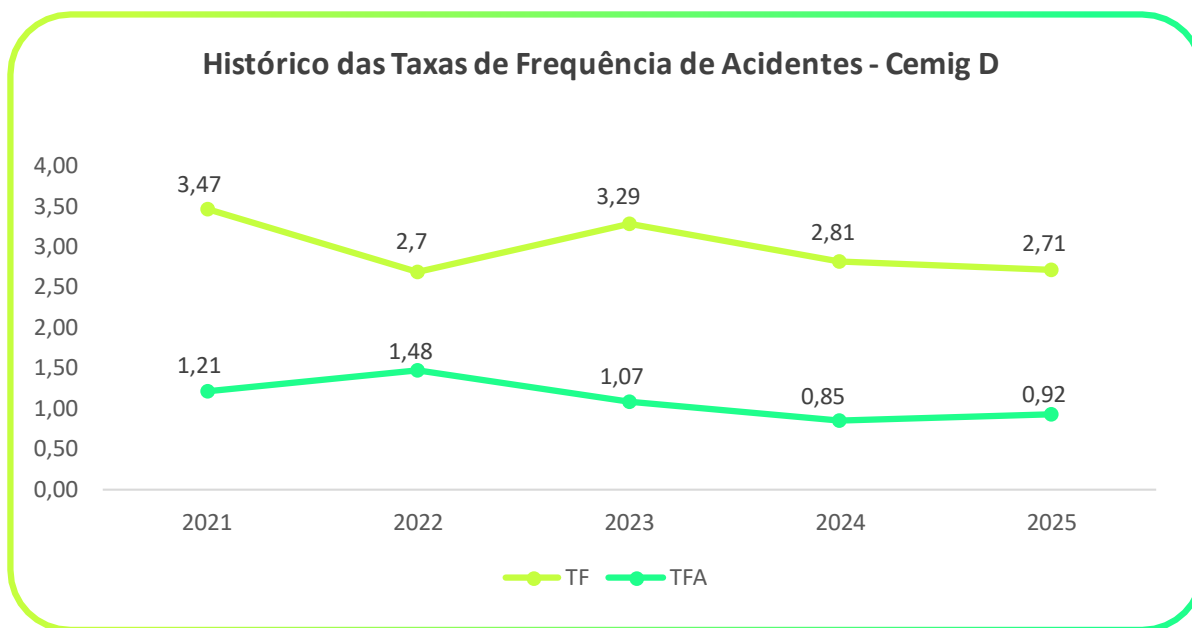
A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de **“Respeito à vida”** do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2025, continuaram a ser adotadas pela nossa força de trabalho, ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas **Taxa de Frequência de Acidentes (TF)** e **Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA)**, apresentamos os dados de 2025 e dos últimos 5 anos.

Comparando com o ano de 2024, tivemos uma redução na TF, e uma pequena elevação na TFA, evidenciando uma ligeira estabilização, porém, em relação aos últimos 5 anos, houve um declínio nas taxas. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução do TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.



Cultura organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de distribuição e comercialização.

A gestão do cliente direto é de responsabilidade da Cemig D e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do **Projeto Cliente+**. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e postos de atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão. E, na comercialização, centenas de parceiros vendem energia no Mercado Livre em nome da companhia.

Com o chamado Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico (Lei nº 15.269, de 24 de novembro de 2025), foi estabelecido um cronograma para a abertura do mercado aos consumidores de baixa tensão, prevendo-se o prazo máximo de 24 meses para a migração

dos consumidores industriais e comerciais (até novembro de 2027) e de 36 meses para os demais consumidores, inclusive residenciais (até novembro de 2028), condicionados à regulamentação infralegal pela ANEEL e pelo MME.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não estavam sendo percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

Foi diante desse cenário que a empresa iniciou, em 2024, a primeira etapa do Projeto Cultura de Cliente, hoje chamado de **Cliente em Foco**.

Projeto Cliente em Foco

Nessa fase, o trabalho de desenvolvimento foi focado e envolveu diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da cultura desejada até o desenvolvimento de competências para o processo de sua internalização e sustentação. Os objetivos foram:

- **Definir a Cultura** com foco no Cliente que sustentaria as estratégias para o novo cenário e geração de resultados excepcionais;
- **Desenvolver e robustecer a liderança** para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- **Envolver e mobilizar todos os empregados**, próprios e terceirizados para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Assim, para sustentar a ambição de “ser referência em satisfação do cliente”, o projeto foi estruturado em duas grandes frentes: Capacitação e Comunicação Interna.

Durante o ano de 2025, a liderança teve a oportunidade de passar por trilhas de aprendizado que exploraram conteúdos sobre como ser um líder Cemig, que estimula e mobiliza times para atuar com excelência, tanto para atender o cliente externo como também para trabalhar em prol dele, ao colaborar com os clientes internos.

Como verificação do resultado desse trabalho, os líderes foram convidados a compartilhar com seus times o “jeito de ser e fazer da Cemig”, de manter o cliente sempre em foco, como base para a nossa cultura organizacional. Essa definição orienta nossas decisões e ações, gerando valor e fortalecendo as relações de confiança, garantindo que cada desafio seja transformado em oportunidade para evoluir e gerar experiências únicas.

Diversidade

A Companhia tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua **Política de Valorização da Diversidade e**

Inclusão, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um.

A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu **Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos**. Desde 2019, a Companhia conta com o **Grupo de Valorização da Diversidade**, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

METAS DO PROGRAMA DE DIVERSIDADE



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerência/superintendência em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de supervisão até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de gerentes/superintendentes da geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de supervisores da geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de gerência/superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de supervisão até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTQIAP+ para 70% até 2026.
- Aumentar o percentual de aliados a causa LGBTQIAP+.
- 30% dos candidatos a posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.

A Cemig possui metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minorizados em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

Nos últimos anos, a Cemig ampliou a presença de mulheres em posições de liderança (alcançando 21% nos cargos de gerência e superintendência e 8% na supervisão) e elevou a participação de pessoas negras no quadro geral para 42%. Também avançou na representatividade da geração Y em posições estratégicas e consolidou ações estruturantes, como a adoção do nome social em sistemas internos, a implementação de cotas em concursos públicos, a ampliação da acessibilidade física e digital e o

fortalecimento dos Grupos de Afinidade, que promovem diálogo e letramento contínuo sobre gênero, raça, pessoas com deficiência e população LGBTI+.

A **Política de Valorização da Diversidade e Inclusão** da Cemig conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Política de equidade

A Cemig adota uma estratégia de remuneração que busca garantir equidade interna e competitividade externa, com base em pesquisas salariais de mercado realizadas periodicamente. O objetivo é manter um equilíbrio justo entre os salários pagos pela Companhia e as práticas do mercado, considerando tanto o setor de energia quanto o mercado em geral. Para apoiar essa estratégia, a Diretoria Executiva, com o apoio de consultorias externas especializadas, toma decisões alinhadas ao planejamento estratégico.

A Cemig prevê remunerações iguais para cargos de mesma natureza, independentemente de gênero. Qualquer diferença salarial observada é explicada por fatores como promoções anteriores ou adicionais relacionados à função, como periculosidade.

Quantidade e proporção de mulheres contratadas

Níveis funcionais	2025		2024		Variação
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Nível técnico	342	10,30%	335	10,73%	2,1%
Nível universitário	180	23,90%	156	25,28%	15,4%
Liderança	32	22,00%	23	23,00%	39,1%
Total	554		514		7,8%

Quantidade e proporção de mulheres na administração

Administração	2025		2024		Variação
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	
Conselho de administração	-	0,00%	-	0,00%	0,0%
Conselho fiscal	1	3,57%	1	3,57%	0,0%
Comitê de auditoria	1	25,00%	1	25,00%	0,0%
Diretoria estatutária	1	12,50%	2	33,33%	-50,0%
Total	3		4		-25,0%

Razão matemática do salário-base e da remuneração das mulheres, em relação aos homens

Remuneração	Diferença salarial média			Diferença da remuneração média		
	2025	2024	Variação	2025	2024	Variação
Nível técnico	1,09	1,08	0,01	0,87	0,91	-0,04
Nível universitário	0,9	0,90	0,00	0,81	0,85	-0,04
Liderança	0,97	0,90	0,07	0,89	0,84	0,05

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A Companhia realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o **Plano Estratégico de Comunicação Integrada** para Segurança com a população, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia. O plano visa, também: **i) disseminar campanhas de comunicação em massa**, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e **ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas**, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento **“Segurança com a Energia Elétrica”**, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do **Programa de Eficiência Energética** da Companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios.

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2025, foram investidos R\$120 milhões em centenas projetos culturais, com atuação em dezenas de municípios, a Cemig fortalece territórios e conecta realidades distintas por meio do desenvolvimento humano, econômico e cultural. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.

Saúde

Em 2025, por meio do **Programa de Eficiência Energética**, a Companhia investiu mais de **R\$3 milhões** em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em mais de 40 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa **Cemig nos Hospitais**, promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes.

Em 2025, a Cemig destinou mais de **R\$10 milhões** para projetos esportivos, beneficiando aproximadamente 8 mil crianças e adolescentes em 27 municípios. Desses recursos, 62% provieram da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte e 38% da Lei Federal.

Fundo do Idoso

A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida, nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2025, quase **R\$2 milhões**.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Acesso à energia

A Cemig D também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Considerando dados de dezembro de 2025, a Cemig D atendeu cerca de 1.220 mil consumidores beneficiados com a tarifa social, o que representa aproximadamente 15% do total de consumidores faturados na classe residencial. Essa quantidade de clientes beneficiados é uma das maiores entre as concessionárias, conforme dados da Aneel presentes no seu Relatório de Acompanhamento Mensal Geral/tarifa Social de energia Elétrica.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos.

Programa Energia Legal

A Cemig tem o compromisso de melhorar a cada dia o fornecimento de energia para as comunidades onde atua, priorizando a segurança com a população quanto a riscos de acidentes elétricos e a promoção do desenvolvimento local de toda a sua área de concessão.

Para viabilizar esse compromisso, a Cemig lançou o Programa Energia Legal, que visa regularizar o acesso à energia elétrica de aproximadamente 240 mil famílias, localizadas em comunidades e ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em algumas regiões do estado.

São vantagens do Programa Energia Legal:

- mais segurança contra choques elétricos;
- mais cuidados para não queimar eletrodomésticos;
- regularização da energia;
- geração de comprovante de endereço, por meio da conta de luz;
- direito a benefícios sociais;
- facilidade para realizar novas ligações de energia;
- assistência 24h por dia.

Programa de Eficiência Energética - PEE

Historicamente, a Cemig investe em eficiência energética, promovendo a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta, e disseminando o conhecimento sobre uso seguro, racional e eficiente da eletricidade, visando o combate ao desperdício de energia elétrica e à preservação de recursos naturais.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Cemig, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, desde o ano 2000, se traduz em diversas ações que incentivam à mudança dos hábitos de consumo e a otimização do consumo energético em diferentes setores da sociedade. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

Atualmente, o PEE atua por meio de cinco subprogramas: **Cemig nas Cidades**, **Cemig nos Hospitais**, **Cemig no Campo**, **Cemig nas Escolas** e o **Cemig nas Comunidades**, nos quais todos os projetos são executados diretamente pela Cemig e contemplam a substituição de equipamentos ineficientes e obsoletos por modelos mais modernos e eficientes e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Além disso, a Companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, e que tem como objetivo democratizar o acesso dos clientes a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes proponham ações que confirmam maior eficiência a suas unidades consumidoras. Nesse modelo, a Cemig seleciona e financia os projetos viáveis, que são executados por empresas especializadas em serviços de conservação de energia.

Somente em 2025, o programa investiu mais de **R\$72 milhões** em projetos próprios de eficiência energética e disponibilizou outros **R\$200 milhões** para Chamada Pública, dos quais cerca de R\$49 milhões foram capitados pela sociedade para projetos que serão

executados a partir de 2026. Em 2025, o PEE da Cemig atendeu à 267 municípios da área de concessão, beneficiando mais de 20 mil clientes e mais de 1,5 milhões de pessoas. Entre os beneficiários se destacam os estabelecimentos de saúde públicos e filantrópicos, entidades beneficentes de assistência social, escolas públicas, famílias de baixa renda em comunidades urbanas e rurais, prestadores de serviços públicos e órgãos da administração pública estadual e municipal.

Projetos sociais

Programa Al6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA). A campanha de 2025 do Al6% envolveu a participação de **1.464 empregados** que, voluntariamente, destinaram **R\$ 1,5 milhão**, com o intuito de beneficiar 148 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também irá destinar parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: **(i) o de incentivo ao voluntariado**, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; **(ii) realização de ações transformadoras**, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e **(iii) ações propostas por colaboradores** na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender as necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2025, o Programa Você destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 194 empregados voluntários, o programa acumulou 790 horas de atuação, beneficiando diretamente **mais de duas mil pessoas**. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da Companhia. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento,

networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2025, foram capacitados **115 jovens** de diversas cidades mineiras, no formato online e presencial, que contaram com a orientação de 15 voluntários da Cemig.

Mulher Empreendedora - o curso busca oferecer suporte, orientação e subsídios didáticos para mulheres em situação de vulnerabilidade social que desejam dar os primeiros passos para iniciar o próprio negócio. A formação é composta por módulos que abordam temas cruciais para o sucesso no mundo dos negócios, como autoconhecimento, empreendedorismo, ferramentas de gestão, comunicação, vendas e o fortalecimento do protagonismo feminino. Em 2025, foram capacitadas **144 mulheres** em vários municípios de Minas Gerais, com a participação de 13 voluntários da Cemig.

Empreendedorismo Sustentável - a formação, voltada para jovens da rede pública de ensino em Minas Gerais, busca contribuir para a inserção e reinserção no mundo do trabalho, oferecendo conteúdos que unem responsabilidade social, inovação e sustentabilidade. A ação foi estruturada para capacitar os participantes a identificarem oportunidades de negócio alinhadas aos princípios da sustentabilidade, além de desenvolver iniciativas empreendedoras com impacto positivo para a sociedade e o meio ambiente. Em 2025, **128 jovens** receberam o treinamento, com aulas de 7 voluntários.

Campanha Dignidade Menstrual - reforçando o compromisso da Cemig com a promoção da saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade, foi realizada em celebração ao Mês da Mulher a ação que mobilizou colaboradores de diversas regiões de Minas Gerais e arrecadou um total de **quase 30 mil absorventes**.

Ação na Cemig Run - Centenas de colaboradores se uniram em uma jornada que promoveu saúde, solidariedade e compromisso ambiental. Mais do que um encontro esportivo, a Cemig Run reforça o propósito de transformar vidas com a nossa energia. O Cemig Run arrecadou **1,4 tonelada de alimentos** doados à Cruz Vermelha. Além disso, recebeu o selo de emissão de carbono neutro, com a **compensação de 80 toneladas de CO₂** emitidas.

Cadeia de suprimentos sustentável

A Cemig compreende a relevância dos impactos ambientais e sociais associados à sua cadeia de fornecedores, bem como a sua responsabilidade em casos de infrações ou crimes cometidos por parceiros comerciais. Por isso, atua preventivamente para mitigar riscos que possam comprometer sua marca, reputação e competitividade no mercado, além de evitar perdas financeiras e eventuais ações judiciais de corresponsabilidade civil e/ou criminal.

O rigor no cadastro e na contratação de fornecedores é proporcional ao nível de risco ambiental, social ou de saúde e segurança envolvido nos produtos ou serviços fornecidos. Assim, são adotados instrumentos de proteção específicos durante todo o processo de gestão da cadeia de fornecimento, desde a prospecção de novos fornecedores até o

monitoramento contínuo. Fornecedores que não atendem aos requisitos socioambientais ou que possuem reputação comprometida são desconsiderados ainda na fase inicial de prospecção e cadastro.

A Cemig está avançando em um projeto estratégico que une **crecimento produtivo e responsabilidade socioambiental** em toda a nossa cadeia de suprimentos. O objetivo é garantir que os fornecedores estejam cada vez mais alinhados às melhores práticas de sustentabilidade e aos princípios ESG.

Alinhado ao Plano ESG da Companhia, o projeto “**Estruturação de Processo de Gestão Sustentável da Cadeia de Suprimentos**”, iniciado em junho de 2025, busca aprimorar a Política de Suprimentos, o Processo de Compras e a Gestão dos Contratos/Fornecedores, incluindo a ampliação de critérios e requisitos de sustentabilidade.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig 2025

O Prêmio Melhores Fornecedores é uma iniciativa da Cemig que reconhece e valoriza empresas parceiras que se destacam pela excelência na prestação de serviços e fornecimento de materiais. Realizado anualmente, o evento reúne representantes da Cemig e das empresas fornecedoras para celebrar as parcerias de sucesso e incentivar a melhoria contínua.

Destinado a fornecedores que demonstram alto desempenho em critérios como **qualidade, pontualidade, inovação e alinhamento às práticas ESG**, o prêmio reforça a importância de uma cadeia de suprimentos comprometida com a sustentabilidade e a eficiência.

A premiação é direcionada às empresas que mantêm contratos ativos com a Cemig e que atendem aos requisitos estabelecidos pela Companhia, incluindo **conformidade legal, responsabilidade socioambiental e aderência às políticas internas**. O processo de avaliação considera indicadores de desempenho e resultados obtidos ao longo do período contratual.

Pela primeira vez, a Companhia destacou as melhores empresas em **ações de segurança e valorização à vida**. Foram distribuídas premiações para destaques no fornecimento de materiais, prestação de serviços e ações ESG.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações, serviços e relações comerciais, mesmo quando não há contribuição direta para a geração desses impactos, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. Todas essas ações estão descritas no documento de *due diligence* em direitos humanos da Cemig – que estabelece ações para mitigar, prevenir, monitorar e, quando necessário, reparar violações dos direitos humanos.

Gestão tecnológica e inovação

Inovação constante é um dos principais pilares da Cemig.

Inovamos para ser protagonistas na Transição Energética, explorando e desenvolvendo novas tecnologias e novos negócios, promovendo cultura de inovação, com foco em digitalização, eficiência, geração de energia limpa, eletrificação, resiliência e armazenamento, com recursos próprios, regados e incentivados.

Nossos territórios de inovação

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Produtos e Serviços Inteligentes**

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Sistemas Elétricos do Futuro**

Soluções para redução de perdas, aumento da resiliência, automação e integração de novos serviços e novas funcionalidades aos sistemas elétricos de transmissão e distribuição.

- **Eletrificação e Eletromobilidade**

Soluções e modelos de negócio para incentivar a eletrificação de atividades econômicas e a eletromobilidade.

O Inova Cemig possui três linhas de atuação adaptadas aos diferentes públicos, que permite a ampla colaboração da Cemig.

Inova Cemig tec - Chamadas Públicas para Desenvolvimento de Projetos de PDI visando o recebimento de desafios e propostas de solução, com o objetivo de geração de resultados por meio de P&D, aplicação dos produtos desenvolvidos e etapa de industrialização e comercialização, tendo como público-alvo universidades, empresas e startups. No último trimestre de 2025, publicamos o edital do INOVA CEMIG TEC 3, o qual pretende promover investimentos de R\$200 milhões nos três próximos anos.

Inova Cemig lab - Programa que conecta startups à Cemig focado na cocriação de soluções ágeis e escaláveis para desafios estratégicos do setor, tem como objetivo a aceleração de soluções inovadoras, com aplicação na Cemig por meio de Contrato de Fornecimento e inserção no mercado, e tem como público-alvo startups (Lei Complementar 182).

Inova Cemig campus - Programa de inovação do setor elétrico que fortalecerá a colaboração entre Cemig e instituições de ensino técnico e superior, tem como objetivo incentivar pesquisas para apoiar iniciativas e operações da Cemig. Formação de profissionais para o setor elétrico. O público-alvo na iniciativa são instituições de ensino técnico e superior.

Sistema de armazenamento de baterias

Em 15 de janeiro de 2026, a Cemig D inaugurou, no município de Serra da Saudade, Minas Gerais, sua primeira planta de energia solar integrada a um sistema de armazenamento por baterias. O projeto, pioneiro no Brasil, recebeu investimento de R\$7 milhões e reúne armazenamento inovador, geração solar dedicada à recarga, medição inteligente e automação avançada do sistema.

O sistema instalado tem capacidade de 2,0 MWh e conta com um gerador fotovoltaico que, ao invés de injetar energia diretamente na rede convencional, carrega um banco de baterias. Em casos de falhas na rede principal, o equipamento é projetado para suprir a demanda de energia da cidade por até 48h. Adicionalmente, o sistema de baterias contribui para a melhora a qualidade da energia fornecida, reduzindo distúrbios e mantendo a tensão estável dentro dos níveis regulatórios.

A escolha de Serra da Saudade foi baseada em um estudo de viabilidade técnica, que indicou a microrrede como a alternativa mais adequada para garantir segurança, reduzir interrupções e assegurar a resiliência do fornecimento

A iniciativa representa uma evolução relevante para o segmento de distribuição no país, ao introduzir uma solução tecnológica capaz de reduzir substancialmente as ocorrências de falta de energia e proporcionar maior autonomia para o atendimento da localidade em situações de contingência. A Cemig D estuda replicar a solução em outras localidades de Minas Gerais com características semelhantes, especialmente em áreas de topografia complexa e redes extensas.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Dedicamo-nos a projetos que alavanquem os avanços tecnológicos não só nos sistemas energéticos, mas também em todos os domínios relacionados com a energia, como o controle ambiental, os sistemas de armazenamento de energia, o desempenho dos sistemas energéticos e a otimização da segurança.

Em 2025, a Cemig D investiu **R\$52,42 milhões** em projetos de P&D em diversas áreas. Alguns destaques incluem:

Plataforma de coleta, tratamento e processamento de dados satelitais.

Por meio dos dados e imagens coletados por nano satélites, será feito um trabalho de pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de gerar uma metodologia própria para a classificação e detecção das situações, auxiliando na tomada de decisão do operador do sistema.

Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico

A proposta vai unir a agricultura, um dos pontos mais fortes da economia de Minas, e a geração de energia solar, forma de geração limpa que tem ganhado importância nos últimos anos.

Sistema de Pagamento e Arrecadação multicanal.

Este sistema permitirá a integração por API com o diretório do Open Finance para realizar operações de pagamento e terá uma interface a ser aplicada em multicanais de atendimento ao cliente, sejam eles por e-mail, WhatsApp, aplicativo ou site.

Energy GPT

Tecnologia de inteligência artificial (IA) generativa adaptada para as necessidades do setor elétrico brasileiro. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de modelo de linguagem de grande porte específico para o contexto do tema de energia contribuindo de forma decisiva para a inovação do ecossistema energético brasileiro.

Dispositivo Individual para Notificação de Emergência com Barragens – DIN NB IoT

Tecnologia acessível e inteligente para salvar vidas em áreas de risco de barragens. Ele tem como objetivo desenvolver, validar e inserir no mercado, dispositivos individuais de notificação de emergência com conectividade NB IoT e LoRaWAN, reduzindo em até 85% os custos de implantação e operação em relação às soluções tradicionais, com cobertura para até 234 barragens em potencial.

Desenvolvimento de Módulos Smart para gestão e adaptação de estações de recarga de veículos elétricos comerciais na rede BT 127/220V

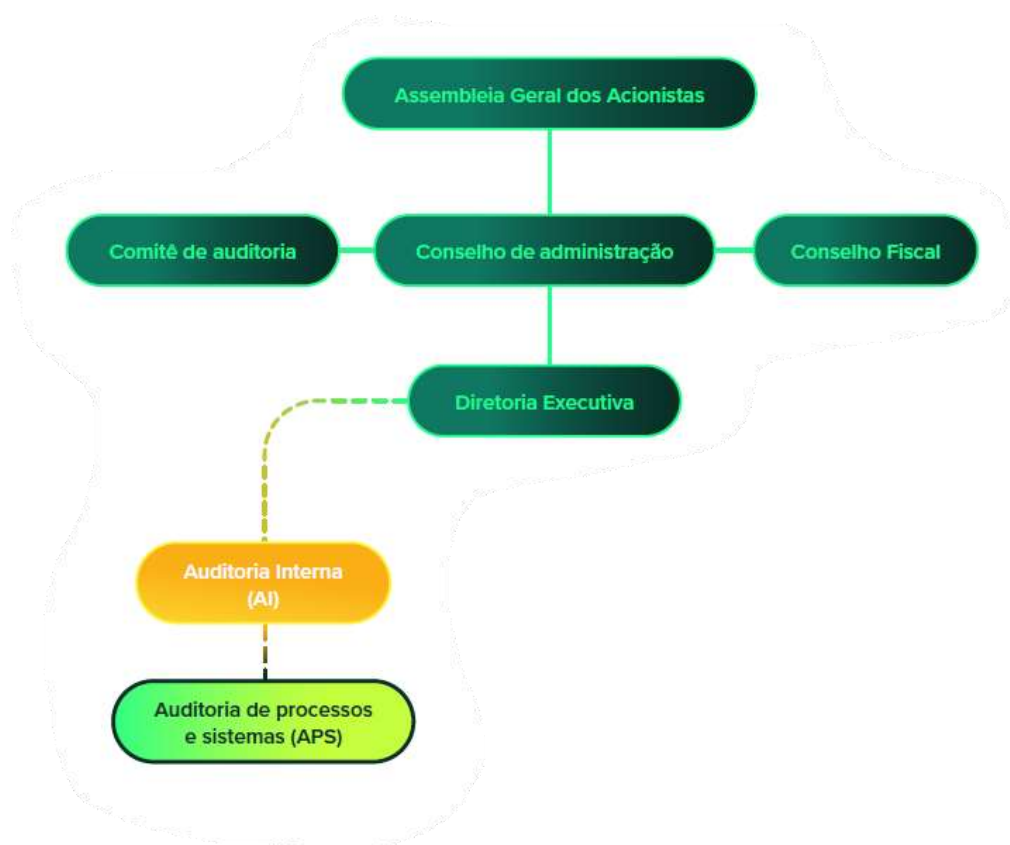
Solução para acelerar a eletromobilidade no Brasil. O projeto tem como objetivo desenvolver no âmbito do Programa de P&D ANEEL módulos de adaptação de tensão e potência para estações de recarga com funções de smart charging.

Desempenho em Governança Corporativa

A governança corporativa da Cemig se fundamenta nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas. Seu foco é promover o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de contribuir, continuamente, para o desenvolvimento sustentável e aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3.

A principal característica do modelo de governança adotado é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem o Presidente, os Vice-Presidentes estatutários e nomeiam os Diretores não estatutários da Cemig.

Estrutura de Governança Corporativa



Conselho de Administração

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente, sendo 8 (oito) indicados e eleitos pelos acionistas e 1 (um) eleito pelos empregados, por meio de processo eleitoral específico.

Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos nove membros do Conselho de Administração da Cemig, oito atendem aos critérios de Conselheiro Independente adotados pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

As atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 38 vezes, no exercício de 2025, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

O Comitê de Auditoria reuniu-se 25 vezes no exercício de 2025.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva estatutária é composta por 8 (oito) membros com funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo e de dedicação integral ao serviço da Companhia, sendo permitido o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, a critério do Conselho de Administração.

O mandato da atual Diretoria Executiva estatutária expira na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

A composição da Diretoria Executiva estatutária, atribuições e informações curriculares encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

A Diretoria Executiva reuniu-se 61 vezes, no exercício de 2025, para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, admitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,

- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2025, foram realizadas 15 reuniões do Conselho Fiscal.

Avaliação de desempenho

Anualmente, os administradores e os membros do Comitê de Auditoria Estatutário são submetidos a avaliações de desempenho, individuais e coletivas, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

Compete ao Conselho de Administração avaliar os membros da Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria, em caráter independente, verificar a conformidade do processo de autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, visando aprimorar o exercício das suas funções.

Remuneração dos executivos

A Cemig define a remuneração dos executivos com base em sua Política de Remuneração de Diretores, no plano estratégico de longo prazo, no orçamento anual e no plano de negócios plurianual. O valor global da remuneração é fixado em Assembleia Geral, conforme as leis aplicáveis.

A remuneração dos Executivos é composta por Remuneração Fixa (RF) e Remuneração Variável (RVA). A RF é paga em espécie, correspondendo à compensação direta pelos serviços prestados, em conformidade com as práticas de mercado. A RVA, por sua vez, é uma bonificação baseada no desempenho e nos resultados alcançados em um determinado período, geralmente anual, de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Essas metas estão diretamente relacionadas aos indicadores de resultado, incluindo a incorporação de objetivos ESG, como a redução de emissões de gases de efeito estufa; a melhoria da nota no DJSI e do índice de implementação do código de conduta; e o cumprimento dos controles internos e do Plano de Ação sobre não conformidades apontadas pela Auditoria Interna. A Companhia possui também uma

Política de Clawback para os casos de restituição de remuneração concedida erroneamente.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marcos Montes Cordeiro	Vice-Presidente de Relações Institucionais
Sergio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente sem denominação
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Sérgio Pessoa de Paula Castro	Vice-Presidente Jurídico
Luis Cláudio Correa Villani	Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Mauro Teixeira Biondini (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Vago
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scalercio	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
José Ciro Mota - Presidente (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Erick Nilson Souto - Vice-Presidente (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira- Secretário Executivo (Cemig D)	Alexandre Ribeiro de Almeida
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTEs
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
Daniel Alves Ferreira (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há

Compliance e Antissuborno

A Cemig mantém forte compromisso com a ética, a integridade e o combate à fraude e à corrupção. Para isso, adota um sistema robusto de controles internos e Compliance, que inclui políticas específicas, a Comissão de Ética e o Canal de Denúncias, garantindo prevenção, detecção e tratamento de irregularidades.

O **Código de Conduta** orienta todos que atuam em nome da Companhia, reforçando princípios como integridade, ética, geração de valor, sustentabilidade e respeito à vida. A conscientização é promovida por meio de treinamentos obrigatórios e ações de comunicação. Em 2025, **32.089 profissionais** foram capacitados, entre empregados próprios e terceiros.

A Cemig não realiza doações políticas de qualquer natureza, conforme legislação vigente.

O **Canal de Denúncias** funciona 24h, assegura anonimato e proteção contra retaliações e recebe relatos de fraude, corrupção, assédio e outras violações. Todas as denúncias são apuradas pela Comissão de Ética, composta por membros multidisciplinares, garantindo investigação adequada e imparcial.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2025, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de Top Risks, vigente para o ciclo 2025/2026.

Compõem a Matriz 21 Top Risks com agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende riscos relacionados aos negócios Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização bem como temas corporativos como Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG, Comunicação e Financeiro.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (Top Risks) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em 2025, a Cemig avançou na estruturação de um plano de gestão de crises com a criação de um conjunto de ações planejadas, com definição de responsabilidades, fluxos de comunicação, treinamentos e estratégias para responder de forma rápida, eficiente e segura diante de cenários adversos. O documento formalizado estabelece procedimentos

e ações para lidar com situações inesperadas que possam ameaçar a reputação, operações ou resultados financeiros da Companhia.

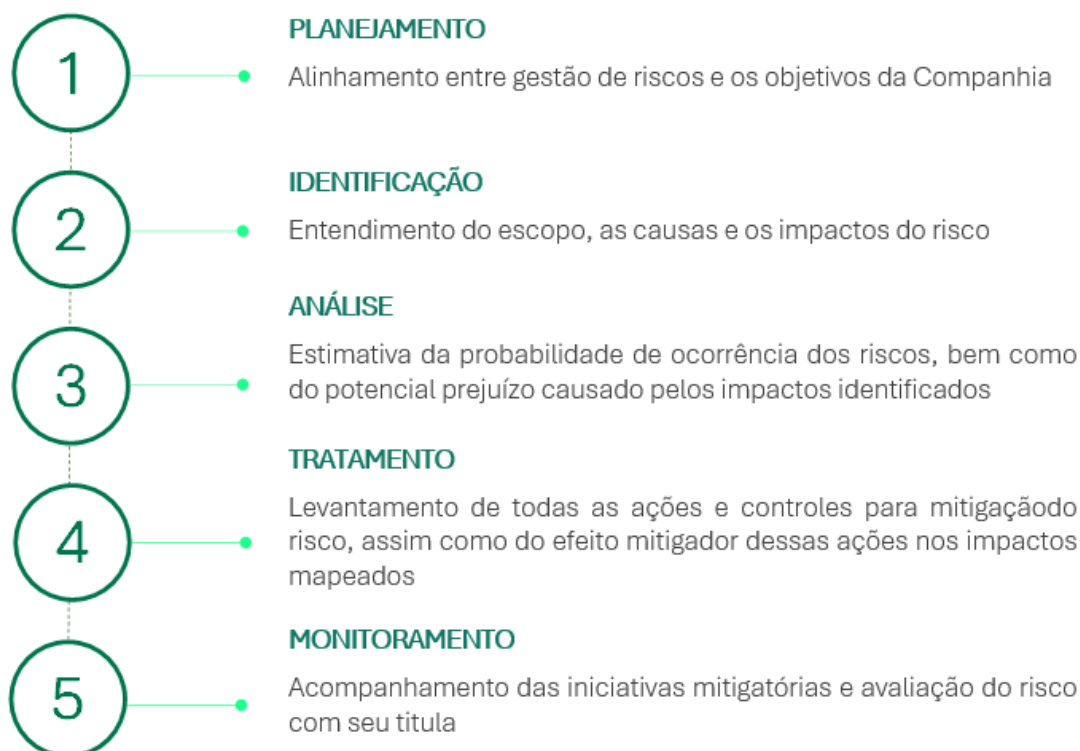
Em relação às respostas aos riscos relevantes e que atingem, ou extrapolam, os limites de tolerância definidos pela Administração, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a sua suficiência em endereçar e fornecer garantia razoável em relação à mitigação destes riscos.

A Companhia adota as melhores práticas de mercado e realiza atualizações constantes nestas práticas de controles internos, tendo como principais premissas o atendimento aos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*), do *framework* de governança e gestão de tecnologia da informação COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*) e da Lei Norte Americana Sarbanes Oxley – SOX.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia.

A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis.

A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa. A Auditoria Interna da Companhia possui a **Certificação de Qualidade – QA** emitida pelo Instituto de Auditoria Interna – IIA, que é o órgão mundial que regulamenta a atividade de auditoria interna quanto ao cumprimento de normas e padrões internacionais de auditoria.



Prêmio IIA May Brasil 2025

A Auditoria Interna da Cemig foi agraciada, pelo segundo ano consecutivo, em reconhecimento as suas realizações em maio, Mês Internacional de Conscientização Profissional da Auditoria Interna, com o prêmio IIA May Brasil, concedido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

O prêmio reflete o empenho do time da Auditoria Interna da Companhia em promover a conscientização sobre a importância de suas atividades e fortalecer a parceria com as áreas auditadas. As iniciativas desenvolvidas durante o mês de maio visaram um maior alinhamento com as áreas gestoras da Companhia sobre suas necessidades e destacar a relevância da Auditoria Interna no fortalecimento dos processos organizacionais e na promoção de uma cultura de integridade e transparência, contribuindo para que a Companhia alcance seus objetivos estratégicos.

O prêmio IIA May 2025 é um reconhecimento do IIA Brasil para as auditorias internas que se destacam na promoção da conscientização e na melhoria contínua de seus processos.

Declaração de conformidade NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos

A Cemig alcançou um marco significativo ao obter a Declaração de Conformidade em relação a NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos, destacando seu compromisso com práticas sólidas de gestão de riscos. A norma internacional, focada na gestão de riscos, serve como uma ferramenta essencial para aprimorar a tomada de decisões, planejamento e gerenciamento de riscos em todos os níveis da Companhia.

A NBR ISO 31000:2018 recomenda a integração do processo de gestão de riscos à tomada de decisão, à gestão global do negócio e ao contexto organizacional atual. Isso significa que a Cemig poderá aplicar as diretrizes da norma não apenas em projetos e operações, mas também em estratégias corporativas, promovendo uma abordagem abrangente para identificar, avaliar e mitigar riscos.

Para garantir a conformidade, a equipe de Gestão de Processos da Cemig realizou um diagnóstico prévio para avaliar a aderência aos requisitos da NBR ISO 31000:2018. A partir desse diagnóstico, foram implementadas melhorias no processo e na documentação, visando atender às práticas recomendadas pela norma.

O reconhecimento da conformidade com a NBR ISO 31000:2018 não apenas valida o compromisso da Cemig com práticas de gestão de riscos de classe mundial, mas também fortalece sua reputação no mercado e perante as partes interessadas. A norma auxilia no planejamento estratégico e na tomada de decisões, resultando em menor índice de perdas e melhoria dos processos operacionais.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

A Cemig reafirma seu compromisso com a ética e a integridade ao aderir ao Movimento Transparência 100%, iniciativa do Pacto Global da ONU voltada para o combate a todas as formas de corrupção. Essa adesão, anunciada durante o *“Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030”* realizado pela Companhia em 2023, reforça a determinação da Cemig em alinhar suas práticas corporativas aos mais elevados padrões internacionais de governança.

O Movimento Transparência 100%, primeira grande iniciativa de promoção da transparência corporativa no Brasil, tem como propósito estimular empresas a irem além das exigências legais, fortalecendo mecanismos de integridade e consolidando referências de sucesso que inspirem todo o mercado nacional.

Ao integrar o Movimento, a Cemig fortalece sua estratégia de longo prazo, baseada na criação de valor sustentável e na construção de relações de confiança com investidores, clientes, colaboradores e a sociedade. Essa iniciativa também reafirma o alinhamento da Companhia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, consolidando sua posição como agente relevante na agenda global de sustentabilidade.

As metas assumidas pela Cemig no âmbito do Movimento Transparência 100% incluem:

- **100% de transparência** nas interações com a Administração Pública;
- **Remuneração íntegra** da alta administração;
- **Treinamento em integridade** para 100% da cadeia de valor considerada de alto risco;
- **Transparência total** da estrutura de Compliance e Governança;
- **Transparência integral** sobre os canais de denúncias.

A Cemig já atingiu três dessas ações, reforçando sua liderança no setor elétrico brasileiro e reafirmando seu papel como empresa comprometida com a ética, a sustentabilidade e a geração de valor para todos os seus públicos de relacionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig D é grata à Companhia Energética de Minas Gerais, nossa acionista, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	918.869	951.779
Consumidores	8	3.988.526	3.740.165
Concessionárias e Permissionárias	8	438.602	548.170
Serviços em Curso		251.009	313.578
Tributos compensáveis	9	500.205	437.033
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	227.694	-
Contribuição de iluminação pública		340.671	297.227
Reembolso subsídios tarifários	24	603.905	212.785
Investimentos Temporários	7	553.555	314.570
Ativos Financeiros Setoriais	13	1.328.786	859.597
Despesas Pagas Antecipadamente		7.600	4.421
Outros Ativos Circulantes		694.840	434.942
		9.854.262	8.114.267
Bens Destinados à Alienação			
		5.261	6.437
Total do circulante		9.859.523	8.120.704
Não circulante			
Consumidores	8	-	-
Concessionárias e Permissionárias	8	37.467	38.881
Tributos compensáveis	9	886.637	802.989
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	47.321	190.579
Depósitos Judiciais e Cauções	12	724.697	680.175
Tributos Diferidos	10	145.387	545.424
Investimentos Temporários	7	-	44.576
Ativos Financeiros Setoriais	13	633.083	436.028
Bens e Direitos para Uso Futuro		94	94
Serviços em curso		79.511	45.340
Outros Ativos Não Circulantes		155.956	41.422
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5.499	5.499
Imobilizado	14	34.130.376	30.529.858
Intangível	14	1.479.568	1.138.425
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso		234.765	243.065
Total do não circulante		38.560.361	34.742.355
Ativo total		48.419.884	42.863.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	15	1.999.948	1.973.750
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	2.395.885	2.496.199
Obrigações Sociais e Trabalhistas		220.722	198.234
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores	19	1.825.274	1.251.298
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	22	1.074.587	1.117.129
Benefício Pós-Emprego	20 e 17	93.884	162.817
Indenização compensatória		302.627	-
Impostos, taxas e contribuições	16	379.738	360.012
Imposto de renda e contribuição social		-	71.701
Encargos Setoriais	18	589.122	558.301
Passivos Financeiros Setoriais	13	-	16.470
Valores a restituir a consumidores	16	340.800	526.498
Contribuição de iluminação pública		542.706	475.037
Outros Passivos Circulantes		370.546	481.646
Operações de arrendamento mercantil - obrigações		63.963	55.728
Total do circulante		10.199.802	9.744.820
Não circulante			
Debêntures	17	12.496.203	7.541.422
Benefício Pós-Emprego	20 e 17	942.505	2.714.679
Indenização compensatória		604.552	-
Provisão para Litígios	21	1.348.991	1.064.553
Encargos Setoriais	18	220.944	203.107
Valores a restituir a consumidores	16	25.853	22.880
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	205.747	219.249
Outros Passivos Não Circulantes		18.659	19.293
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	21	8.771.293	8.735.292
Total do não circulante		24.634.747	20.520.475
Total do passivo		34.834.549	30.265.295
Patrimônio Líquido			
Capital Social	22	6.964.105	6.964.105
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.177.865	971.879
Reservas de Lucros		5.443.365	4.661.780
Total do patrimônio líquido		13.585.335	12.597.764
Total do passivo e do patrimônio líquido		48.419.884	42.863.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA	24	35.059.530	32.758.155
Fornecimento de Energia Elétrica		15.608.918	14.384.773
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		-	512.852
Disponibilização do sistema de distribuição		15.491.868	15.012.349
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		505.759	423.293
Suprimento a outras concessionárias		209	366.044
Serviços Cobráveis		18.683	17.548
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		3.434.034	2.041.296
Outras receitas		59	-
TRIBUTOS SOBRE A RECEITA	24	(7.288.800)	(7.163.730)
ICMS		(4.864.342)	(4.638.372)
PIS/Pasep		(432.159)	(450.200)
COFINS		(1.990.552)	(2.073.645)
ISS		(1.747)	(1.513)
ENCARGOS - PARCELA "A"	24	(4.545.340)	(3.864.455)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(102.191)	(95.842)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(88.256)	(82.773)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(4.283.262)	(3.618.586)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(29.826)	(28.046)
CDE sobre P&D		(13.935)	(13.069)
CDE sobre PEE		(27.870)	(26.139)
RECEITA LÍQUIDA		23.225.390	21.729.970
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	25	(15.496.431)	(14.771.987)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(12.086.925)	(11.415.901)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(3.409.506)	(3.356.086)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		7.728.959	6.957.983
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	26	(4.664.463)	(4.494.774)
Pessoal e Administradores		(547.367)	(1.394.353)
Materiais		(110.436)	(103.016)
Serviços de Terceiros		(1.856.493)	(1.725.997)
Arrendamentos e Aluguéis		(53.491)	(35.032)
Seguros		(5.050)	(4.524)
Doações, Contribuições e Subvenções		(9.527)	(14.354)
Provisões		(743.434)	(7.571)
Perda na alienação de bens e direitos		(388.033)	(308.786)
(-) Recuperação de Despesas		90.906	63.551
Tributos		(6.300)	(11.098)
Depreciação e amortização		(1.201.220)	(1.112.404)
Gastos diversos		(385.404)	(478.530)
Outras receitas operacionais		628.621	700.834
Outras Despesas Operacionais		(77.235)	(63.494)
RESULTADO DA ATIVIDADE		3.064.496	2.463.209
Resultado Financeiro	27	(900.955)	20.658
Receitas financeiras		784.999	1.015.000
Despesas financeiras		(1.685.954)	(994.342)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.163.541	2.483.867
Imposto de renda e contribuição social	10	(295.458)	(531.253)
Resultado Líquido do Exercício		1.868.083	1.952.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado do Exercício	1.868.083	1.952.613
Outros Resultados Abrangentes		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	74.136	739.717
Efeito de Imposto de Renda	(25.206)	(251.504)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	48.930	488.213
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquido de Impostos	1.917.013	2.440.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes Reserva de reavaliação	Ganhos e perdas atuariais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	3.483.182	2.063.535	(1.377.652)	-	10.453.377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.952.614	1.952.614
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	488.213	-	488.213
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	488.213	1.952.614	2.440.827
Aumento de capital	679.793	-	-	-	-	679.793
Retorno de dividendos para programa de investimentos	-	238.230	-	-	-	238.230
Reserva legal	-	107.753	-	-	(107.753)	-
Juros s/ capital próprio e dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.214.463)	(1.214.463)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	51.186	-	-	(51.186)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(202.217)	-	202.217	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	781.429	-	-	(781.429)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.964.105	4.661.780	1.861.318	(889.439)	-	12.597.764
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.868.083	1.868.083
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	48.930	-	48.930
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	48.930	1.868.083	1.917.013
Retorno de dividendos para programa de investimentos	-	472.229	-	-	-	472.229
Reserva legal	-	104.592	-	-	(104.592)	-
Juros s/ capital próprio e dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.219.212)	(1.219.212)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	29.343	-	-	(29.343)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	(193.231)	-	193.231	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	175.421	-	-	(175.421)	-
Realização da reserva de ajuste patrimonial (pós- emprego)	-	-	-	350.288	(532.746)	(182.458)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	6.964.105	5.443.365	1.668.087	(490.221)	-	13.585.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		1.868.082	1.952.614
AJUSTES:			
Benefício pós-emprego	20	(578.059)	325.124
Depreciação e amortização		1.249.388	1.153.666
Perdas de créditos esperadas	26	158.305	212.937
Demais provisões		493.583	(205.366)
Ajuste de ativos em curso		15.226	-
Baixas (reversões) líquidas de intangível e imobilizado		203.468	111.525
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores	16	(208.757)	(512.852)
Juros e Variações Monetárias		1.174.692	907.366
Amortização do custo de transação de empréstimos	17	23.475	14.320
Reversão de valores a restituir a consumidores		-	(410.626)
Ativos e passivos setoriais, líquidos	12	(505.758)	(423.293)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	295.458	531.253
Reembolso subsídios tarifários		(922.150)	-
Ganho na alienação de intangíveis		(40.296)	-
		3.226.657	3.656.668
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores		(402.694)	(393.549)
Concessionárias e permissionárias		107.010	(140.114)
Contribuição de iluminação pública		(43.444)	-
Tributos Compensáveis		(160.714)	(49.259)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(48.097)	(95.973)
Depósitos judiciais e cauções		15.158	25.894
Reembolsos tarifários		515.315	-
Outros ativos		(365.014)	(333.850)
		(382.480)	(986.851)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores		11.544	(88.172)
Tributos		(127.432)	118.181
Obrigações sociais e trabalhistas		6.522	(13.748)
Contribuição de iluminação pública		67.669	-
Encargos setoriais		76.877	25.021
Obrigações Pós-Emprego pagas	20	(281.734)	(318.994)
Provisões pagas		(209.145)	-
Participação dos colaboradores e administradores no resultado		15.966	-
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		424.351	-
Outros passivos		(111.732)	400.362
		(127.114)	122.650
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.717.063	2.792.467
Juros Pagos	17	(1.094.815)	(530.075)
Juros pagos de arrendamento	14	(2.327)	(2.276)
Juros recebidos		283.954	97.603
Imposto de renda e contribuição social pagos		(211.125)	(243.575)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.692.750	2.114.144
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições em Intangível		(393.337)	(358.960)
Adições em Imobilizado	13	(4.846.177)	(4.096.236)
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	7	(10.746.903)	(7.444.109)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	7	10.523.494	7.288.387
Fundos Vinculados		-	(184.527)
Resgates de fundos vinculados		-	-
Ganho na alienação de intangíveis		40.296	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(5.422.627)	(4.795.445)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Debêntures emitidas	17	6.757.852	4.382.727
Pagamento de arrendamentos	14	(61.117)	(54.198)
Pagamentos de Debêntures	17	(2.368.868)	(575.916)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	23	(630.900)	(567.500)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		3.696.967	3.185.113

	Nota	2025	2024
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(32.910)	503.812
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	951.779	447.967
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	918.869	951.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.596 consumidores em 31 de dezembro de 2025.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$345.540 (negativo de R\$1.630.553 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Companhia acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas n.º 814/2018 e n.º 933/2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 06 de maio de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (perdas de créditos esperadas);
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre o lucro);
- Nota 14 – Arrendamentos (mensuração do valor presente do passivo de arrendamento, considerando a intenção da Companhia em opções de renovação; mensuração subsequente do direito de uso);
- Nota 20 – Benefícios pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- Nota 21 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 24 – Receita (fornecimento não faturado);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao

tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas no decorrer das notas explicativas das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores da reavaliação regulatória compulsória, ocorrida em maio de 2023, em função da 5ª revisão tarifária periódica. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal e serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com o IFRIC 12/ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não

cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

4. DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao Poder Concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com

base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia, o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

	Indexador	Taxa média a.a. (%)		31/12/2025	31/12/2024
		31/12/2025	31/12/2024		
Contas bancárias				203.328	227.011
Aplicações financeiras:					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	80,0 a 111,0	80,0 a 112,0	715.320	672.042
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	14,60 a 14,90	11,42 a 11,65	221	52.726
				715.541	724.768
				918.869	951.779

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada, tendo o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Certificados de Depósitos Bancários	346.457	-
Letras Financeiras (LF) - Bancos	2.067	137.125
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	272	23.983
Debêntures	29	-
Fundos vinculados	204.418	196.059
Outros	312	1.979
	553.555	359.146
Ativo circulante	553.555	314.570
Ativo não circulante	-	44.576

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas e a classificação destes investimentos temporários estão demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 29 destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses investimentos temporários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	Valores Correntes						PCE	Valores Renegociados				Total		
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida			Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PCE	2025	2024		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			Mais de 360 dias	Até 60 dias				Mais de 60 dias	
Fornecimento de energia	2.370.648	25.759	677.185	147.161	279.493	999.404	(697.298)	5.386	369	18.057	278.372	(116.010)	3.988.526	3.740.165
Residencial	1.006.855	18.810	480.073	92.836	186.232	507.101	(410.743)	2.777	319	9.729	92.506	(6.852)	1.979.643	1.801.617
Industrial	30.629	31	24.898	5.525	25.192	126.281	(80.891)	73	1	618	44.737	(20.354)	156.740	127.188
Comercial	257.102	2.705	108.595	30.808	49.221	261.493	(149.884)	1.179	17	2.508	111.766	(80.140)	595.370	563.205
Rural	131.836	2.719	67.298	17.387	17.646	62.112	(35.186)	1.075	31	4.300	18.156	(2.742)	284.632	241.722
Poder público	76.732	1.350	8.820	213	195	10.979	(14.309)	141	-	330	7.692	(4.132)	88.011	79.675
Iluminação pública	55.090	-	653	2	3	803	(742)	5	-	12	1.058	(775)	56.109	50.993
Serviço público	17.970	2	2.975	47	704	29.530	(5.543)	136	-	545	2.279	(992)	47.653	47.268
Serviço taxado	1.207	142	1.337	343	300	1.105	-	-	1	15	178	(23)	4.605	3.920
Fornecimento não faturado	793.227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	793.227	835.532
Arrecadação processo de classificação	-	-	(17.464)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.464)	(10.955)
Suprimento energia - Moeda nacional	-	-	-	-	-	2.134	-	-	-	-	-	-	2.134	109.146
Encargos de uso da rede elétrica	27.135	-	26.179	5.453	4.884	84.539	(62.229)	-	-	1.989	17.057	-	105.007	141.643
Suprimento \ Encargo rede não faturada	368.928	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368.928	336.262
Total	2.766.711	25.759	703.364	152.614	284.377	1.086.077	(759.527)	5.386	369	20.046	295.429	(116.010)	4.464.595	4.327.216

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores, concessionárias e permissionárias está divulgada na nota explicativa nº 29 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Composição e movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	417.617	327.558
Industrial	101.245	106.832
Comércio, serviços e outras	230.024	197.154
Rural	37.928	35.186
Poder público	18.441	19.480
Iluminação pública	1.517	904
Serviço público	6.535	20.786
Concessionários - transporte de energia	62.229	52.558
	875.536	760.458

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	788.256
Constituições, líquidas	257.725
Mudança de estimativa	(93.035)
Baixas	(192.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	760.458
Constituições, líquidas	158.305
Baixas	(43.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	875.536

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS a recuperar	497.331	434.409
Cofins (b)	2.398	2.210
Outros	476	414
	500.205	437.033
Não circulante		
ICMS a recuperar (a)	860.366	778.993
Cofins (b)	21.585	19.715
PIS/Pasep (b)	4.686	4.281
	886.637	802.989
	1.386.842	1.240.022

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou, em maio de 2019, os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação, foi finalizada a compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, com outros tributos federais no início de 2024. Saldo remanescente está aguardando deferimento da devolução pelo RFB.

Nesse contexto a companhia ainda possui registrado, em 31 de dezembro de 2025 o saldo de R\$26.271 no ativo não circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos normativos.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de renda	193.550	-
Contribuição social	34.144	-
	227.694	-
Não circulante		
Imposto de renda	10.231	140.272
Contribuição social	37.090	50.307
	47.321	190.579
	275.015	190.579

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos sobre o lucro real, que deve recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução.

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto de renda	-	46.717
Contribuição social	-	24.984
	-	71.701

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2024	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2025
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo fiscal / base negativa	68.018	22.383	-	90.401
Obrigações pós-emprego	1.203.390	(649.806)	(207.664)	345.920
Perdas de créditos esperadas	312.462	62.727	-	375.189
Provisão para redução a valor recuperável	23.248	5.243	-	28.491
Provisões operacionais	99.727	318.904	-	418.631
Taxa de administração	3.750	(375)	-	3.375
Participação de empregados e administradores no resultado	19.957	5.429	-	25.386
Direito de uso	93.492	(1.791)	-	91.701
Outros	4.282	(2.627)	-	1.655
	1.828.326	(239.913)	(207.664)	1.380.749
Passivos fiscais diferidos				
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	(958.860)	99.545	-	(859.315)
Encargos financeiros capitalizados	(198.757)	(19.855)	-	(218.612)
Custo de Captação	(42.553)	(34.980)	-	(77.533)
Passivo de arrendamento	(82.642)	2.822	-	(79.820)
Outros	(90)	8	-	(82)
	(1.282.902)	47.540	-	(1.235.362)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	545.424	(192.373)	(207.664)	145.387

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido. A forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada conforme segue:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões para participações nos lucros e resultados: são revertidos a medida do seu pagamento ou mudança das estimativas em função dos resultados auferidos pela Companhia e metas corporativas.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, à medida do recebimento das receitas esperadas.

BRR – Base de Remuneração Regulatória: são realizados de acordo com a depreciação, amortização e baixa dos ativos, e constituídos por meio das reavaliações a cada RTP – Revisão Tarifária Periódica.

Arrendamentos demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2025, conforme abaixo:

2026	306.567
2027	227.005
2028	208.893
2029	208.893
2030	208.893
2031 a 2033	132.300
2034 A 2035	88.200
	1.380.751

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver razoável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui valores relacionados a incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas demonstrações contábeis regulatórias.

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	2.163.540	2.483.867
Alíquotas nominais	0,34	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(735.604)	(844.515)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	359.549	252.360
Incentivos fiscais	34.269	60.779
Contribuições e doações indedutíveis	(3.240)	(4.880)
Ajustes de ECF de exercícios anteriores	109.163	-
Multas indedutíveis	(65.571)	(41.261)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	1.908	14.917
PAT	-	24.549
Outros	4.068	6.798
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(295.458)	(531.253)
Alíquota efetiva	13,66%	21,39%

Corrente	(103.085)	(252.904)
Diferido	(192.373)	(278.349)

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	149.017	167.243
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	14.259	13.438
IR/INSS indenização do anuênio	250.327	237.761
JCP na base de cálculo de IR/CS	91.902	87.980
IRPJ/CSLL	45.161	36.441
Outros	73.027	64.499
	474.676	440.119
Outros		
Regulatório	40.169	35.001
Cível	6.144	5.952
Relações de consumo	4.871	5.960
Bloqueio judicial	38.861	19.932
Outros	10.959	5.968
	101.004	72.813
	724.697	680.175

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS DA CONCESSÃO

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo.

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados e são demonstrados a seguir:

	Saldos em 31/12/2024	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 31/12/2025	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	140.938	1.511.603	(1.607.112)	258.232	623.674	927.335	163.701	763.634	593.272	334.063
Aquisição de energia (CVA energia)	320.591	981.000	(1.115.835)	198.052	293.294	677.102	126.020	551.082	429.832	247.270
Custo da energia de Itaipu	(78.453)	-	-	-	(120.321)	(198.774)	(51.660)	(147.114)	(138.702)	(60.072)
Proinfa	6.293	24.204	(18.835)	2.635	(9.133)	5.164	13.976	(8.812)	8.762	(3.598)
Transporte rede básica	249.572	131.046	(311.367)	36.212	155.407	260.870	106.526	154.344	197.846	63.024
Transporte de energia Itaipu	(4.001)	20.409	(33.197)	770	31.233	15.214	(5.192)	20.406	6.881	8.333
ESS	(221.511)	78.106	(118.160)	12.788	202.181	(46.596)	44.061	(90.657)	(9.578)	(37.018)
CDE	(131.553)	276.838	(9.718)	7.775	71.013	214.355	(70.030)	284.385	98.231	116.124
Demais ativos financeiros setoriais	1.154.687	389.626	(732.322)	161.040	61.504	1.034.534	(95.648)	1.130.182	735.514	299.020
Quota parte de energia nuclear	89.457	59.052	(109.844)	15.379	50.235	104.279	55.361	48.918	84.304	19.975
Neutralidade da parcela A	89.865	336.584	(200.346)	16.466	(125)	242.444	98.593	143.851	183.705	58.739
Neutralidade Estimada sobre créditos GD	692.843	141.601	-	74.364	-	908.808	-	908.808	908.808	-
Sobrecontratação de energia	407.148	(167.824)	(400.726)	10.425	304.071	153.094	69.039	84.055	118.772	34.322
Devoluções tarifárias	(71.675)	-	-	-	(45.881)	(117.556)	(39.997)	(77.559)	(91.844)	(25.712)
Outros	(52.951)	20.213	(21.406)	44.406	(246.796)	(256.535)	(278.644)	22.109	(468.231)	211.696
Total ativos financeiros setoriais	1.295.625	1.901.229	(2.339.434)	419.272	685.178	1.961.869	68.053	1.893.816	1.328.786	633.083
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	(138.939)	(545.477)	1.499.499	(191.409)	(623.674)	-	-	-	-	-
Aquisição de energia (CVA energia)	(326.512)	(498.317)	1.266.999	(148.876)	(293.294)	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	(73.023)	(159.432)	128.857	(16.723)	120.321	-	-	-	-	-
Proinfa	(9.431)	(8.812)	9.315	(205)	9.133	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	155.288	-	119	-	(155.407)	-	-	-	-	-
Transporte de energia Itaipu	33.716	(9.589)	8.434	(1.328)	(31.233)	-	-	-	-	-
ESS	71.327	137.718	-	(6.864)	(202.181)	-	-	-	-	-
CDE	9.696	(7.045)	85.775	(17.413)	(71.013)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	122.469	(795.710)	785.652	(45.898)	(66.513)	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	49.012	-	1.223	-	(50.235)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	34.049	(59.014)	28.267	(3.427)	125	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (1)	304.071	-	-	-	(304.071)	-	-	-	-	-
Devoluções tarifárias	(31.223)	(122.675)	111.215	(3.198)	45.881	-	-	-	-	-
Outros	(233.440)	(614.021)	644.947	(39.273)	241.787	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(16.470)	(1.341.187)	2.285.151	(237.307)	(690.187)	-	-	-	-	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	1.279.155	560.042	(54.283)	181.965	(5.009)	1.961.869	68.053	1.893.816	1.328.786	633.083

- (1) O aumento evidenciado decorre do aumento na quantidade de energia injetada no exercício, quando comparada ao exercício anterior;
(2) A redução no saldo relacionado a Sobrecontratação deve-se à menor quantidade de energia liquidada no exercício de 2025.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias	31/12/2025		31/12/2024	
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,87%	65.751.023	(38.103.197)	27.647.826	25.465.169
Custo histórico		34.312.506	(12.397.194)	21.915.312	19.063.717
Reavaliação		31.438.517	(25.706.003)	5.732.514	6.401.452
Administração	7,22%	863.501	(774.948)	88.553	84.426
Custo histórico		368.600	(293.908)	74.692	67.947
Reavaliação		494.901	(481.040)	13.861	16.479
TOTAL		66.614.524	(38.878.145)	27.736.379	25.549.595
Em curso					
Distribuição		6.200.183	-	6.200.183	4.823.506
Administração		193.814	-	193.814	156.757
TOTAL		6.393.997	-	6.393.997	4.980.263
TOTAL AIS + AIC		73.008.521	(38.878.145)	34.130.376	30.529.858

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2024	Baixas (B)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024	Obrigações especiais brutas 31/12/2025	Amortização acumulada 31/12/2025	Obrigações especiais líquidas 31/12/2025
Distribuição	62.996.967	(1.389.064)	4.143.121	65.751.024	2.754.057	(38.103.197)	27.647.827	25.465.169	(16.401.438)	8.537.532	(7.863.906)
Terrenos	87.153	(146)	4.697	91.704	4.551	-	91.704	87.153	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.379.947	(4.586)	119.471	1.494.832	114.885	(836.159)	658.673	577.838	-	-	-
Máquinas e equipamentos	61.485.984	(1.384.332)	4.018.639	64.120.291	2.634.307	(37.224.403)	26.895.888	24.798.607	(16.401.438)	8.537.532	(7.863.906)
Veículos	36.158	-	-	36.158	-	(35.985)	173	220	-	-	-
Móveis e utensílios	7.725	-	314	8.039	314	(6.650)	1.389	1.351	-	-	-
Administração	840.137	(2.259)	25.623	863.501	23.364	(774.949)	88.552	84.426	(2.514)	2.461	(53)
Terrenos	5.041	-	-	5.041	-	-	5.041	5.041	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	131.156	(729)	1.052	131.479	323	(124.179)	7.300	7.940	-	-	-
Máquinas e equipamentos	597.957	(1.425)	24.108	620.640	22.683	(549.248)	71.392	65.914	(2.514)	2.461	(53)
Veículos	79.332	-	356	79.688	356	(79.355)	333	46	-	-	-
Móveis e utensílios	26.651	(105)	107	26.653	2	(22.167)	4.486	5.485	-	-	-
Subtotal	63.837.104	(1.391.323)	4.168.744	66.614.525	2.777.421	(38.878.146)	27.736.379	25.549.595	(16.403.952)	8.539.993	(7.863.959)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C) (2)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024	Obrigações especiais brutas 31/12/2025	Amortização acumulada 31/12/2025	Obrigações especiais líquidas 31/12/2025
Distribuição	4.823.506	5.530.395	(12.328)	(4.141.390)	6.200.183	1.376.677	-	6.200.183	4.823.506	(906.980)	-	(906.980)
Máquinas e equipamentos	4.028.802	5.196.147	(12.314)	(4.016.969)	5.195.666	1.166.864	-	5.195.666	4.028.802	(906.980)	-	(906.980)
Outros	794.704	334.248	(14)	(124.421)	1.004.517	209.813	-	1.004.517	794.704	-	-	-
Administração	156.757	64.411	-	(27.354)	193.814	37.057	-	193.814	156.757	(354)	-	(354)
Máquinas e equipamentos	51.650	16.615	-	(25.779)	42.486	(9.164)	-	42.486	51.650	(354)	-	(354)
Outros	105.107	47.796	-	(1.575)	151.328	46.221	-	151.328	105.107	-	-	-
Subtotal	4.980.263	5.594.806	(12.328)	(4.168.744)	6.393.997	1.413.734	-	6.393.997	4.980.263	(907.334)	-	(907.334)
Total do Ativo Imobilizado	68.817.367	5.594.806	(1.403.651)	-	73.008.522	4.191.155	(38.878.146)	34.130.376	30.529.858	(17.311.286)	8.539.993	(8.771.293)

As adições ao imobilizado, em 2025, são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	839	13	653	20.100	21.605
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	53.176	128.248	478	4.215	-	186.117
Máquinas e Equipamentos	2.762.247	2.138.614	172.245	76.858	38.786	5.188.750
Móveis e Utensílios	603	-	-	-	-	603
A ratear	1.468	5.218	1.324	116	-	8.126
Transformação, Fabricação e Reparo de Mater	-	6.294	202	-	-	6.496
Material em Depósito	119.797	-	-	-	-	119.797
Adiantamento a Fornecedores	-	50.747	-	-	-	50.747
Depósitos Judiciais	-	86	-	-	12.479	12.565
Total das Adições	2.937.291	2.330.046	174.262	81.842	71.365	5.594.806

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de amortização %	Bruto	31/12/2025 Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2024 Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20,00%	436.296	(19.087)	417.209	338.644
Custo histórico		367.433	(16.678)	350.755	272.162
Reavaliação		68.863	(2.409)	66.454	66.482
Administração	19,09%	1.498.064	(1.375.762)	122.302	130.950
Custo histórico		912.200	(790.649)	121.551	129.677
Reavaliação		585.864	(585.113)	751	1.273
TOTAL		1.934.360	(1.394.849)	539.511	469.594
Em curso					
Distribuição		549.080	-	549.080	387.965
Administração		390.977	-	390.977	280.866
TOTAL		940.057	-	940.057	668.831
TOTAL AIS + AIC		2.874.417	(1.394.849)	1.479.568	1.138.425

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo intangível em serviço									
Distribuição	353.712	-	-	82.584	436.296	82.584	(19.087)	417.209	338.644
Servidões	324.925	-	-	82.584	407.509	82.584	(272)	407.237	324.653
Softwares	28.787	-	-	-	28.787	-	(18.815)	9.972	13.991
Administração	1.454.445	-	-	43.619	1.498.064	43.619	(1.375.762)	122.302	130.950
Softwares	1.404.667	-	-	30.450	1.435.117	30.450	(1.355.382)	79.735	92.037
Outros	49.778	-	-	13.169	62.947	13.169	(20.380)	42.567	38.913
Subtotal	1.808.157	-	-	126.203	1.934.360	126.203	(1.394.849)	539.511	469.594
Ativo intangível em curso									
Distribuição	387.966	243.708	(15)	(82.584)	549.075	161.109	-	549.075	387.966
Servidões	153.580	6.553	(15)	(82.584)	77.534	(76.046)	-	77.534	153.580
Softwares	14.149	149.597	-	-	163.746	149.597	-	163.746	14.149
Outros	220.237	87.558	-	-	307.795	87.558	-	307.795	220.237
Administração	280.865	153.770	(33)	(43.620)	390.982	110.117	-	390.982	280.865
Softwares	261.160	120.821	-	(30.451)	351.530	90.370	-	351.530	261.160
Outros	19.705	32.949	(33)	(13.169)	39.452	19.747	-	39.452	19.705
Subtotal	668.831	397.478	(48)	(126.204)	940.057	271.226	-	940.057	668.831
Total do ativo intangível	2.476.988	397.478	(48)	(1)	2.874.417	397.429	(1.394.849)	1.479.568	1.138.425

As principais taxas anuais de amortização e depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisadas anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Veículos	14,29
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Equipamento geral	6,25
Estrutura – poste do sistema	3,57	Edificação	3,33
Transformador de distribuição aéreo	4		
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 4,08%, que representa, por atividade:

Atividade	Taxa média
Imobilizado	
Distribuição	4,08%
Sistema de Transmissão Associado	3,28%
Administração	7,22%
Intangível	
Distribuição	20,00%
Sistema de Transmissão Associado	20,00%
Administração	19,09%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

14. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamentos de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2024(1)		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,56
De 12 a 21 anos	6,74	0,57
Contratos celebrados em 2025(1)		
Até 4 anos	7,61	0,61
De 5 a 10 anos	7,36	0,59
De 11 a 20 anos	7,2	0,58

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	148.367	111.280	259.647
Baixa (contratos encerrados)	(4.496)	-	(4.496)
Adição	14.073	-	14.073
Amortização	(9.499)	(32.398)	(41.897)
Remensuração (2)	3.340	12.398	15.738
Saldo em 31 de dezembro de 2024	151.785	91.280	243.065
Baixa (contratos encerrados)	(2.279)	-	(2.279)
Adição	11.169	22.671	33.840
Amortização (1)	(12.181)	(36.745)	(48.926)
Remensuração (2)	9.056	9	9.065
Saldo em 31 de dezembro de 2025	157.550	77.215	234.765

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$760 no exercício de 2025 (R\$636 no exercício de 2024); a taxa anual média ponderada de amortização é 8,36% para Imóveis e 49,47% para Veículos.

(2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.529
Adição	14.073
Baixas (contratos encerrados)	(5.214)
Juros incorridos	20.327
Arrendamentos pagos	(54.198)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.276)
Remensuração	15.736
Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.977
Adição	33.840
Baixas (contratos encerrados)	(2.572)
Juros incorridos (1)	17.844
Arrendamentos pagos	(61.117)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.327)
Remensuração (2)	9.065
Saldo em 31 de dezembro de 2025	269.710
Passivo circulante	63.963
Passivo não circulante	205.747

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$845 no exercício de 2025 (R\$993 no exercício de 2024).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão apresentadas na nota explicativa nº 28.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	401.767	269.709
PIS/Pasep e Cofins potencial	27.740	16.291

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2025	66.203
2026	56.098
2027	26.709
2028	24.166
2029	15.934
2030 a 2050	212.657
Valores não descontados	401.767
Juros embutidos	(132.058)
Passivo de arrendamentos	269.709

15. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Energia de curto prazo CCEE (1)	193.175	168.160
Encargos de uso da rede elétrica	244.480	244.095
Energia elétrica comprada para revenda	760.856	701.411
Itaipu binacional	185.659	210.488
Materiais e serviços	615.778	649.596
	1.999.948	1.973.750

- (1) A variação está associada, à elevação do PLD do submercado Sudeste/Centroeste, que não foi compensado pelo PLD dos submercados Nordeste e Norte e pelo cenário hidrológico desfavorável observado no exercício de 2025 que refletiu em um baixo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e, conseqüentemente, em acréscimo nos valores de repasse de Risco Hidrológico.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 29 dessas demonstrações contábeis regulatórias.

16. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	102.174	96.208
Cofins	124.966	125.229
PIS/Pasep	26.987	27.078
INSS	42.102	38.527
ISSQN	19.974	25.349
Outros (1)	63.535	47.621
	379.738	360.012
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	-	185.698
ICMS	340.800	340.800
	340.800	526.498
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	25.853	22.880
	366.653	549.378
	746.391	909.390

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária.

Valores a restituir a consumidores

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.354.811
Restituição aos consumidores (1)	(512.852)
Reversão valores a restituir a consumidores	(410.626)
Atualização financeira- Selic	65.767
Outros indêbitos a restituir	52.278
Saldo em 31 de dezembro de 2024	549.378
Restituição aos consumidores (1)	(208.757)
Atualização financeira- Selic	16.170
Outros indêbitos a restituir	9.862
Saldo em 31 de dezembro de 2025	366.653

Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.324 - Valores a restituir aos consumidores

Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.324, que questiona a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, a qual trata da devolução de tributos pagos a maior pelas distribuidoras de energia elétrica aos consumidores.

A decisão permite a dedução dos tributos incidentes sobre o indébito, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, do valor a ser restituído aos consumidores. Foi definido, ainda, o prazo prescricional de 10 anos, contados prospectivamente, a partir da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras de energia elétrica ou da homologação definitiva da compensação realizada. Ainda, o STF decidiu que o recebimento de boa-fé pelo consumidor não será objeto de repetição pelas distribuidoras de energia.

Tendo em vista que os valores a restituir à distribuidora são objetos de análise administrativa, a Companhia aguarda a homologação dos indêbitos apurados perante a

Secretária da Receita Federal do Brasil, para efetuar a devolução da parcela correspondente aos consumidores. já realizou a devolução integral dos créditos aos consumidores, não há impactos da decisão a serem reconhecidos.

17. DEBÊNTURES

Financiadores	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
DEBÊNTURES - Moeda Nacional	334.712	2.062.950	12.496.203	14.892.088				
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão (1)	1.870	1.065.250	-	1.067.120	01/07/2019	Aval e Recebíveis	CDI	0,45%
Debêntures 1ª Série 8ª Emissão (1)	3.335	-	500.000	503.335	01/06/2022	Aval/Fiança	CDI	1,35%
Debêntures 2ª Série 8ª Emissão (1)	1.628	-	579.172	580.800	01/06/2022	Aval/Fiança	IPCA	6,10%
Debêntures Série Única 9ª Emissão (1)	19.131	1.000.000	-	1.019.131	01/05/2023	Aval/Fiança	CDI	2,05%
Debêntures 1ª Série 10ª Emissão (1)	23.017	-	400.000	423.017	01/03/2024	Aval/Fiança	CDI	0,80%
Debêntures 2ª Série 10ª Emissão (1)	39.728	-	1.728.381	1.768.109	01/03/2024	Aval/Fiança	IPCA	6,15%
Debêntures 1ª Série 11ª Emissão (1)	43.906	-	1.000.000	1.043.906	01/09/2024	Aval/Fiança	CDI	0,55%
Debêntures 2ª Série 11ª Emissão (1)	30.462	-	1.591.686	1.622.148	01/09/2024	Aval/Fiança	IPCA	6,58%
Debêntures 1ª Série 12ª Emissão (1)	73.575	-	1.640.000	1.713.575	01/03/2025	Aval/Fiança	CDI	0,86%
Debêntures 2ª Série 12ª Emissão (1)	19.350	-	884.013	903.363	01/03/2025	Aval/Fiança	IPCA	7,55%
Debêntures 1ª Série 13ª Emissão (1)	35.461	-	1.143.000	1.178.461	01/04/2025	Aval/Fiança	CDI	0,64%
Debêntures 2ª Série 13ª Emissão (1)	23.590	-	752.000	775.590	01/04/2025	Aval/Fiança	CDI	0,80%
Debêntures 1ª Série 14ª Emissão (1)	15.789	-	2.011.614	2.027.403	01/11/2025	Aval/Fiança	IPCA	6,79%
Debêntures 2ª Série 14ª Emissão (1)	3.870	-	502.905	506.775	01/11/2025	Aval/Fiança	IPCA	6,65%
(-) Custos de Transação		(2.300)	(225.738)	(228.038)	-	-	-	-
(-) Deságio (2)		(1.777)	(10.830)	(12.607)	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	396.511	1.547.057	1.943.568				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida		302.628	604.552	907.180	01/03/2006	N.A.	N.A.	0,00%
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016, 2017, 2019, 2020, 2021 e 2022)		101.289	859.444	960.733	01/03/2018	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Previdência Privada		(7.406)	83.061	75.655	01/03/2018	N.A.	N.A.	0,00%

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencto Final	Freq.de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total
							2027	2028	2029	2030	2031+	
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							499.685	483.077	1.052.756	1.067.725	9.392.960	12.496.203
Debêntures 1ª Série 8ª Emissão (1)	15/06/2025	Semestral	15/06/2027	15/06/2027	Outro	SAC	500.000	-	-	-	-	500.000
Debêntures 2ª Série 8ª Emissão (1)	15/06/2025	Semestral	15/06/2028	15/06/2029	Outro	SAC	-	289.680	289.492	-	-	579.172
Debêntures 1ª Série 10ª Emissão (1)	15/02/2025	Semestral	15/02/2028	15/02/2029	Outro	SAC	-	200.000	200.000	-	-	400.000
Debêntures 2ª Série 10ª Emissão (1)	15/02/2025	Semestral	15/02/1932	15/02/1934	Outro	SAC	-	-	-	-	1.728.381	1.728.381
Debêntures 1ª Série 11ª Emissão (1)	15/03/2025	Semestral	15/09/1930	15/09/1931	Outro	SAC	-	-	-	500.000	500.000	1.000.000
Debêntures 2ª Série 11ª Emissão (1)	15/03/2025	Semestral	15/09/1935	15/09/1936	Outro	SAC	-	-	-	-	1.591.686	1.591.686
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série (1)	15/03/2026	Semestral	15/03/1931	15/03/1932	Outro	SAC	-	-	-	-	1.640.000	1.640.000
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série (1)	15/03/2026	Semestral	15/03/1938	15/03/1940	Outro	SAC	-	-	-	-	884.013	884.013
Debêntures - 13ª Emissão - 1ª série (1)	15/04/2026	Semestral	15/04/2029	15/04/1930	Outro	SAC	-	-	571.500	571.500	-	1.143.000
Debêntures - 13ª Emissão - 2ª série (1)	15/04/2026	Semestral	15/04/1931	15/04/1932	Outro	SAC	-	-	-	-	752.000	752.000
Debêntures - 14ª Emissão - 1ª série (1)	15/04/2026	Semestral	15/10/1935	15/10/1937	Outro	SAC	-	-	-	-	2.011.614	2.011.614
Debêntures - 14ª Emissão - 2ª série (1)	15/04/2026	Semestral	15/10/1938	15/10/1940	Outro	SAC	-	-	-	-	502.905	502.905
												-
(-) Custos de Transação							-	(94)	(94)	-	(10.642)	(10.830)
(-) Deságio (2)							(315)	(6.509)	(8.142)	(3.775)	(206.997)	(225.738)
Dívidas com Fundo de Pensão							90.490	95.696	101.202	107.025	1.152.644	1.547.057
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	604.552	604.552
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	01/01/2026	Mensal	01/01/2026	01/02/2033	Mensal	Price	90.490	95.696	101.202	107.025	465.031	859.444
Forluz - Previdência Privada											83.061	83.061

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
(2) Desconto na 7ª, 8ª e 14ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

a) Emissões de debêntures

Ao longo do período de janeiro a dezembro de 2025, foram efetuadas captações de debêntures pela Cemig D, subscritas conforme segue:

Emissão	Quantidade	Valor em milhares	Data da liquidação financeira	Taxa (a.a.)	Prazo dias	Vencimento principal	Amortização	Classificação risco de crédito (1)
Cemig D - 12 ^a Emissão - 1 ^a série	1.640.000	R\$ 1.640.000	18/03/2025	CDI + 0,86%	2.557	2032	72º e 84º meses	'AAA (bra)'
Cemig D - 12 ^a Emissão - 2 ^a série	860.000	R\$ 860.000	18/03/2025	IPCA + 7,5467%	5.479	2040	156º, 168º e 180º meses	'AAA (bra)'
Cemig D - 13 ^a Emissão - 1 ^a série	1.143.000	R\$ 1.143.000	11/04/2025	CDI + 0,64%	1.831	2030	48º e 60º meses	'AAA (bra)'
Cemig D - 13 ^a Emissão - 2 ^a série	752.000	R\$ 752.000	11/04/2025	CDI + 0,80%	2.562	2032	72º e 84º meses	'AAA (bra)'
Cemig D - 14 ^a Emissão - 1 ^a série	2.000.000	R\$ 2.000.000	18/11/2025	IPCA + 6,79%	4.383	2037	120º, 132º e 144º meses	'AAA (bra)'
Cemig D - 14 ^a Emissão - 2 ^a série	500.000	R\$ 500.000	18/11/2025	IPCA + 6,65%	5.479	2040	156º, 168º e 180º meses	'AAA (bra)'

(1) Classificação de risco de crédito atribuída pela agência Fitch Ratings à Emissão.

Essas emissões foram de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, outorgada pela Cemig.

Os custos nominais e reais da dívida da Cemig D são 13,31% a.a. e 8,61% a.a., respectivamente em 31 de dezembro de 2025 e 12,01% a.a. e 6,79% a.a., respectivamente em 31 de dezembro de 2024.

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor das debêntures é garantido da seguinte forma:

	Em milhares de Reais
Aval e recebíveis	1.064.809
Fiança	13.827.279
TOTAL	14.892.088

c) Composição e movimentação

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2025	Total 2024
Dívida bruta					
Financ. / emprést. moeda nacional	334.712	2.062.950	12.496.203	14.892.088	10.037.621
Fundo de pensão	-	396.511	1.547.057	1.943.568	2.877.496
	334.712	2.459.461	14.043.260	16.835.656	12.915.117
Ativos financeiros					
Alta liquidez	(7.646)	(543.230)	-	(475.798)	(459.498)
Demais aplicações financeiras	(148)	(2.845)	-	(835.127)	(2.782)
	(7.794)	(546.075)	-	(1.310.925)	(462.280)
Dívida líquida	326.918	1.913.386	14.043.260	15.524.731	12.452.837

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 7 anos. A composição das debêntures por indexador, é como segue:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Indexadores							
IPCA (1)	1.177.947	-	289.586	289.586	-	6.718.599	8.475.718
CDI (2)	1.222.015	500.000	200.000	771.500	1.071.500	2.892.000	6.657.015
Total por Indexadores	2.399.962	500.000	489.586	1.061.086	1.071.500	9.610.599	15.132.733
(-) Custos de Transação	(2.300)	(315)	(6.509)	(8.142)	(3.774)	(206.998)	(228.038)
(-) Deságio	(1.777)	-	-	(94)	(94)	(10.642)	(12.607)
Total Geral	2.395.885	499.685	483.077	1.052.850	1.067.632	9.392.959	14.892.088

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

Os indexadores utilizados para atualização monetária das debêntures tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Varição acumulada em 2025 (%)	Varição acumulada em de 2024 (%)
IPCA	4,26	4,83
CDI	14,26	10,83

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.887.622
Debêntures obtidas	4.500.000
Custos de transação	(117.273)
Captações líquidas	4.382.727
Varição monetária	231.442
Encargos financeiros provisionados	627.501
Amortização do custo de transação	14.320
Encargos financeiros pagos	(530.075)
Amortização de principal	(575.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.037.621
Debêntures obtidas	6.895.000
Custos de transação	(126.357)
Desconto na emissão de títulos	(10.791)
Captações líquidas	6.757.852
Varição monetária	263.734
Encargos financeiros provisionados	1.273.089
Amortização do custo de transação	23.475
Encargos financeiros pagos	(1.094.815)
Amortização de principal	(2.368.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.892.088

d) Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em

despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados às debêntures.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos da captação das debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	2025	2024
Encargos de empréstimos e debêntures	1.273.089	627.501
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão		
- ativos de contrato (1) (Nota 13)	(85.983)	(76.764)
Efeito líquido no resultado	1.187.106	550.737

(1) A taxa média de capitalização foi de 12,75% no período de janeiro a dezembro de 2025 (11,13% no mesmo período de 2024).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

a) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª e 8ª emissão de debêntures	Dívida Líquida / Lajida ajustado (2)	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 em diante	Semestral
9ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5	Igual ou inferior a 3,0	Semestral
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
12ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral
13ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida ajustado	Igual ou inferior a 3,5 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026 (inclusive) Igual ou inferior a 3,5 de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 (inclusive) Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 (exclusive) em diante	Semestral

(1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados durante esse exercício, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer exercício anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

18. ENCARGOS SETORIAIS

	2025	2024
Passivo		
Eficiência energética (1)	487.917	492.138
Pesquisa e desenvolvimento	220.527	194.609
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (2)	40.855	14.212
CDE sobre P&D (3)	2.457	2.391
CDE sobre PEE (3)	4.914	4.782
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.526	2.406
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	-	-
	810.066	761.408
Passivo circulante	589.122	558.301
Passivo não circulante	220.944	203.107

- (1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020;
- (3) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021.

19. OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) foi implementado em 2012 pela Resolução Normativa nº 482 da Aneel tendo como objetivo incentivar a geração de energia renovável. O SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local. Posteriormente, essa energia é compensada no consumo do próprio cliente.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a ser compensada, mensurado com base na tarifa de energia vigente da distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no passivo circulante era de R\$1.825.274, em comparação a R\$1.251.298 em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento na quantidade de energia injetada, que foi de 8.032 GWh no exercício de 2025 (6.176 GWh no exercício de 2024), que é consequência do crescimento do número de instalações geradoras, que passou de 301.988 em dezembro de 2024 para 372.932 em dezembro de 2025.

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1)/ IAS 19 -

Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2025.

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano Prosaúde Integrado (PSI): Plano de saúde destinado ao atendimento dos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, que presta serviços de assistência ambulatorial e hospitalar com atendimento obstétrico, em rede credenciada de abrangência nacional. As coberturas são realizadas, principalmente, pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), além de haver os programas de reembolso de despesas médicas por meio do Programa de Garantias Especiais (PGE) e do Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS).

Programa Odontológico (POD): Plano odontológico ofertado pela Companhia aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.

Em 2025, a Companhia deixou de reconhecer a obrigação atuarial futura relacionadas ao PSI e ao POD, extinguindo o passivo correspondente. Maiores informações são apresentadas no decorrer desta nota explicativa.

Encerramento da obrigação pós-emprego sobre plano de saúde e plano odontológico

Em fevereiro de 2025, foi publicado acórdão de julgamento ocorrido em dezembro de 2024, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI) e do plano odontológico (POD), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Essa decisão permitiu um avanço muito importante nos diálogos com os sindicatos para a realização de acordos coletivos com o objetivo pôr fim às obrigações da Companhia relativas às obrigações de custeio do PSI e do POD, destinado a empregados, ex-empregados, aposentados, pensionistas e seus dependentes, representados pelas entidades signatárias.

Em contrapartida ao encerramento das obrigações, a Companhia assumiu o compromisso de pagamento de uma indenização compensatória no valor máximo de R\$907.180, em seis parcelas. A 1ª e a 2ª parcelas ocorrerão, respectivamente, nos dias 15 de janeiro e 15 de março de 2026, sendo que a atualização financeira pelo IPCA ocorrerá somente a partir da 2ª parcela. As demais parcelas serão anuais, com previsão de pagamento a cada dia 15 de fevereiro, com início em 2027 e término em 2030.

Após o término dos pagamentos das indenizações, os próprios beneficiários passarão a arcar integralmente com o custo dos planos de saúde, conforme previsto na legislação.

Em setembro de 2025, foi homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o acordo entre a Companhia, o Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais (Sindsul) e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais (FTIUMG). Nesse acordo, a Companhia se comprometeu realizar um desembolso inicial de R\$20.180, sendo cumprido em novembro de 2025.

Posteriormente, em dezembro de 2025, foi homologado também pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região o acordo celebrado com as entidades representativas dos empregados do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro), Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge), Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (Sintec), Sindicato dos Eletricitários de Juiz de Fora e de aposentados da Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias – AEA.

Valor principal da indenização compensatória	927.360
Pagamento Sindsul e FTIUMG	(20.180)
Total	907.180
	31/12/2025
Passivo circulante	302.628
Passivo não circulante	604.552

Encurtamento do plano de saúde e odontológico

Anteriormente ao acordo celebrado em dezembro de 2025, foi ofertado, aos funcionários ativos participantes do PSI e POD, a proposta de migração ao novo plano de saúde, Plano Premium. Essa janela de migração ocorreu nos meses de janeiro, abril e setembro de 2025.

À luz do IAS 19 / CPC 33 (R1), a redução do número de empregados ativos cobertos pelo PSI e POD representou um evento de encurtamento (*curtailment*), o qual levou à necessidade de que a Companhia remensurasse seus passivos de pós-emprego no 1º, 2º e 3º trimestres de 2025.

Os efeitos desses eventos de encurtamento das obrigações com os planos de saúde e plano odontológico são apresentados, por trimestre, na tabela abaixo:

	Encurtamento 30/09/2025		Encurtamento 30/06/2025		Encurtamento 31/03/2025		Laudo atuarial 2024	
	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico	Plano de saúde	Plano odontológico
Taxa de desconto	12,14%	12,14%	11,85%	11,85%	12,32%	12,32%	12,23%	12,23%
Custo do serviço passado	(18.766)	(389)	(15.793)	(370)	(21.198)	(401)	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	(76.012)	(1.227)	35.161	(1.092)	(41.759)	(659)	(376.667)	(7.365)

Para o recálculo da obrigação, a taxa de desconto considerada foi a taxa praticada na data do encerramento de cada trimestre. As demais premissas permaneceram constantes às premissas apresentadas no ano de 2024.

Na remensuração da obrigação pós emprego do 3º trimestre, foram considerados também os efeitos do acordo realizado entre a Companhia, Sindsul e FTIUMG, em setembro de 2025.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$329.212 (R\$357.668 em 31 de dezembro de 2024, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$213.160, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$116.052. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano

antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Equacionamento dos déficits de 2019, 2020, 2021 e 2022

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020, 2021 e 2022.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, estava realizando pagamentos em consignação, em conta de depósito judicial. Os depósitos eram constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit.

Em setembro de 2025, foi proferida decisão homologatória relativa ao acordo parcial celebrado entre a Companhia e a Forluz, a qual determinou que houvesse a liberação desses valores depositados referente à paridade contributiva, assim como que os próximos depósitos relativos à parcela incontroversa de 50% dos equacionamentos dos déficits sejam realizados diretamente à Forluz, ao invés de depósitos em juízo.

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021	Equacionamento do déficit de 2022
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Abril de 2023	Abril de 2024
Montante total solicitado pela Forluz	R\$ 116.228	R\$182.316	R\$ 485.206	R\$504.179
Montante considerando a paridade contributiva	R\$58.114	R\$91.158	R\$ 242.603	R\$252.090
Número de parcelas	166	158	159	156
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 5,7%	IPCA + 5,51%	IPCA + 5,51%
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025	R\$58.568	R\$88.802	R\$239.078	R\$245.074

Informações atuariais

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

31/12/2025	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Total
Valor presente das obrigações	6.169.758	6.169.758
Valor justo dos ativos do plano	(5.229.804)	(5.229.804)
Passivo líquido inicial	939.954	939.954
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	96.435	96.435
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.036.389	1.036.389

31/12/2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	6.110.673	1.853.116	32.019	7.995.808
Valor justo dos ativos do plano	(5.203.497)	-	-	(5.203.497)
Passivo líquido inicial	907.176	1.853.116	32.019	2.792.311
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	85.185	-	-	85.185
Passivo líquido no balanço patrimonial	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496

O teto de ativo (asset ceiling) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	7.186.243	2.177.881	38.483	-	9.402.607
Custo do serviço corrente	723	4.908	93	-	5.724
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	-	814.058
Perdas (ganhos) atuariais:	-	-	-	-	-
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(1.121)	(23)	-	(1.144)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.098.038)	(409.512)	(7.077)	-	(1.514.627)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	60.304	33.966	(265)	-	94.005
	(1.037.734)	(376.667)	(7.365)	-	(1.421.766)
Benefícios pagos	(659.109)	(143.169)	(2.536)	-	(804.814)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	6.110.673	1.853.116	32.020	-	7.995.809
Custo do serviço corrente	516	2.177	47	-	2.740
Custo do serviço passado (2)	-	(1.817.622)	(31.499)	-	(1.849.121)
Juros sobre a obrigação atuarial	711.063	215.297	3.634	-	929.994
Perdas (ganhos) atuariais:	-	-	-	-	-
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	-	-
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	85.587	(2.752)	138	-	82.973
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(60.917)	(123.785)	(2.597)	-	(187.299)
	24.670	(126.537)	(2.459)	-	(104.326)
Benefícios pagos	(677.164)	(126.431)	(1.743)	-	(805.338)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2025	6.169.758	-	-	-	6.169.758

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	5.804.379
Retorno real dos investimentos	(115.062)
Contribuições do empregador	173.289
Benefícios pagos	(659.109)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	5.203.497
Retorno real dos investimentos	570.091
Contribuições do empregador	133.380
Benefícios pagos	(677.164)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2025	5.229.804

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.394.720	2.177.881	38.482	3.611.083
Despesa reconhecida no resultado	126.615	195.071	3.438	325.124
Custo do serviço passado	-	-	-	-
Contribuições pagas	(173.289)	(143.169)	(2.536)	(318.994)
Perdas (ganhos) atuariais	(355.685)	(376.667)	(7.365)	(739.717)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496
Despesa reconhecida no resultado	122.548	217.474	3.681	343.703
Contribuições pagas	(133.380)	(126.431)	(1.742)	(261.553)
Custo do serviço passado	-	(1.817.622)	(31.499)	(1.849.121)
Perdas (ganhos) atuariais	54.860	(126.537)	(2.459)	(74.136)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2025	1.036.389	-	-	1.036.389
			31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			93.884	162.817
Passivo não circulante			942.505	2.714.679

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Valores reconhecidos na demonstração de resultado

31/12/2025	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	516	2.177	47	2.740
Custo do serviço passado	-	(1.817.622)	(31.499)	(1.849.121)
Juros sobre a obrigação atuarial	711.063	215.297	3.634	929.994
Rendimento sobre os ativos do plano	(589.031)	-	-	(589.031)
Despesa total em 2025	122.548	(1.600.148)	(27.818)	(1.505.418)

Total

Despesa com pós emprego em 2025	(1.505.418)
Indenização compensatória	927.360
Despesa total em 2025	578.058

31/12/2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	723	4.908	93	5.724
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Rendimento sobre os ativos do plano	(494.658)	-	-	(494.658)
Despesa total em 2024	126.615	195.071	3.438	325.124

Estimativas para o exercício seguinte e análise de sensibilidade

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2026 é como segue:

31/12/2026	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Total
Custo do serviço corrente	796	796
Juros sobre a obrigação atuarial	643.352	643.352
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(528.559)	(528.559)
Estimativa de despesa total em 31/12/2026 conforme cálculo atuarial	115.589	115.589

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2026 é como segue:

31/12/2026	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	686.810	686.810

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$138.094 para amortização de déficit do Plano A e de R\$64.833 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas significativas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2025:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	160.873	160.873
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(147.910)	(147.910)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	484.039	484.039
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(421.618)	(421.618)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria				
Plano A	Plano B	Plano de Saúde	Plano Odontológico	
8,28	10,52	8,24	8,24	

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Ações e títulos de renda variável	622.685	625.766
Títulos de renda fixa	3.833.857	3.815.224
Imóveis	292.744	278.738
Outros	480.519	483.768
Total	5.229.805	5.203.496

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	749	50.465
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	180.829	172.692
	181.578	223.157

Principais premissas atuariais

	31/12/2025		31/12/2024		
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Seguro de vida	Plano de Saúde e Odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	11,08%	11,15%	12,30%	-	12,23%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,08%	Não aplicável	12,30%	-	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	4,50%	-	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	3,50%	Não aplicável	4,50%	-	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 S10% por sexo	-	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	-	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	-	MI-85 Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1%	-	-	1,00%

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Política contábil

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Estimativas e julgamentos

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Para o caso dos planos de saúde e odontológico, os passivos são apurados pelo cálculo do valor presente das obrigações futuras a serem realizadas pela Companhia,

considerando a manutenção do nível contributivo vigente, a previsão de reajuste real dos valores e a atualização futura das contribuições pela variação de índice compatível com os Regulamentos e o histórico dos custos dos planos.

Os cálculos atuariais ocorrem a cada encerramento do exercício, e envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

Tanto o custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, quanto o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados a partir da remensuração do valor presente líquido da obrigação, devido à revisão de premissas atuariais, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração.

O aporte parcelado e condicionado constitui contraprestação de liquidação do plano de pós-emprego (*settlement*), sendo a mensuração do efeito no resultado, conforme o valor do instrumento de confissão de dívida da obrigação do passivo financeiro.

Com a extinção da obrigação futura, de acordo com o CPC 33/IAS 19, são eliminadas todas as obrigações legais ou construtivas futuras relacionadas ao plano e o ganho ou perda do *settlement* é mensurado pelo valor presente da obrigação de benefício pós-emprego liquidada da contraprestação transferida (pagamentos/ativos transferidos).

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	319.378	42.076	37.688	1.033.127	36.600	11.314	1.480.183
Adições	129.401	107.126	20.556	21.800	1.450	30.407	310.740
Reversões	-	(13)	(406)	(511.685)	(451)	(3.551)	(516.106)
Liquidações	(103.491)	(69.917)	(19.351)	(1.288)	(1.450)	(14.767)	(210.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	345.288	79.272	38.487	541.954	36.149	23.403	1.064.553
Adições	163.189	97.059	22.122	185.778	9.426	29.204	506.778
Reversões	-	-	-	-	(12.411)	(784)	(13.195)
Liquidações	(122.624)	(53.239)	(11.367)	(980)	(9.426)	(11.509)	(209.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	385.853	123.092	49.242	726.752	23.738	40.314	1.348.991

	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	319.378	42.076	37.688	1.033.127	36.600	11.314	1.480.183
Adições	129.401	107.126	20.556	21.800	1.450	30.407	310.740
Reversões	-	(13)	(406)	(511.685)	(451)	(3.551)	(516.106)
Liquidações	(103.491)	(69.917)	(19.351)	(1.288)	(1.450)	(14.767)	(210.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	345.288	79.272	38.487	541.954	36.149	23.403	1.064.553
Adições	163.189	97.059	22.122	185.778	9.426	29.204	506.778
Reversões	-	-	-	-	(12.411)	(784)	(13.195)
Liquidações	(122.624)	(53.239)	(11.367)	(980)	(9.426)	(11.509)	(209.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	385.853	123.092	49.242	726.752	23.738	40.314	1.348.991

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, não sendo constituída provisão, conforme segue:

	Perda Possível	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas		1.094.698	807.905
Cíveis			
Relações de consumo		1.121.764	709.457
Outras ações cíveis		588.735	515.352
		1.710.499	1.224.809
Tributárias		1.978.558	1.962.856
Regulatórias		1.057.951	767.282
Outras		969.380	1.093.604
Total		6.811.086	5.856.456

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de R\$ 1.202.343 (R\$1.052.982 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$385.853 foram provisionados (R\$345.288 em 31 de dezembro de 2024), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Terceirização

A Companhia é parte de duas reclamações trabalhistas ajuizadas por sindicatos que discutem o reconhecimento de terceirização ilícita e, por consequência, a isonomia de direitos entre os empregados terceirizados e os funcionários próprios da Companhia. O montante da contingência é estimado em R\$278.208 (R\$100.211 em 31 de dezembro 2024). A probabilidade de perda foi classificada como possível, visto que as decisões atuais nos processos são favoráveis à Companhia e que o Supremo Tribunal Federal (STF) possui entendimento firmado nos julgamentos do Tema 725 e da ADPF324, que reconhecem a licitude da terceirização, independentemente de se tratar de atividade-meio ou de atividade-fim.

Cíveis

Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica

Foi ajuizada Ação Civil Pública, proposta em conjunto pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal contra a Companhia e a Aneel, requerendo, ao município de Uberlândia, a adequação do serviço de atendimento ao consumidor de energia elétrica aos padrões estabelecidos pelo sistema jurídico, a evitabilidade de apagões e oscilações no fornecimento de energia elétrica, a fiscalização presenciais na transmissão e distribuição de energia elétrica e a indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$397.803 (R\$344.606 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Relações com consumidores

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$695.603 (R\$444.123 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$123.092 (R\$79.272 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Fornecimento de energia elétrica

Em junho de 2025, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, além da obrigação de fazer melhorias na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica no município de João Pinheiro. A demanda é fundamentada na alegação de falhas reiteradas e prolongadas no fornecimento de energia elétrica em diversas localidades do município de João Pinheiro. O valor da contingência, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$151.450, sendo a probabilidade de perda avaliada como possível.

Tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de R\$298.111 (R\$290.520 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$381 (R\$273 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de R\$1.171.474 (R\$1.072.670 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$476.044 (R\$435.701 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos colaboradores, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Em 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia e, em decorrência disso, a ação relativa à contribuição previdenciária teve a contingência de perda alterada de possível para provável. Em dezembro de 2025, a ação relacionada à incidência de imposto de renda sobre os pagamentos realizados pela Companhia aos seus funcionários teve a contingência de perda reavaliada de possível para provável, em decorrência de acórdão proferido pela 3ª turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, que manteve a exigência fiscal por entender que a verba paga pela suspensão do direito ao anuênio estaria incluída no conceito constitucional de renda. Ambas as ações possuem o valor da provisão em depósito judicial. O montante das contingências é de R\$250.327 (R\$237.761 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$250.327 (R\$105.980 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de R\$146.837 (R\$134.240 em 31 de dezembro de 2024). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$148.714 (R\$157.381 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas; iv) amortização de ágio; e v) despesas com inovação tecnológica. O montante desta contingência é de R\$365.142 (R\$316.094 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no valor de R\$97.254 (R\$87.980 em 31 de dezembro de 2024). O montante das contingências é de R\$87.638 (R\$79.985 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$237.066 (R\$216.159 em 31 de dezembro

de 2024) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, os encargos cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de R\$831.844 (R\$592.787 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$23.738 (R\$36.149 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$60.384 (R\$54.479 em 31 de dezembro de 2024).

Penalidade administrativa

A Companhia ajuizou ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$189.460 (R\$156.164 em 31 de dezembro de 2024) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$637.977 (R\$553.839 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$49.242 (R\$38.487 em 31 de dezembro de 2024)

foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$710.154 (R\$572.795 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$37.354 (R\$23.403 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$2.960 (R\$344.060 em 31 de dezembro de 2024) dos quais R\$2.960 (R\$154 em 31 de dezembro de 2024) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

A redução no passivo contingente deve-se ao julgamento das apelações, de um dos processos do conjunto “Projeto Luz para Todos”, em que o TJMG atribuiu à Companhia o ônus tributário referente à diferença de ISSQN, decorrente da majoração da base cálculo do imposto, sendo reavaliada a probabilidade de perda de possível para provável, do montante de R\$2.960 em 31 de dezembro de 2025. Por outro lado, afastou a responsabilidade da Companhia por suposto desequilíbrio contratual, sendo reavaliado o prognóstico de perda de possível para remota o valor de R\$340.994, dentre o montante de R\$344.060 em 31 de dezembro de 2024.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$296.581 (R\$200.153 em 31 de dezembro de 2024) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

Política contábil

As provisões são reconhecidas pela companhia quando: (i) há uma obrigação presente resultante de evento passado; (ii) é mais provável que sim do que não de que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Estimativas e julgamentos

Os valores são reconhecidos somente nas despesas operacionais, sendo observadas situações como: (i) os valores relacionados a desapropriação e constituição de servidão não impactam o resultado da Companhia, pois o desembolso é compreendido como investimento na aquisição de imóveis; (ii) processos administrativos, em que discussões ocorrem em esfera administrativa, são avaliados quanto à sua probabilidade de perda na esfera judicial; e (iii) processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2025
Em serviço	3,60%	(7.080.678)	(9.323.274)	(16.403.952)
Participação da União, Estados e Municípios		(819.992)	(960.370)	(1.780.362)
Participação Financeira do Consumidor		(5.714.497)	(7.360.375)	(13.074.872)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(4.064)	(9.426)	(13.490)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(81.141)	(187.179)	(268.320)
Pesquisa e Desenvolvimento		(11.363)	(6.309)	(17.672)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		(306.080)	(738.322)	(1.044.402)
Outros		(143.541)	(61.293)	(204.834)
Ultrapassagem de demanda		(42.051)	-	(42.051)
Excedente de reativos		(97.243)	-	(97.243)
Outros		(4.247)	(61.293)	(65.540)
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,60%	2.504.706	6.035.287	8.539.993
Participação da União, Estados e Municípios		194.435	724.549	918.984
Participação Financeira do Consumidor		1.981.235	4.524.518	6.505.753
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		2.798	7.080	9.878
Programa de Eficiência Energética - PEE		55.493	140.612	196.105
Pesquisa e Desenvolvimento		4.302	4.731	9.033
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		218.465	611.942	830.407
Outros		47.978	21.855	69.833
Ultrapassagem de demanda		13.630	-	13.630
Excedente de reativos		31.521	-	31.521
Outros		2.827	21.855	24.682
Em curso		(907.334)	-	(907.334)
Participação da União, Estados e Municípios		(40.727)	-	(40.727)
Participação Financeira do Consumidor		(770.039)	-	(770.039)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(7)	-	(7)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(14.411)	-	(14.411)
Pesquisa e Desenvolvimento		(879)	-	(879)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-
Outros		(81.271)	-	(81.271)
Ultrapassagem de demanda		-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-
Outros		(81.271)	-	(81.271)
Total		(5.483.306)	(3.287.987)	(8.771.293)

	Saldo Inicial em 31/12/2024	Adição (A)	Baixas (B)	Transferências	Saldo Final em 31/12/2025	Adições líquidas = (A) + (B)
Em serviço	(15.708.765)	(137.854)	-	(557.333)	(16.403.952)	(137.854)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.616.786)	(60.891)	-	(102.685)	(1.780.362)	(60.891)
Participação financeira do consumidor	(12.552.227)	(67.997)	-	(454.648)	(13.074.872)	(67.997)
Doações e subvenções destinadas a invest. serviço concedido	(13.494)	4	-	-	(13.490)	4
Programa de eficiência energética - PEE	(265.480)	(2.840)	-	-	(268.320)	(2.840)
Pesquisa e desenvolvimento	(11.551)	(6.121)	-	-	(17.672)	(6.121)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(1.044.402)	-	-	-	(1.044.402)	-
Outros	(204.825)	(9)	-	-	(204.834)	-
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	(97.243)	-
Outros	(65.531)	(9)	-	-	(65.540)	(9)
(-) Amortização Acumulada - AIS	7.906.308	253.479	380.206	-	8.539.993	633.685
Participação da união, estados e municípios	916.903	26.867	(24.786)	-	918.984	2.081
Participação financeira do consumidor	5.794.527	206.509	504.717	-	6.505.753	711.226
Doações e subvenções destinadas a invest.serviço concedido	10.899	151	(1.172)	-	9.878	(1.021)
Programa de eficiência energética - PEE	216.527	2.897	(23.319)	-	196.105	(20.422)
Pesquisa e desenvolvimento	10.173	273	(1.413)	-	9.033	(1.140)
universalização do serviço público de energia elétrica	929.735	11.040	(110.368)	-	830.407	(99.328)
Outros	27.544	5.742	36.547	-	69.833	42.289
Ultrapassagem de demanda	11.944	1.686	-	-	13.630	1.686
Excedente de reativos	12.929	3.900	-	14.692	31.521	3.900
Outros	2.671	156	36.547	(14.692)	24.682	36.703
Em curso	(932.835)	(531.831)	-	557.332	(907.334)	(531.831)
Participação da união, estados e municípios	(73.132)	(70.279)	-	102.684	(40.727)	(70.279)
Participação financeira do consumidor	(582.051)	(642.636)	-	454.648	(770.039)	(642.636)
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(3)	(4)	-	-	(7)	(4)
Programa de eficiência energética - PEE	(17.251)	2.840	-	-	(14.411)	2.840
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	0	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(7.048)	6.169	-	-	(879)	6.169
Outros	(253.350)	172.079	-	-	(81.271)	172.079
Ultrapassagem de Demanda	-	-	-	-	-	-
Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
Diferença das Perdas Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	(253.350)	172.079	-	-	(81.271)	-
Total	(8.735.292)	(416.206)	380.206	(1)	(8.771.293)	(36.000)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$6.964.105, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

a) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	789.901	685.307
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	202.731	173.388
Retorno de dividendos para programa de investimentos	710.459	238.230
Reserva de retenção de lucros societária	4.344.940	4.109.662
Absorção de prejuízos regulatórios	(604.666)	(544.807)
Reserva de retenção de lucros regulatória	3.740.274	3.564.855
	5.443.365	4.661.780

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$29.343 (R\$51.186 em 31 de dezembro de 2023), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

b) Resultado societário por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2025	2024
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	2.121.174	2.206.255
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,90	0,94

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, e da base de remuneração obrigatória – BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo.

	2025	2024
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(401.226)	(889.439)
Reserva de reavaliação	1.659.101	1.861.318
Outros resultados abrangentes	1.257.875	971.879

d) Remuneração do acionista

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos

acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$1.057.048, conforme valores e datas abaixo, a primeira até 30 de junho de 2026 e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

Declaração	Montante	Retenção de imposto de renda (1)
20/03/2025	232.217	(34.833)
23/06/2025	264.394	(39.659)
29/09/2025	289.027	(43.354)
31/12/2025	271.860	(40.779)
	1.057.498	(158.625)

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2025, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido societário do exercício	2.121.174	2.206.255
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	1.060.587	1.103.128
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	56.685	111.335
	1.117.272	1.214.463
Juros sobre capital próprio e dividendos registrados em conformidade com o estatuto		
Juros sobre capital próprio	1.057.498	742.234
Dividendos obrigatórios	59.774	472.229
Aumento de capital		
	1.117.272	1.214.463
Juros sobre capital próprio por ação - R\$	0,4483	0,3146
Dividendos por ação- R\$	0,0253	0,2002

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.499.524
Destinação para programa de investimentos	(238.230)
Dividendos obrigatórios	472.229
Declaração de juros sobre capital próprio	742.234
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(111.335)
Destinação para aumento de capital	(679.793)
Pagamentos	(567.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.117.129
Destinação para programa de investimentos	(472.229)
Dividendos obrigatórios	161.714
Declaração de juros sobre capital próprio	1.057.498
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(158.625)
Destinação para aumento de capital	-
Pagamentos	(630.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.074.587

Proposta de destinação do lucro societário de 2025

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2025, no montante de R\$2.121.173:

- R\$104.592, relativos a 5% do lucro líquido, ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$29.343 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2025 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$1.057.498 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$ 161.714 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$235.280 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2026.

24.RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Nº Consumidores (1)		MWh		R\$	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento - faturado						
Residencial	8.206.751	7.960.300	15.081.976	14.430.057	8.185.795	7.006.416
Industrial	22.847	23.807	1.016.463	1.356.598	568.583	673.872
Comercial	884.430	916.307	6.066.664	6.399.845	3.633.523	3.459.998
Rural	379.481	405.953	3.544.524	3.533.721	1.830.022	1.692.658
Poder público	75.326	72.681	975.064	1.040.795	579.345	547.651
Iluminação pública	8.001	7.209	945.998	972.909	317.014	279.867
Serviço público	31.271	13.688	723.188	936.690	500.638	611.307
	9.608.107	9.399.945	28.353.877	28.670.615	15.614.920	14.271.769
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	-	-	-	-	-	512.852
Suprimento - faturado	-	-	-	-	209	366.044
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Uso da rede elétrica de distribuição - faturada						
Consumidores cativos	-	-	-	-	9.558.162	9.843.310
Consumidores livres	-	-	-	-	5.933.706	5.169.039
					15.491.868	15.012.349
Fornecimento/ suprimento/rede elétrica - não faturada						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(6.002)	113.004
Constituição e amortização - ativos financeiros setoriais (2)	-	-	-	-	505.759	423.293
	-	-	-	-	499.757	536.297
Serviços cobráveis	-	-	-	-	18.683	17.548
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	3.434.034	2.041.296
Outras receitas	-	-	-	-	60	-
Total	9.608.107	9.399.945	28.353.877	28.670.615	35.059.531	32.758.155

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Essa variação decorre, principalmente, do aumento dos custos, no exercício de 2025, com energia de curto prazo - CCEE e da menor realização dos componentes financeiros que são repassados na tarifa, conforme nota explicativa nº 12.

Subsídios tarifários

Os seguintes subsídios tarifários são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE:

- Subsídio de bandeiras tarifárias, que são os valores incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público;
- Subvenções de baixa renda;
- Subsídio relativo ao SCEE (Sistema de Compensação de Energia Elétrica), liberado pela Aneel na revisão tarifária de 2023 para compensação de geração distribuída;
- Subsídio Eletrobrás, referente aos valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica; e
- Subvenção da CDE para custear descontos tarifários;

No exercício de 2025, o montante apropriado como receita de subsídios reembolsados via CDE totalizou o montante de R\$3.434.034 (R\$2.041.296 no exercício de 2024).

Deste valor, a Companhia tem a receber o montante de R\$603.905 (R\$197.070 em 31 de dezembro de 2024), reconhecidos no ativo circulante em “Reembolso subsídios tarifários”.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	4.864.342	4.638.372
PIS/Pasep	432.159	450.200
Cofins	1.990.552	2.073.645
ISSQN	1.747	1.513
	7.288.800	7.163.730
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	88.256	82.773
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.283.262	3.618.586
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	32.515	30.495
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	46.451	43.565
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	23.225	21.782
CDE sobre P&D	13.935	13.069
CDE sobre PEE	27.870	26.139
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	29.826	28.046
	4.545.340	3.864.455
	11.834.140	11.028.185

25. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.200.099	1.241.693
Contratos por cotas de garantia física	826.380	880.883
Cotas das usinas de Angra I e II	333.783	373.652
Energia de curto prazo - CCEE	1.189.753	875.220
Contratos bilaterais	330.164	498.866
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	4.642.057	4.622.112
PROINFA	530.544	467.607
Geração distribuída	3.828.434	3.238.739
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(794.289)	(782.871)
	12.086.925	11.415.901
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	3.409.506	3.356.086
	15.496.431	14.771.987

26. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal	524.173	1.373.046
Benefício Pós-Emprego - Previdência Privada - Déficit ou Superávit Atuarial	129.918	124.324
Despesas Rescisórias	2.959	2.821
Encargos	191.548	180.116
Outros	58.237	80.332
Outros Benefícios - Corrente	117.549	103.753
Outros Benefícios Pós-Emprego - Déficit ou Superávit Atuarial	(687.081)	198.509
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	129.027	99.915
Previdência Privada - Corrente	50.755	47.728
Programa de Demissão Voluntária - PDV	17.625	46.241
Remuneração	509.247	489.307
Estagiários e programa de iniciação ao trabalho	4.389	-
Administradores	23.194	21.306
Benefícios dos Administradores	1.339	1.801
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	21.855	19.505
Total	547.367	1.394.352

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em abril de 2025, a Companhia aprovou o PDVP 2025, sendo o período de adesão dos empregados de 5 a 30 de maio de 2025, com adesão de 97 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional proporcional ao tempo de serviço, a título de indenização.

Os custos para o programa totalizaram R\$18.889 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

b) Serviços de terceiros

	2025	2024
Leitura de medidores e entrega de contas	169.474	158.621
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	733.240	703.953
Comunicação	138.422	133.431
Conservação e limpeza de prédios	66.227	59.322
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	159.614	139.797
Corte e religação	82.630	72.379
Podas de árvores	109.910	85.777
Serviços advocatícios e custas processuais	34.117	34.909
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	3.954	4.345
Serviços de tecnologia da informação	149.722	143.282
Mão de obra contratada	43.199	35.487
Hospedagem e alimentação	23.961	19.454
Vigilância	14.880	13.133
Manutenção e conservação de veículos	3.730	3.161
Consultoria	9.661	5.559
Despesas (reversão) com transporte - pessoa jurídica	5.592	12.574
Inspeção de unidades consumidoras	42.519	47.539
Serviços logísticos	918	1.864
Outros	64.723	51.410
	1.856.493	1.725.997

c) Provisões

	2025	2024
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	158.305	164.690
Perda estimada para outros créditos a receber	91.546	48.247
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	40.564	129.401
Cíveis	54.575	127.263
Tributárias	184.798	(489.885)
Ambientais	25	-
Regulatórias	(12.410)	999
Outras	226.031	26.856
	493.583	(205.366)
	743.434	7.571

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	256.107	122.557
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras (1)	(41.971)	(33.645)
Acréscimos moratórios de contas de energia	301.951	287.908
Variações monetárias	7.965	29.912
Variação monetária depósitos judiciais	59.680	43.836
Variação monetária - CVA (Nota 12b)	114.213	46.657
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	-	370.758
Atualização crédito IRPJ sobre PAT (Nota 8a)	3.335	38.781
Outras	83.719	108.235
	784.999	1.014.999
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(1.187.106)	(550.737)
Amortização do custo de transação (Nota 19)	(23.475)	(14.320)
Encargos de variação monetária - Forluz	-	(2.290)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 19)	(263.734)	(231.442)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (2)	(13.894)	-
Variação monetária - CVA (Nota 12b)	(6.612)	(30.412)
Variação monetária de P&D e PEE	(41.801)	(28.484)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 16)	(16.999)	(19.335)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida (2)	(75.262)	(37.970)
Outras variações monetárias	(14.242)	(17.049)
Outras	(42.829)	(62.303)
	(1.685.954)	(994.342)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(900.955)	20.657

- (1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores superou o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nos períodos comparativos. Com o ajuste do passivo, em maio de 2024, de R\$410.626, a Companhia passou a ter uma receita financeira líquida.
- (2) Atualização estimada dos créditos de geração distribuída a serem compensados pelos consumidores, pelo efeito do reajuste tarifário, líquida da parcela correspondente à receita financeira da neutralidade estimada sobre os créditos de geração distribuída, no montante de R\$39.049 (Nota 12).

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Operações com energia elétrica								
Cemig Geração e Transmissão	390	2.289	8.294	9.351	819	1.885	(45.007)	(59.787)
Norte Energia	-	-	33.784	32.901	-	-	(302.906)	(289.835)
Taesa	-	-	-	-	-	-	-	(539)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	1.990	-	17.618	15.690	65.266	31.798	(180.251)	(125.317)
Sete Lagoas	-	-	492	305	-	-	(4.619)	(2.699)
Taesa	-	-	114	107	-	-	(1.335)	(5.021)
Cemig SIM	-	-	-	-	3.345	3.847	-	-
Cemig Geração Sul	-	-	-	-	5.716	5.162	-	-
Cemig Geração Leste	200	-	-	-	3.227	3.036	-	-
Cemig Geração Oeste	-	-	-	-	3.834	3.834	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão	-	-	-	-	1.910	1.801	-	-
Cemig Geração Poço Fundo	-	-	-	-	2.306	1.901	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	-	3.403	30.518	31.941	-	-	(381.010)	(324.178)
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(4.795)	(5.220)
Taesa	-	-	7.279	9.779	-	-	(133.855)	(130.300)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Consumidores e revendedores								
Governo do Estado de Minas Gerais	10.739	10.769	-	-	232.633	230.980	-	-

O saldo de consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	33.848	19.741	-	-	(931)	(61.800)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.480	10.259	-	-	(9.577)	(12.113)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Processos judiciais								
Companhia Energética de Minas Gerais	5.930	9.931	-	-	-	-	-	-

Refere-se a acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e as empresas signatárias a seguir: a Alparbatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21/12/2012 o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no estado de Minas Gerais e contratou a Companhia Energética de Minas Gerais para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig Distribuição em benefício da Alparbatas e da Guanhães sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos da Cemig Distribuição, executora das obras, e da Guanhães Energia. A Cemig Distribuição desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alparbatas e a Guanhães desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14 de junho de 2024 foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32 milhões à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 mil com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os

valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig Distribuição (mediante procuração emitida pela Alpargatas em benefício da Cemig Distribuição).

Juros sobre capital próprio

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.074.587	1.117.129	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP no total de R\$1.074.587 no exercício de 2025. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 23

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	221	52.726	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	2.368	118.188	-	-	43	5.732	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	-	44.576	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos								
Circulante								
Arrendamento	-	-	13.676	12.965	-	-	(16.416)	(18.519)
Não circulante								
Arrendamento	135.383	131.708	147.689	143.754	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de

previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde.

Com a liquidação da obrigação pós-emprego vinculada ao Plano de ProSaúde Integrado (PSI) e ao Programa Odontológico (POD), a Companhia deixou de reconhecer obrigação atuarial futura relacionada a esses benefícios, extinguindo o passivo correspondente. Mais informações na nota explicativa nº 20.

As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Benefícios pós-emprego								
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	93.884	37.904	-	-	(122.548)	(126.615)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(62.047)	(60.546)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(30.856)	(29.625)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	942.505	954.457	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	145.705	-	-	(221.155)	(198.509)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	-	1.739.430	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2031;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado nos exercícios de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	15.822	15.770
Participação nos resultados (reversão)	7.032	4.883
Previdência privada	1.092	1.607
Planos de saúde e odontológico	130	110
Seguro de vida	23	20
Total (1)	24.099	22.390

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		1.202	1.202	44.900	44.900
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 5)		4.464.595	4.464.595	4.327.216	4.327.216
Fundos vinculados		204.418	204.418	196.059	196.059
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		1.961.869	1.961.869	1.295.625	1.295.625
Reembolso de subsídios tarifários		480.319	480.319	130.023	130.023
Subvenção baixa renda		123.586	123.586	82.762	82.762
		7.235.989	7.235.989	6.076.585	6.076.585
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	715.541	715.541	724.768	724.768
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	346.457	346.457	-	-
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	272	272	23.983	23.983
Letras financeiras - bancos	2	1.177	1.177	92.549	92.549
Debêntures	2	29	29	1.655	1.655
		347.935	347.935	118.187	118.187
		1.063.476	1.063.476	842.955	842.955
		8.299.465	8.299.465	6.919.540	6.919.540
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(14.892.088)	(14.892.088)	(10.037.621)	(10.037.621)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(960.733)	(308.016)	(357.668)	(357.668)
Passivos financeiros setoriais		-	-	(16.470)	(16.470)
Fornecedores		(1.999.948)	(1.999.948)	(1.973.750)	(1.973.750)
Arrendamentos		(269.710)	(269.710)	(274.977)	(274.977)
		(18.122.479)	(17.469.762)	(12.660.486)	(12.660.486)

(1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo exceto para Debêntures e Equacionamento de déficit do fundo de pensão – Forluz, em 31 de dezembro de 2024

(2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados apresentados na nota explicativa nº 17.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig D, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de suas debêntures utilizando a taxa de 111,43% da variação do CDI, com base nas suas captações. Para as debêntures, com taxas anuais variando entre (i) um mínimo de IPCA + 4,10 % a.a. e um máximo de IPCA + 7,62 % a.a. e (ii) um mínimo de CDI + 0,57 % a.a. e um máximo de CDI + 2,05 % a.a. O valor contábil é R\$14.892.088 e o valor justo é de R\$12.238.119. Essa diferença se deve às condições de mercado à época do cálculo, sendo impactada principalmente pelas condições macroeconômicas (inflação e juros), além da dinâmica do mercado de crédito, com reflexo nas negociações do secundário do mercado de capitais.

Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com a sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base:** considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações contábeis regulatórias.
- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenário adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo

risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).

O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	31/12/2025		31/12/2024	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(33.756)	(185.659)	(34.005)	(210.488)
Passivo líquido exposto		(185.659)		(210.488)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial do dólar-americano em relação ao Real, em 31 de dezembro de 2026 será uma valorização de 2,73% (R\$5,65).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	31/12/2025	31/12/2026	
	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,64	Cenário adverso Dólar R\$6,28
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 16)	(185.659)	(190.385)	(211.989)
Passivo líquido exposto	(185.659)	(190.385)	(211.989)
Efeito líquido da variação cambial		(4.726)	(26.330)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros e

pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	715.541	724.768
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	349.138	163.087
Fundos vinculados	201.983	196.059
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	1.961.869	1.295.625
	3.228.531	2.379.539
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 18)	(6.657.015)	(3.978.270)
Passivos financeiros setoriais (Nota 12b)	-	(16.470)
	(6.657.015)	(3.994.740)
Passivo líquido exposto	(3.428.484)	(1.615.201)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 12,50% em 31 de dezembro de 2026.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2026	
	Valor contábil	Cenário provável Selic 12,50%	Cenário adverso Selic 16,00%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 5)	715.541	810.350	830.028
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	349.137	395.398	404.999
Fundos vinculados	204.418	231.503	237.125
CVA e outros componentes financeiros (Nota 12b)	1.961.869	2.221.817	2.275.768
	3.230.965	3.659.068	3.747.920
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 18)	(6.657.015)	(7.539.069)	(7.722.137)
	(6.657.015)	(7.539.069)	(7.722.137)
Passivo líquido exposto	(3.426.050)	(3.880.001)	(3.974.217)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(453.951)	(548.167)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(6.189.834)	(6.189.834)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(960.733)	(357.668)
Passivo de arrendamentos (Nota 14)	(274.977)	(274.977)
Passivo líquido exposto	(7.425.544)	(6.822.479)

Análise de sensibilidade

Em função de seus passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,4% em 31 de dezembro de 2026, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Elevação da inflação	31/12/2025	31/12/2026	
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,92%	Cenário adverso IPCA 7,03%
Passivos			
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 18)	(6.189.834)	(6.494.374)	(6.624.979)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(960.733)	(1.008.001)	(1.028.273)
Passivo de arrendamentos (Nota 14)	(274.977)	(288.506)	(294.308)
Passivo líquido exposto	(7.425.544)	(7.790.881)	(7.947.560)
Efeito líquido da variação do IPCA		(365.337)	(522.016)

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas (*)											
Debêntures	-	-	-	368.115	2.092.104	1.019.699	3.193.263	4.685.617	11.298.256	3.373.364	26.030.418
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	6.823	4.440	18.493	12.827	170.363	48.488	326.252	157.181	660.753	120.088	1.525.708
	6.823	4.440	18.493	380.942	2.262.467	1.068.187	3.519.515	4.842.798	11.959.009	3.493.452	27.556.126
Pré-fixadas											
Fornecedores	799.027	-	580.537	-	620.384	-	-	-	-	-	1.999.948
	805.850	4.440	599.030	380.942	2.882.851	1.068.187	3.519.515	4.842.798	11.959.009	3.493.452	29.556.074

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2025, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$875.536 (R\$760.256 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de rating Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhão e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. O termo aditivo incluiu metas anuais desses indicadores que deveriam ser cumpridas até 2020. O descumprimento em dois anos consecutivos ou no ano de 2020 incorreria na abertura do processo de caducidade da concessão.

A partir de 2021, o contrato estabeleceu que o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1)
		Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
		Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Consideram-se descumpridos quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela Aneel.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Para o exercício de 2025 a apuração ainda não ocorreu, sendo realizada quando da divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusula restritiva (“covenant”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “cross default”. Mais informações na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações contábeis regulatórias, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.207.640	1.226.012	1.235.353	1.256.851	1.265.927	20.687.181	26.878.964
Transporte de energia elétrica de Itaipu	228.756	233.655	212.718	193.371	199.562	3.651.253	4.719.315
Compra de energia - leilão	5.305.689	4.910.325	4.899.472	4.996.676	5.167.845	56.629.748	81.909.755
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	104.877	-	-	-	-	-	104.877
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	197.079	198.613	198.649	198.704	197.005	3.079.028	4.069.078
Cotas de garantias físicas	853.243	811.042	761.386	761.482	761.386	12.182.180	16.130.719
	7.897.284	7.379.647	7.307.578	7.407.084	7.591.725	96.229.390	133.812.708

31. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 20 de maio de 2025, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2025 a 27 de maio de 2026, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,78%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na baixa tensão o impacto médio foi de 6,86%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão – Grupo A	9,45%
Baixa tensão – Grupo B	7,03%
Reajuste médio	7,78%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e da B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2024 a abril de 2025.

Resumo da Revisão Tarifária

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

	Processo Anterior (R\$)	Processo Atual (R\$)	Variação	Participação no Reajuste	Participação na Receita
PARCELA A [Encargos + Transmissão + Energia]	14.948.774.939	16.328.459.624	9,23%	6,12%	67,39%
Encargos Setoriais	4.674.881.934	5.718.158.262	22,32%	4,63%	23,60%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	30.907.576	30.301.353	-1,96%	0,00%	0,13%
Conta de Desenv. Energético – CDE (USO)	3.038.582.156	3.791.565.748	24,78%	3,34%	15,65%
Conta de Desenv. Energético – CDE Conta-Covid	328.686.361	-	-100%	-1,46%	0,00%
Conta de Desenv. Energético – CDE Eletrobrás	(101.959.886)	-	-100%	0,45%	0,00%
Conta de Desenv. Energético – CDE Conta-Escassez Hídrica	98.844.156	101.048.702	2,23%	0,01%	0,42%
Conta de Desenv. Energético – CDE GD	166.481.971	490.264.143	194,48%	1,44%	2,02%
Encargos Serv. Sist. - ESS/Energ. Reserv. - EER/ ERCAP	465.194.545	559.626.675	20,30%	0,42%	2,31%
PROINFA	450.003.233	539.354.500	19,86%	0,40%	2,23%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	198.141.822	205.997.140	3,96%	0,03%	0,85%
Custos de Transmissão	2.738.983.238	2.833.927.594	3,47%	0,42%	11,70%
Rede Básica	1.903.820.352	1.801.064.449	-5,40%	-0,46%	7,43%
Rede Básica Fronteira	335.280.619	468.523.794	39,74%	0,59%	1,93%
Rede Básica ONS (A2)	13.294.649	16.604.700	24,90%	0,01%	0,07%
Rede Básica Export. (A2)	13.596.168	46.314.232	240,64%	0,15%	0,19%
MUST Itaipu	103.174.426	92.927.883	-9,93%	-0,05%	0,38%
Transporte de Itaipu	207.067.276	150.590.836	-27,27%	-0,25%	0,62%
Conexão	155.380.037	250.925.219	61,49%	0,42%	1,04%
Uso do sistema de distribuição e CCD	7.369.711	6.976.481	-5,34%	0,00%	0,03%
Custos de Aquisição de Energia	7.395.457.292	7.625.523.732	3,11%	1,02%	31,47%
Receitas Irrecuperáveis	139.452.476	150.850.035	8,17%	0,05%	0,62%
PARCELA B	7.596.092.119	7.902.655.565	4,04%	1,36%	32,61%
IRT	22.544.867.058	24.231.115.189	7,48%	7,48%	100%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual		664.584.956		2,98%	
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior				-2,68%	
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores				7,78%	

Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente;

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária. Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR. A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	58.280.503
(2) Índice de Aproveitamento Integral 67.259.264	67.259
(3) Obrigações Especiais Bruta	14.680.270
(4) Bens Totalmente Depreciados	17.946.066
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	25.586.908
(6) Depreciação Acumulada	35.440.044
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	22.840.460
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	32.679
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	22.807.780
(10) Almoxarifado em Operação	14.446
(12) Obrigações Especiais Líquida	8.026.549
(13) Terrenos e Servidões	404.405
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)-(12)+(13)	15.200.082
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	15.200.083
(16) WACC antes de impostos	11,25%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	1.710.055
(18) Base Obrigações Especiais	14.680.270
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,86%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	273.675
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)	1.983.730
(25) Taxa de Depreciação	3,95%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	1.010.683

Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.735.059
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.230.777
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	328.207
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.176.075
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	132.350
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	65.349
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	288.057
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	485.756

32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias. Para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

Nota	2025				2024				
	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		918.869	-	-	918.869	951.779	-	-	951.779
Consumidores	32.1.8	3.988.526	-	2.134	3.990.660	3.740.165	-	109.144	3.849.309
Concessionárias e permissionárias	32.1.8	438.602	-	(2.134)	436.468	548.170	-	(109.144)	439.026
Serviços em curso	32.2.4	251.009	(250.410)	(599)	-	313.578	(312.801)	(777)	-
Tributos compensáveis		500.205	-	-	500.205	437.033	-	-	437.033
Investimentos temporários	32.1.1	553.555	-	(204.417)	349.138	314.570	-	196.059	118.511
Fundos Vinculados	32.1.1	-	-	204.418	204.418	-	-	(196.059)	196.059
Contribuição de iluminação pública		340.671	-	-	340.671	297.227	-	-	297.227
Reembolso subsídios tarifários		603.905	-	-	603.905	197.070	-	-	197.070
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		227.694	-	-	227.694	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		1.328.786	-	-	1.328.786	859.597	-	-	859.597
Despesas pagas antecipadamente	32.1.2	7.600	-	(7.600)	-	4.421	-	(4.421)	-
	32.1.2								
	32.1.1								
Outros ativos circulantes	32.1.3	694.840	(1.766)	13.459	706.533	450.657	(1.897)	11.635	460.395
	32.2.1								
	32.2.4								
		9.854.262	(252.176)	5.261	9.607.347	8.114.267	(314.698)	6.437	7.806.006
Bens destinados à alienação	32.1.3	5.261	-	(5.261)	-	6.437	-	(6.437)	-
TOTAL DO CIRCULANTE		9.859.523	(252.176)	-	9.607.347	8.120.704	(314.698)	-	7.806.006
Não circulante									
Concessionárias - transporte de energia		37.467	-	-	37.467	38.881	-	-	38.881
Tributos compensáveis		886.637	-	-	886.637	802.989	-	-	802.989
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		47.321	-	-	47.321	190.579	-	-	190.579
Depósitos judiciais e cauções		724.697	-	-	724.697	680.175	-	-	680.175
Tributos diferidos	32.2.10	145.387	547.843	-	693.230	545.424	678.223	-	1.223.647
Investimentos temporários		-	-	-	-	44.576	-	-	44.576
Ativos financeiros setoriais	32.2.1	633.083	-	-	633.083	436.028	-	-	436.028
Ativo financeiros da concessão	32.2.1	-	3.826.328	-	3.826.328	-	2.714.876	-	2.714.876
Bens e direitos para uso futuro	32.1.4	94	-	(94)	-	94	-	(94)	-
Serviços em curso	32.2.4	79.511	(79.511)	-	-	45.340	(45.340)	-	-
	32.1.4								
Outros ativos não circulantes	32.1.5	155.956	-	5.593	161.549	41.422	-	5.593	47.015
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	32.1.5	5.499	-	(5.499)	-	5.499	-	(5.499)	-
	32.2.1								
Imobilizado	32.2.2	34.130.377	(34.130.377)	-	-	30.529.858	(30.529.858)	-	-
	32.2.5								
Ativo de contrato	32.2.5	-	6.015.123	-	6.015.123	-	4.421.329	-	4.421.329

	Nota	2025				2024			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Intangível	32.2.1 32.2.2 32.2.5	1.479.567	13.908.136	-	15.387.703	1.138.425	12.665.524	-	13.803.949
Direito de uso		234.765	-	-	234.765	243.065	-	-	243.065
Total do não circulante		38.560.361	(9.912.458)	-	28.647.903	34.742.355	(10.095.246)	-	24.647.109
Ativo total		48.419.884	(10.164.634)	-	38.255.250	42.863.059	(10.409.944)	-	32.453.115

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2025				2024			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Circulante									
Fornecedores		1.999.948	-	-	1.999.948	1.973.750	-	-	1.973.750
Debêntures		2.395.885	-	-	2.395.885	2.496.199	-	-	2.496.199
Obrigações sociais e trabalhistas	32.1.10	220.722	-	(74.663)	146.059	198.234	-	(58.697)	139.537
Participação dos colabores e administradores no resultado	32.1.10	-	-	74.663	74.663	-	-	58.697	58.697
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.074.587	-	-	1.074.587	1.117.129	-	-	1.117.129
Benefícios pós-emprego		93.884	-	-	93.884	162.817	-	-	162.817
Indenização compensatória		302.627	-	-	302.627	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições		379.738	-	-	379.738	360.012	-	-	360.012
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-	71.701	-	-	71.701
Encargos setoriais	32.2.4	589.122	(250.410)	-	338.712	558.301	(312.801)	-	245.500
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		1.825.274	-	-	1.825.274	1.251.298	-	-	1.251.298
Valores a restituir a consumidores		340.800	-	-	340.800	526.498	-	-	526.498
Passivo de arrendamento		63.963	-	-	63.963	55.728	-	-	55.728
Contribuição de iluminação pública		542.706	-	-	542.706	475.037	-	-	475.037
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	16.470	-	-	16.470
Outros passivos circulantes		370.546	-	-	370.546	481.646	-	-	481.646
Total do circulante		10.199.802	(250.410)	-	9.949.392	9.744.820	(312.801)	-	9.432.019
Não circulante									
Debêntures		12.496.203	-	-	12.496.203	7.541.422	-	-	7.541.422
Benefícios pós-emprego		942.505	-	-	942.505	2.714.679	-	-	2.714.679
Indenização compensatória		604.552	-	-	604.552	-	-	-	-
Provisão para litígios		1.348.991	-	-	1.348.991	1.064.553	-	-	1.064.553
Encargos setoriais	32.2.4	220.944	(79.512)	-	141.432	203.107	(45.340)	-	157.767
Valores a restituir a consumidores		25.853	-	-	25.853	22.880	-	-	22.880
Passivo de arrendamento		205.747	-	-	205.747	219.249	-	-	219.249
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	32.2.2	8.771.292	(8.771.292)	-	-	8.735.292	(8.735.292)	-	-
Outros passivos não circulantes		18.660	-	-	18.660	19.293	-	-	19.293

	Nota	2025				2024			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Total do não circulante		24.634.747	(8.850.804)	-	15.783.943	20.520.475	(8.780.632)	-	11.739.843
Total do passivo		34.834.549	(9.101.214)	-	25.733.335	30.265.295	(9.093.433)	-	21.171.862
Patrimônio líquido									
Capital social		6.964.105	-	-	6.964.105	6.964.105	-	-	6.964.105
Ajustes de avaliação patrimonial	32.2.1 32.2.10	1.177.865	(1.668.086)	-	(490.221)	971.879	(1.861.318)	-	(889.439)
Reservas de lucros	32.2.1 32.2.2	5.443.365	604.666	-	6.048.031	4.661.780	544.807	-	5.206.587
Total do patrimônio líquido		13.585.335	(1.063.420)	-	12.521.915	12.597.764	(1.316.511)	-	11.281.253
Total do passivo e do patrimônio líquido		48.419.884	(10.164.634)	-	38.255.250	42.863.059	(10.409.944)	-	32.453.115

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

Nota	2025				2024			
	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA	35.059.530	5.442.604	429.417	40.931.551	32.758.155	4.325.543	561.304	37.645.002
Fornecimento de energia elétrica	15.608.918	-	-	15.608.918	14.384.773	-	-	14.384.773
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	-	-	-	-	512.852	-	-	512.852
Disponibilização do sistema de distribuição	15.491.868	-	-	15.491.868	15.012.349	-	-	15.012.349
Ativos e passivos financeiros setoriais	505.759	-	-	505.759	423.293	-	-	423.293
Suprimento a outras concessionárias	209	-	-	209	366.044	-	-	366.044
Serviços cobráveis	18.683	-	-	18.683	17.548	-	-	17.548
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	3.434.034	-	-	3.434.034	2.041.296	-	-	2.041.296
Receita de construção	32.2.3	-	5.325.443	-	-	4.378.611	-	4.378.611
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	-	117.161	-	-	104.417	-	104.417
Compensação por violação de padrão indicador de continuidade	32.2.6	-	-	(154.745)	-	(157.485)	-	(157.485)
Outras receitas	32.2.7	59	-	584.162	-	-	561.304	561.304
		-	-	-	-	-	-	-
TRIBUTOS SOBRE A RECEITA	(7.288.800)	-	(54.041)	(7.342.841)	(7.163.730)	-	357	(7.163.373)
ICMS	32.2.7	(4.864.342)	-	(4.864.342)	(4.638.372)	-	-	(4.638.372)
PIS/Pasep	32.2.7	(432.159)	-	(9.640)	(441.799)	-	64	(450.136)
Cofins	32.2.7	(1.990.552)	-	(44.401)	(2.034.953)	-	293	(2.073.352)
ISS		(1.747)	-	-	(1.747)	(1.513)	-	(1.513)
		-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS - PARCELA "A"	(4.545.340)	-	-	(4.545.340)	(3.864.455)	-	-	(3.864.455)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(102.191)	-	(102.191)	(95.842)	-	-	(95.842)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(88.256)	-	(88.256)	(82.773)	-	-	(82.773)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(4.283.262)	-	(4.283.262)	(3.618.586)	-	-	(3.618.586)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(29.826)	-	(29.826)	(28.046)	-	-	(28.046)
CDE sobre P&D		(13.935)	-	(13.935)	(13.069)	-	-	(13.069)
CDE sobre PEE		(27.870)	-	(27.870)	(26.139)	-	-	(26.139)
RECEITA LÍQUIDA	23.225.390	5.442.604	375.376	29.043.370	21.729.970	4.325.543	561.661	26.617.174
		-	-	-	-	-	-	-
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	(15.496.431)	(14.654)	-	(15.511.085)	(14.771.987)	37.472	-	(14.734.515)
Energia elétrica comprada para revenda	32.2.8	(12.086.925)	(14.654)	(12.101.579)	(11.415.901)	37.472	-	(11.378.429)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(3.409.506)	-	(3.409.506)	(3.356.086)	-	-	(3.356.086)
		-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	7.728.959	5.427.950	375.376	13.532.285	6.957.983	4.363.015	561.661	11.882.659
		-	-	-	-	-	-	-
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"	(4.664.463)	(5.059.133)	(375.376)	(10.098.972)	(4.494.773)	(3.941.239)	(561.661)	(8.997.673)

	Nota	2025				2024			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Pessoal e administradores		(547.367)	-	-	(547.367)	(1.394.352)	-	-	(1.394.352)
Materiais		(110.436)	-	-	(110.436)	(103.016)	-	-	(103.016)
Serviços de terceiros	32.2.9	(1.856.493)	-	(59.722)	(1.916.215)	(1.725.997)	-	(61.087)	(1.787.084)
Arrendamentos e aluguéis	32.1.9	(53.491)	-	48.166	(5.325)	(35.032)	-	41.262	6.230
Seguros		(5.050)	-	-	(5.050)	(4.524)	-	-	(4.524)
Doações, contribuições e subvenções		(9.527)	-	-	(9.527)	(14.354)	-	-	(14.354)
Provisões	32.1.7	(743.434)	-	15.417	(728.017)	(7.571)	-	10.481	2.910
Perda na alienação de bens e direitos	32.2.1 32.2.2	(388.033)	71.250	58.204	(258.579)	(308.786)	48.141	53.256	(207.389)
(-) Recuperação de despesas		90.906	-	-	90.906	63.551	-	-	63.551
Tributos		(6.300)	-	-	(6.300)	(11.098)	-	-	(11.098)
Depreciação e amortização	32.1.9 32.2.1 32.2.2	(1.201.220)	195.061	(48.166)	(1.054.325)	(1.112.404)	231.746	(41.262)	(921.920)
Custo de construção	32.2.3	-	(5.325.444)	-	(5.325.444)	-	(4.378.611)	-	(4.378.611)
Gastos diversos	32.1.7 32.2.6 32.2.9	(385.404)	-	199.050	(186.354)	(478.530)	157.485	50.606	(270.439)
Outras receitas operacionais	32.2.7	628.621	-	(588.325)	40.296	700.834	-	(614.917)	85.917
Outras despesas operacionais		(77.235)	-	-	(77.235)	(63.494)	-	-	(63.494)
RESULTADO DA ATIVIDADE		3.064.496	368.817	-	3.433.313	2.463.210	421.776	-	2.884.986
Resultado financeiro		(900.955)	14.654	-	(886.301)	20.657	(37.472)	-	(16.815)
Receitas financeiras	32.2.8 32.1.6	784.999	14.654	(6.612)	793.041	1.014.999	0	(30.411)	984.588
Despesas financeiras	32.2.8 32.1.6	(1.685.954)	-	6.612	(1.679.342)	(994.342)	(37.472)	30.411	(1.001.403)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.163.541	383.471	-	2.547.012	2.483.867	384.304	-	2.868.171
Imposto de renda e contribuição social	32.2.10	(295.458)	(130.380)	-	(425.838)	(531.253)	(130.663)	-	(661.916)
Resultado do exercício		1.868.083	253.091	-	2.121.174	1.952.614	253.641	-	2.206.255

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio Líquido Societário	12.521.915	11.281.253
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(916.095)	(825.399)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	2.527.342	2.820.117
Tributos diferidos (IR/CSLL)	(547.827)	(678.207)
Ajustes no PL Acumulados no exercício	1.063.420	1.316.511
Patrimônio Líquido Regulatório	13.585.335	12.597.764

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Lucro Líquido Societário	2.121.174	2.206.255
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Atualização Ativo Financeiro - BRR	(117.161)	(104.417)
Amortização - Ativo Financeiro BRR	26.465	26.504
Depreciação/Amortização - Custo Histórico BRR	(221.525)	(258.250)
BRR - Perdas	(71.250)	(48.141)
Impostos diferidos (IR/CSLL)	130.380	130.663
Total de Ajustes	(253.091)	(253.641)
Lucro Líquido Regulatório	1.868.083	1.952.614

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e nas demonstrações financeiras societárias são relacionadas abaixo:

32.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

32.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados. Adicionalmente, os investimentos temporários na contabilidade societária são nomeados títulos e valores mobiliários.

32.1.2 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

32.1.3 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.4 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.38 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

32.1.5 Bens e atividades não vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE .

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

32.1.6 Atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade societária o resultado financeiro da atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais é apresentado líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

Na contabilidade regulatória, tal resultado não é apresentado líquido, ficando nas rubricas correspondentes de receita ou despesa financeira, em observância ao MCSE, conforme técnicas de funcionamento 7.2.242 e 7.2.254.

32.1.7 Provisão para perdas em ativos em curso

Na contabilidade regulatória os valores referentes às provisões/reversões de provisão para perdas em ativos em curso (obras canceladas) devem ser apresentados no grupo

de provisão para redução ao valor recuperável, conforme técnica de funcionamento 7.2.21 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados na linha de outros custos (gastos diversos).

32.1.8 Consumidores e concessionárias e permissionárias

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes aos créditos referentes ao suprimento de energia elétrica a outras concessionárias, inclusive a comercialização de energia realizada no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (energia elétrica de curto prazo), são apresentados na rubrica “concessionárias e permissionárias”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.12 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica consumidores.

32.1.9 Direito de uso

Na contabilidade societária, nos termos do IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (“ativo de direito de uso”). Esse ativo é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados pelas remensurações do passivo.

Com a revisão das normas regulatórias e instituição do MCSE de 2022revisado, a Aneel passou a adotar as mesmas premissas societárias, conforme CPC 06/ IFRS 16, em relação aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica.

Na contabilidade societária, a amortização do direito de uso é apresentada no resultado, na rubrica de Depreciação e amortização. Já na contabilidade regulatória, essa amortização é apresentada na rubrica de Arrendamentos e aluguéis, conforme técnica de funcionamento 7.2.220 do MCSE.

32.1.10 Participação nos lucros e resultados

Na contabilidade regulatória os valores a pagar referentes às participações nos lucros e resultados são apresentados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”, conforme técnica de funcionamento 7.2.81 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores estão apresentados na rubrica “Participação dos colaboradores e administradores no resultado” em função da materialidade.

32.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

32.2.1 Ativos financeiros de infraestrutura

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1).

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro a valor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

32.2.2 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE -técnica de funcionamento 7.2.102.

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro, ativo intangível e/ou ativos de contrato em conformidade com o IFRS 12/ICPC 01 (R1).

32.2.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária são registrados receitas e custos de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e IFRS 15/CPC 47.

32.2.4 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados na rubrica de serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.24 e 7.2.25 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber, o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

32.2.5 Ativos de contrato

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01 (R1). Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão, durante o período de construção, passaram a ser classificados como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados, sendo posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e intangível, na entrada em operação.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados como ativo imobilizado e ativo intangível.

32.2.6 Compensação por violação de padrão indicador de continuidade

Os ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, são reconhecidos como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD), conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Na contabilidade regulatória os valores continuam sendo apresentados como despesa, na rubrica de gastos diversos, conforme disposto na técnica de funcionamento 7.2.230 do MCSE.

32.2.7 Outras receitas operacionais

Arrendamentos e aluguéis e Prestação de serviços

Na contabilidade societária, as receitas auferidas com arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços são apresentadas no grupo de receita operacional, compondo o total da receita líquida.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de outras receitas operacionais, conforme técnicas de funcionamento 7.2.190 e 7.2.191 do MCSE.

Outras receitas operacionais

Trata-se de valores referentes às demais receitas operacionais e tributos incidentes sobre essas receitas que, na contabilidade societária são somados à receita operacional e na contabilidade regulatória são apresentadas como redutoras dos custos gerenciáveis (parcela B), conforme item 6.2.15 - Atividade não Vinculada à Concessão, do MCSE.

32.2.8 Variação cambial referente às faturas de Itaipu

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de custos não gerenciáveis, na rubrica de energia elétrica comprada para revenda, conforme técnica de funcionamento 7.2.208 do MCSE.

Na contabilidade societária, a variação cambial referente à compra de energia de Itaipu é apresentada no resultado financeiro.

32.2.9 Custos com comunicação e reprografia

Os custos com comunicação e reprografia passaram a ser apresentados como Gastos diversos na contabilidade regulatória, com a revisão e implantação de MCSE 2022 revisado, conforme técnica de funcionamento 7.2.230.

Na contabilidade societária esses custos são apresentados como Serviços de Terceiros.

32.2.10 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com as técnicas de funcionamento 7.2.37 e 7.2.262 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Juros sobre Capital Próprio – JCP

Em 19 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativo ao exercício de 2026, no montante de R\$288.259, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2027 e a segunda até 30 de dezembro de 2027.

Loan 4131 e hedge de fluxo de caixa

Em 1º de abril de 2026, a Cemig D contratou um empréstimo externo de US\$ 280.000, por meio da Lei 4.131/62. Como a moeda funcional da Companhia é diferente da moeda do empréstimo, foi contratado um full cross-currency swap, em linha com sua política de hedge, com o objetivo de mitigar a exposição à variação cambial. A este derivativo está sendo dado o tratamento de hedge accounting, com valor nominal de US\$ 280.000, equivalente a R\$ 1.461.432.

Liquidação das Debêntures da 15ª Emissão da Cemig D

Em 10 de abril de 2026, a Cemig D, concluiu a liquidação financeira da 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático junto a Comissão de Valores Mobiliários, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig.

Foram emitidas 1.150.000 Debêntures, perfazendo o valor total de R\$ 1.150.000, subscritas conforme abaixo:

Quantidade	Valor	Taxa	Prazo	Amortizações
1.150.000	R\$1.150.000	IPCA + 6,9416% a.a.	15 anos	Semestrais a partir de março de 2029

Os recursos obtidos pela Cemig D com a Emissão serão destinados exclusivamente para reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados à implantação de projeto considerado prioritário, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Marcos Montes Cordeiro
Vice- Presidente de Relações Institucionais

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Sérgio Pessoa de Paula Castro
Vice-Presidente Jurídico

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Vice-Presidente sem denominação

Sérgio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Luis Cláudio Correa Villani
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Distribuição S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Distribuição S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Distribuição S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a nota 20 das demonstrações contábeis regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina plano de assistência médica a seus empregados, o qual foi liquidado durante o exercício social e plano de pensão com benefício definido que assegura a complementação de benefícios de aposentadoria.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. Além disso, a mensuração dos efeitos da liquidação do plano de saúde envolve julgamentos da administração relacionados à avaliação das obrigações remanescentes para a Companhia e a remensuração do benefício de assistência médica na data da liquidação do plano (<i>settlement</i>). A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e da liquidação do plano de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis regulatórias.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;- Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;- Avaliação dos acordos firmados com as entidades sindicais que extinguem as obrigações de benefício definido do plano de saúde da Companhia e, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas para o cálculo da liquidação (<i>settlement</i>) do plano de saúde, como a taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de</p>

saúde, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

A Cemig Distribuição S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standard*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 06 de Maio de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2026.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-
121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.